

Diário do Legislativo de 14/11/2006

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PSC

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 40ª Reunião Especial da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura - Destinada à Realização do Seminário "Região Sudeste" da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - Orçamento da União para 2007

1.2 - 50ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA

ATAS

ATA DA 40ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 7/11/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia e da Deputada Elisa Costa

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Coordenador - Palavras do Senador Valdir Raupp - Palavras do Sr. Márcio Luiz Albuquerque Oliveira - Palavras do Sr. Eugênio Greggianin - Palavras da Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos - Esclarecimentos sobre a apresentação de propostas - Apresentação de propostas - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Júlio - Carlos Gomes - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gustavo Valadares - Jayro Lessa - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - Laudelino Augusto - Luiz Humberto Carneiro - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Paulo Cesar - Paulo Piau - Ricardo Duarte - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 10h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Gustavo Valadares, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Senador Valdir Raupp, membro da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Relator-Geral da Proposta Orçamentária para 2007; Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional e Coordenador dos Trabalhos; Deputados Federais Leonardo Monteiro e Jaime Martins, membros da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; Deputada Federal Maria do Carmo Lara; Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Casa; e Tadeu Barreto Guimarães, Subsecretário de Estado de Planejamento e Orçamento, representando o Governador do Estado, Aécio Neves.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Seminário "Região Sudeste" da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional - Orçamento da União para 2007.

Palavras do Sr. Presidente

Gostaria, em nome da Assembléia Legislativa, de agradecer a presença de todos e de parabenizar o Congresso Nacional, na figura do Senador, dos Deputados Federais e da Comissão Mista de Orçamento, pela realização deste seminário. Evidentemente, são muitas as demandas que Minas Gerais tem para com o governo federal e para com o orçamento da União. É claro que reconhecemos os esforços que tanto o Congresso Nacional quanto o Presidente Lula fizeram nos últimos períodos para o atendimento de reivindicações importantes do Estado, mas é óbvio também que as demandas são de grande monta, e certamente a participação das entidades e da Comissão de Participação Popular poderá ajudar os Deputados Federais e Senadores na elaboração mais democrática do orçamento da União.

Aqui, em Minas Gerais, por meio das Comissões de Participação Popular e de orçamento da Assembléia, também temos feito seminários e apresentado propostas de democratização do Orçamento, até para que o nosso povo possa entendê-lo, não achar que orçamento é peça que apenas os Deputados e o governo podem entender e dela se apropriar. É fundamental que o Orçamento passe a ser discutido e democratizado.

A Câmara Federal e o Senado vêm trabalhando com esse objetivo sob a Presidência do Deputado Federal Gilmar Machado. E é importante porque, quanto mais participativo o orçamento, mais serão atendidas as reivindicações que vêm da própria comunidade, da base e, neste caso, dos Estados.

Então, quero agradecer a presença do Senador, dos Deputados e de cada um de vocês, desejando que esta reunião seja produtiva e, como fruto do trabalho, Minas Gerais possa sair ganhando a partir das discussões que fazemos hoje, nesta Assembléia, com a representação da nossa sociedade civil.

Palavras do Sr. Coordenador

O Sr. Coordenador (Deputado Federal Gilmar Machado) - Bom-dia a todas e todos. É uma honra, uma alegria muito grande poder retornar à Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Casa em que, por oito anos, tive a oportunidade de trabalhar como Deputado Estadual. Para mim, é sempre uma alegria voltar a esta Assembléia, porque esta foi a minha grande escola.

Quero agradecer muito ao Vice-Presidente Deputado Rogério Correia e a toda a Assembléia Legislativa o acolhimento oferecido à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos do Congresso Nacional, neste grande esforço que o Congresso realiza.

Desde que assumimos a Presidência desta Comissão, temos tentado estabelecer uma nova forma de ampliar a participação, de democratizar a participação da população na montagem e na execução da peça orçamentária. Entendemos que vivemos num país de democracia representativa, mas entendemos também que é possível aliar democracia representativa com ações da democracia direta pela participação das várias entidades e pessoas da sociedade civil, o que entendemos ser legítimo, porque o Orçamento é exatamente a peça mais importante que podemos discutir e votar no Congresso Nacional e é fruto do imposto que todos nós pagamos.

Muitos de nós reclamamos permanentemente da quantidade de impostos que pagamos. Então, é fundamental que possamos discutir: é necessário, é preciso continuar aumentando o número de impostos? De que forma pode-se arrecadar mais? Ao mesmo tempo, como se gastar corretamente cada centavo do imposto que se paga? Onde devem ser gastos esses recursos?

O Congresso vem fazendo um esforço para que possamos ter um Orçamento cada vez mais real, para que não tenhamos grandes contingenciamentos, essa palavra grande que assusta muita gente. No início do ano a imprensa costuma falar que montamos o Orçamento, mas que depois vem o contingenciamento, que é o corte. O Senador Valdir Raupp, que irá falar daqui a pouco, é a pessoa que tem a responsabilidade e o poder da caneta, neste ano, para o Orçamento do ano que vem. Queremos fazer a montagem, o mais real possível, do Orçamento, para diminuirmos a possibilidade dos cortes.

Providenciamos para vocês uma síntese, que todos podem retirar na entrada, uma pequena cartilha do esboço do Orçamento para o ano que vem. Toda peça orçamentária está aqui, e vocês poderão consultar. Fizemos questão de colocar os dados básicos, porque é no Orçamento que, por exemplo, já vamos deliberar qual será o salário mínimo do ano que vem. Os aposentados continuarão tendo apenas a correção da inflação ou vão ter algo mais? Isso é definido agora, no Orçamento. Os governadores têm reclamado da Lei Kandir, que na verdade já não existe. Deveria haver uma outra norma de compensação pelos Estados exportadores, só que ainda não foi regulamentada. Temos que garantir esses recursos com a definição dos valores. Os Estados estão todos comprometidos. Acompanho Minas Gerais mais de perto e sei que 13% dos recursos estão comprometidos com o pagamento de juros. Isso está dificultando a ação dos Estados, mas temos a Lei de Responsabilidade Fiscal. Eu sou daqueles que defende uma revisão dessa lei. Não dá para os Estados e Municípios continuarem gastando 13% do seu orçamento apenas com juros, enquanto existem recursos no BNDES e na Caixa para financiar saneamento e habitação que os Estados não podem pegar porque estão endividados. Não precisamos acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal, basta alterá-la. Isso é bom ou é ruim? Temos que discutir essas questões. Todos sabem que o Orçamento da União estabelece que todo Deputado Federal e todo Senador têm direito de apresentar R\$5.000.000,00 em emendas individuais, até um total de 20. Temos também as emendas de bancada, que variam de 18 a 23, sendo que cada Senador tem direito a uma emenda de bancada. Por exemplo, São Paulo, que é o maior Estado, tem direito de apresentar 20 emendas mais 3 dos Senadores, o que dá um total de 23. Minas tem direito a 19 mais 3 dos Senadores, o que dá um total de 22.

No material que estamos distribuindo vocês poderão encontrar as emendas que a bancada apresentou. Há também um formulário de emendas que vocês poderão apresentar. Minas Gerais, em termos de emendas de bancada, aprovou, no ano passado, R\$382.000.000,00. Queremos debater tudo isso. Vamos apresentar às bancadas, que poderão acolher ou não essas contribuições. Também as emendas individuais poderão

abranger ou não as sugestões de vocês.

O fato de o Congresso sair de Brasília e andar pelo País tem como objetivo estimular a população a conhecer o Orçamento da União, que beira R\$1.500.000.000,00 e que é fruto do imposto que todos pagamos. Temos, portanto, o direito de intervir.

Daqui a pouco, técnicos da Câmara e do Senado farão, numa sala ao lado, uma exposição sobre como se dará essa fiscalização.

Lançaremos amanhã, em Brasília, o portal Orçamento Brasil, do Congresso Nacional, que possibilitará a qualquer brasileiro, por meio de internet pública ou particular, acompanhar a tramitação dos recursos que chegam aos Municípios do País e, logicamente, ao seu próprio.

Quantas pessoas recebem o Bolsa-Família na sua cidade e quem são? Está tudo lá. Queremos democratizar o acompanhamento da execução. Quanto mais gente conhecer o volume de dinheiro que está chegando em sua cidade, que a emenda de tal Deputado chegou, que empresa tal está trabalhando, tanto melhor. Todas as informações referentes ao Orçamento estarão à disposição de todos os cidadãos. Queremos com isso tornar o Orçamento uma peça ao alcance do público. Muita gente dizia que o Orçamento era uma caixa preta e que era impossível acompanhar sua execução. É, sim, e estamos querendo agilizar isso.

Desde junho, todas as Câmaras de Vereadores do Brasil têm recebido um contracheque com os recursos que chegam a cada Município. Todo início de mês, os Vereadores têm recebido esse contracheque para conferir se o dinheiro está chegando mesmo e como está sendo aplicado. Se houver irregularidade, é só fazer contato com a Comissão, que mandaremos a Corregedoria investigar. Estamos tentando abrir ao máximo a elaboração do Orçamento e controlar sua execução. Isso é muito importante para nós.

Encerrando minha intervenção inicial, agradeço, mais uma vez, à Assembléia Legislativa, a todos os que aqui vieram, aos servidores da Casa, que estão preocupados com o debate, porque querem saber até que ponto podem também participar do processo. Este é o momento ideal. Depois que se vota, não adianta mais: só se executa o que foi votado.

Agradeço aos técnicos do Congresso, que chegaram a Belo Horizonte hoje à 1 hora da manhã, vindos de Florianópolis, e que estão fazendo um grande esforço para tudo dar certo. Agradeço também aos servidores desta Casa, que conheço bem e que têm grande experiência em eventos: o pessoal da taquigrafia, do som, da área da comunicação e da assessoria parlamentar, que está possibilitando a realização deste debate.

Que tenhamos um bom debate. Com a palavra, o Senador Waldir Raupp, Relator-Geral da peça orçamentária, para suas considerações iniciais. Se não fosse o Senador Waldir Raupp ter aceito esse desafio, não estaríamos aqui ouvindo a população para democratizar o processo orçamentário.

Palavras do Senador Waldir Raupp

Deputados Rogério Correia, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente da Casa; Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional; e Leonardo Monteiro, membro da Comissão; Dr. Tadeu, Subsecretário de Planejamento, representando o Governador Aécio Neves; Deputada Federal Maria do Carmo; demais Deputados Estaduais; Presidentes de entidades representativas; imprensa escrita, falada e televisada; minhas senhoras e meus senhores, quero ressaltar a nossa grande satisfação de estar aqui, em Minas Gerais, na Região Sudeste do nosso Brasil, discutindo os rumos do Orçamento da União. Ao participar de uma audiência pública de tal relevância para o processo orçamentário de nosso país, registro minha enorme satisfação por ter sido indicado para exercer o cargo de Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2007.

Entretanto, ao lado da satisfação, é imprescindível reconhecer que o cargo de Relator-Geral nos impõe responsabilidades diante da Nação: habilidade para lidar com demandas insatisfeitas e, principalmente, capacidade para transformar as demandas sociais em efetivas ações orçamentárias.

Este é o grande objetivo do nosso encontro aqui em Minas Gerais: discutir com a sociedade civil organizada, por meio de representações legitimamente constituídas, visando garantir a sua participação no processo de elaboração do Orçamento da União para o próximo exercício. Estão programadas cinco audiências - uma já realizada ontem, no Sul, em Florianópolis -, sendo uma em cada região do País, adotando o binômio 'transparência e participação' como nosso lema de trabalho frente à relatoria.

Em um regime republicano e democrático, é essencial preservar uma relação equilibrada entre os Poderes, a qual perpassa o ciclo orçamentário. O orçamento público constitui a expressão, através da lei, das decisões políticas de alocação dos recursos públicos. O Legislativo, representando formalmente o povo, deve opinar, modificando as propostas apresentadas pelo Poder Executivo. Obviamente, tal opinião deve estar embasada nas discussões com a sociedade organizada.

Desse modo, o orçamento público pode tornar-se a peça de controle do gasto público, impedindo aqueles não desejados, as prioridades diferentes das definidas e as despesas em nível superior aos recursos previstos. Ao mesmo tempo, ao cumprir a função de planejamento das despesas prioritárias, o orçamento público representa escolhas políticas que afetam a vida do cidadão.

A necessidade política de controle dos gastos, para evitar a evolução descontrolada da dívida pública, e a transparência do processo orçamentário, para tornar explícitos os efeitos distributivos do Orçamento, têm feito com que a forma de apresentar, executar e controlar os orçamentos torne-se cada vez mais abrangente e complexa, exigindo uma infinidade de quadros e demonstrativos.

Não vou abordar essa complexidade aqui. Na verdade, minha participação nesta audiência é muito mais de ouvinte do que de expositor. Mesmo assim, sinto-me na obrigação de fazer uma rápida demonstração sobre os valores que vieram contemplados no Projeto de Lei Orçamentária para 2006, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, e as mudanças promovidas pelo Legislativo na proposta final para a Região Sudeste.

No caso dos investimentos para o Sudeste, a proposta do Poder Executivo - falo deste ano de 2006, que está em exercício - era de R\$2.000.000.000,00, e o Congresso Nacional passou para R\$3.240.000.000,00, ou seja, um aumento de 62%. Só quero destacar o quanto é importante a discussão do Orçamento no Congresso Nacional.

Já para as despesas de custeio, a proposta, que era de R\$15.200.000.000,00, passou para R\$16.100.000.000,00, com aumento de 6%.

A proposta orçamentária para 2007 contempla a Região Sudeste com R\$12.550.000.000,00, sendo R\$2.170.000.000,00 para custeio e R\$10.380.000.000,00 para investimentos.

É claro que esses números aumentarão à medida que os 53 Deputados Federais de Minas Gerais, os setenta e tantos de São Paulo e mais os do Rio de Janeiro e do Espírito Santo alocarem suas emendas individuais, que não estão sofrendo contingenciamentos. São R\$5.000.000,00 para cada parlamentar.

Esses são recursos mais fáceis de serem liberados. E mais as emendas coletivas, que são emendas de bancada, com um valor maior. Porém, são emendas um pouco mais difíceis de serem liberadas, que exigem constantes negociações das bancadas federais, dos Governadores, dos Prefeitos e até a pressão da sociedade organizada e dos Vereadores para a liberação dos recursos. São recursos importantes, principalmente para as cidades e Municípios mais isolados e distantes, menos favorecidos pelo orçamento da União. Antes de encerrar, quero apresentar, em breves palavras, os grandes números da proposta orçamentária para 2007, encaminhada pelo Poder Executivo, que é o motivo pelo qual estamos reunidos. (- Lê:)

"O valor total da proposta é R\$1.560.930.000.000,00, sendo R\$655.000.000.000,00 relativos ao refinanciamento da rolagem da dívida pública, R\$49.390.000.000,00 constantes do orçamento de investimento das estatais e R\$855.740.000.000,00 dos orçamentos fiscais e da seguridade social.

São valores elevados, sem dúvida. Observa-se que, ao deduzir-se a dotação destinada à rolagem da dívida, as despesas financeiras e as transferências constitucionais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, obtêm-se as despesas denominadas primárias, cujo valor atinge R\$547.800.000.000,00.

As despesas primárias são aquelas destinadas a custear os gastos com pessoal, de R\$119.200.000.000,00, e benefícios previdenciários, de R\$181.300.000.000,00. As despesas correntes e os investimentos, que são chamadas despesas discricionárias, executadas por meio de atividades e projetos governamentais, somam R\$247.300.000.000,00.

Por outro lado, diminuindo-se as despesas primárias das receitas primárias, obtém-se o resultado primário, que, grosso modo, demonstra a capacidade do pagamento das dívidas anteriormente contraídas por um país, no caso o Brasil.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007, ainda em tramitação no Congresso Nacional, estabelece um superávit de 4,25% do PIB em 2007 para a União, os Estados e Municípios, sendo 2,45% do PIB para o governo central, fiscal e seguridade social, o que corresponde a R\$56.200.000.000,00, e 0,70% do PIB para as estatais federais, o que representa R\$16.100.000.000,00. A rigidez do orçamento pode ser medida pelas despesas obrigatórias, cujos recursos não podem ser utilizados para atender a outros tipos de despesas, em decorrência de determinação constitucional e legal.

Em 2007, as despesas primárias obrigatórias consomem 39% do orçamento efetivo e 78,4% do total das despesas primárias.

As despesas discricionárias representam 10,7% do orçamento efetivo e 21,6% do total das despesas primárias. O resultado primário absorve 6,2% do orçamento efetivo e equivale a 12,5% das despesas primárias. Observa-se que há pouca liberdade de remanejamento de despesas dentro das próprias despesas discricionárias, pois nelas estão abrigados o custeio da máquina administrativa e alguns gastos sociais importantes. Estou falando sobre a dificuldade que a Comissão enfrenta quando discute o orçamento da União.

Relativamente a 2006, destacam-se os aumentos de 9,5% das despesas primárias obrigatórias e de 10,3% das despesas discricionárias, onde se situa grande parte dos investimentos governamentais oriundos de emendas parlamentares.

Sem pretender esgotar o assunto e apenas para informar alguns valores, estão previstos R\$119.300.000.000,00 para despesas de pessoal e encargos e R\$101.800.000.000,00 para transferências obrigatórias. No caso específico de investimentos e considerando que as emendas parlamentares acrescentam recursos em investimentos superiores - são R\$3.500.000.000,00 da reserva de contingência primária contida na proposta para 2007, destinada a acolher emendas -, o valor pode subir no mínimo para R\$19.700.000.000,00, inferior em R\$1.600.000.000,00 ao autorizado em 2006.

Finalmente, acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária e discutir o conflito programação "versus" execução no bojo dos mecanismos de acompanhamento e fiscalização preceituados na Lei de Responsabilidade Fiscal - o Congresso não deve abrir mão da LRF, que organizou e deu equilíbrio fiscal e econômico aos Estados, Municípios e, por que não dizer?, à Nação brasileira - fortalece a instituição do orçamento público, símbolo e fundamento das modernas democracias.

O realismo orçamentário, o esforço para a definição de critérios e prioridades terá como resultado uma maior valorização da Lei de Meios e a qualificação da ação congressual, sob pena de se transferir à administração, durante a execução orçamentária, todo o poder efetivo de eleger ações e projetos prioritários.

O Senado Federal, o Tribunal de Contas da União e a Controladoria-Geral da União, entre outras instituições - a Câmara dos Deputados entra esta semana -, possuem informações relativas à matéria em seus sítios na internet, em diversos níveis de complexidade, que por certo serão eficazes no acompanhamento e fiscalização dos gastos públicos. Muito obrigado, Sr. Coordenador.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Senador Valdir Raupp. O Ministério do Planejamento está participando de todos os seminários. O nosso Assessor da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Gestão, Márcio Luiz Albuquerque, disporá de até 10 minutos para a sua exposição. Além de participar na exposição, o Ministério do Planejamento também está recebendo as demandas. O Ministro Paulo Bernardo tem sido muito correto nesse processo de ouvir as solicitações. Estamos enviando as demandas ao Planejamento, que nos ajudará a encaixar algumas entre as que já foram estabelecidas como prioridade para o País. Com a palavra, o nosso representante Márcio Luiz Albuquerque Oliveira, por até 10 minutos. Mais uma vez, agradeço ao Ministro Paulo Bernardo a participação nos seminários.

Palavras do Sr. Márcio Luiz Albuquerque Oliveira

Bom-dia a todos. Em nome do Ministro Paulo Bernardo e do Secretário de Orçamento Federal Ariosto Culau, agradeço o convite da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para trazer o Ministério do Planejamento a esta Casa, a fim de apresentar a proposta que foi encaminhada ao Congresso Nacional em 31 de agosto, conforme preceito constitucional.

Gostaria de lembrar que tudo que dissermos aqui, referente aos parâmetros e aos números constantes na proposta, diz respeito ao projeto original, enviado ao Congresso no dia 31 de agosto. A apresentação está disponível no "site" do Planejamento.

Quando iniciamos o processo orçamentário no Poder Executivo, precisamos de parâmetros para construir um número e saber até que ponto o Orçamento de 2007 pode caminhar. Nesse caso, a grade de parâmetros apresentada ao Congresso, juntamente com o projeto de lei encaminhado, registrou o IPCA acumulado em 4,5%. É o índice oficial de inflação utilizado pelo governo federal, calculado pelo IBGE

mensalmente. O IGP-DI é também um índice de inflação, calculado pela FGV. O PIB real para crescimento em 2007 é de 4,75%. Ele atinge a cifra de R\$2.300.000.000,00 aproximadamente. A taxa de câmbio média enviada foi de 2,3. O salário mínimo calculado chegou a R\$374,93, incluindo aí o reajuste por meio do PIB "per capita". A taxa de juros Selic, que faz com que projetemos toda a nossa despesa financeira e também a receita, está em 13,68% ao ano.

O Senador falou sobre o orçamento, e tentamos apresentá-lo de forma consolidada. Ele falou da dificuldade da discricionariedade do Poder Executivo, bem como da análise do Congresso para angariar mais recursos para as despesas, que, nesse caso, caracterizam-se como discricionárias. Na verdade, ela fica muito baixa. Podemos observar, dentro dos parâmetros das percentagens, da visão geral do orçamento, dos R\$1.511.000.000,00 que se referem à seguridade e à fiscal, que há 43,4% para refinanciamento da dívida. Transferências por repartição de receitas, que são as transferências constitucionais, são 6,6%. Quanto à despesa discricionária, há apenas 6%, em que podemos destacar algumas obrigações importantes. Além disso, retira o poder discricionário do Executivo. Por exemplo, quanto à saúde, temos de cumprir a Emenda à Constituição nº 29.

Dentro do que foi mostrado, apresentaremos uma visão das despesas obrigatórias no orçamento. Conforme citou o Senador, no que se refere ao pessoal e aos encargos temos projetados R\$119.000.000,00 para 2007. Já para os benefícios previdenciários e assistenciais - desmembrados em Loas e em RMV - há o total de R\$210.500.000,00. Se compararmos com o de 2006, vemos que houve um acréscimo de R\$18.500.000,00.

Dentro das despesas obrigatórias, é interessante ressaltar a complementação do Fundeb. Para o próximo ano, já foram alocados R\$2.000.000,00. Para o Fundo de Exportações, antiga Lei Kandir, foram alocados R\$3.900.000,00. A meta de resultados primários também já está estipulada.

Nessa lâmina, trouxemos a composição do resultado primário. Como disse o Senador, essa composição está prevista na LDO e manteve o mesmo procedimento. Utilizamos, no projeto de lei, os mesmos percentuais determinados pela LDO, que não foi modificada pelo Congresso. Ainda não está votada, mas o substitutivo manteve os mesmos parâmetros. Na proposta enviada ao Congresso, respeitamos os parâmetros.

Temos a composição do governo central, com 2,45% do PIB; a participação das empresas estatais, com 0,70%; o governo federal como um todo, com 3,15%; e os Estados e Municípios, com 1,10% do PIB.

Agora, trazemos a síntese do orçamento. Trata-se da receita líquida de transferência por repartição de receitas, conforme falamos. Daqui podemos extrair transferências constitucionais no total de R\$501.000.000,00. Contraoando-se às despesas de 2006, vemos um aumento de R\$42.000.000,00 para o próximo ano.

Dentro da síntese do orçamento, é importante observarmos o crescimento das despesas obrigatórias, segundo a avaliação de receitas e despesas do quarto bimestre. Temos um acréscimo das despesas obrigatórias de R\$27.700.000,00.

Um dos fatores que sobrecarrega muito o orçamento são as despesas obrigatórias, entre elas a folha de pagamento. No decorrer desse período, verificamos que ganhos reais foram obtidos, em virtude do esforço do governo central em elevar os salários dos servidores públicos. Para efeito de comparação, dividimos os Poderes. Houve um impacto maior de crescimento. Dentro das despesas com o pessoal, observamos que o Poder Executivo registrou perdas salariais muito fortes. Não conseguiu, portanto, acompanhar a inflação. No entanto, a partir de 2004, houve uma evolução, projetando-se um bom resultado para 2007.

Nesse "slide", estamos passando toda a evolução do salário mínimo a partir do momento em que ele ultrapassou aquela meta de US\$100,00 instituída pelo programa de governo em 2003 e ultrapassada em 2005.

A projeção do salário mínimo para 2007 é de R\$375,00, ou melhor, de aproximadamente R\$375,00, já que o valor real é de R\$374,93. Qualquer diferença nesse valor terá um impacto muito grande nas despesas obrigatórias, como todos sabemos.

Ali trazemos um resumo das despesas discricionárias, ou seja, os 6% que somam ou o que representa esse valor de 6% dito anteriormente. Ele representa R\$91.400.000,00.

Esse quadro traz um resumo da divisão setorializada desses recursos. Podemos verificar que o setor de infra-estrutura teve um crescimento comparado ao Ploa de 2006, empenhado ou executado nos três anos anteriores. É importante lembrar que esses valores da série 2003 a 2005 são líquidos de emendas.

Aproveito a oportunidade para desmembrar o que a política social tem de cumprir em relação à PEC da saúde. Dos R\$60.000.000,00, 65% são destinados à saúde.

Nessa lâmina, trazemos o projeto-piloto de investimento agregado por setores, para que tenhamos uma idéia da dimensão do projeto-piloto de investimento nacional e da identificação da dificuldade do Poder Executivo em resolver o problema das rodovias, aplicando ali cerca de R\$3.400.000,00 no projeto-piloto de investimento.

O projeto-piloto de investimento são aqueles investimentos totalmente livres de contingenciamento, que não entram na nossa base para efeito de meta de resultado primário.

Aqui temos a síntese do projeto-piloto de investimento para a Região Sudeste, em relação a Minas Gerais e ao Rio de Janeiro.

É só isso que o Poder Executivo tem a dizer. Agradeço à Mesa.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Márcio. Ele vai permanecer aqui até o final da reunião. Se os senhores desejarem ter acesso a todo esse material, é só procurar a assessoria, que o tornará disponível. No entanto, a síntese do material consta na cartilha que receberam. Amanhã lançaremos, em Brasília, o portal e a radionovela do orçamento. Assim, os órgãos de imprensa e as rádios do interior e de Belo Horizonte poderão ter uma radionovela produzida e montada sobre o orçamento. Também amanhã, além do portal, lançaremos um projeto que consiste em um jogo e uma cartilha para crianças, que serão trabalhados nas escolas. Em dezembro, faremos um grande jogo do orçamento no gramado do Congresso Nacional, com a participação de várias escolas e de suas crianças. Muitas escolas foram selecionadas para participar, a fim de se mostrar como é montado o orçamento, bem como a sua interferência.

Várias crianças estão sendo preparadas e treinadas, para observarmos tudo isso, e toda área de comunicação também está participando. Quando a criança participa de um processo, torna-se um jogo totalmente montado. Se é tirado dinheiro da educação e da saúde, no outro dia haverá um jornal dizendo: "Criança abandona a coisa e passa tudo para a outra área". É mais ou menos assim que a coisa funciona. Não é assim que fazemos? Quando se corta no Orçamento - estão aqui alguns jornalistas, minha amiga Bertha, do Estado de Minas -, no outro dia aparece a notícia no jornal: "Deputado cortou tudo do Estado." e não-sei-o-quê. Esse processo é importante para vermos os reflexos e, desde pequenos, começarmos a entender que quando cortamos algo há reflexos, posições a favor e contra, para que a criança desde o início comece a se familiarizar com uma coisa que entendemos ser importante. Quem quiser ter mais informações, poderá encontrá-los nesse material. Com a palavra, Dr. Eugênio Greggianin, Consultor da Câmara, que disporá também de até 10 minutos para sua exposição.

Palavras do Sr. Eugênio Greggianin

Bom-dia a todos, autoridades aqui presentes. Sou Consultor Técnico da Câmara dos Deputados e farei uma pequena apresentação sobre a participação do Poder Legislativo na elaboração do Orçamento, sua importância, os instrumentos usados, etc.

Na verdade, o Congresso tem contribuído muito no debate e na pesquisa sobre o Orçamento, na divulgação da execução orçamentária e bancos de dados. Nessa primeira parte, mostraremos o sistema orçamentário, o conjunto de órgãos, os procedimentos relativos à elaboração da lei orçamentária, uma lei anual que, em conjunto com a LDO e o PPA, forma o sistema que chamamos de leis orçamentárias no sentido amplo.

O objetivo de um processo orçamentário, a própria participação do Legislativo tem a ver com a democracia. O Legislativo só esteve fora do processo orçamentário nos momentos de restrição política. A importância do Legislativo se dá justamente por meio das emendas; daí a divulgação desses instrumentos de participação da sociedade. Lembro que o Orçamento, notadamente o Orçamento da União, interfere muito na vida do cidadão, em geral. Aproximadamente 40% da riqueza nacional passa de alguma forma pelos orçamentos públicos. No caso do Orçamento da União, o salário dos servidores, as despesas previdenciárias, as transferências aos Municípios, os fundos de participação municipal e estadual, os investimentos, custeio, tudo será mostrado na seqüência, além dos investimentos previstos e dos entraves, dos problemas, das condicionantes e das possibilidades.

O processo orçamentário pode ser visto de várias formas: do ponto de vista econômico e fiscal, quais são as questões envolvidas no Orçamento, o intrigante endividamento da União - tudo isso passa pelo Orçamento -, as metas fiscais, se o superávit primário poderia ser menor ou maior um pouco, qual é a taxa de juros e os parâmetros macroeconômicos. Lembro também que aqueles parâmetros sofreram pequena alteração - a taxa de juros, Selic, será um pouco menor. Isso muda a estrutura do Orçamento. Essa é uma forma de ver o Orçamento.

A outra forma é sob o aspecto administrativo e gerencial. Como está sendo o aproveitamento das rubricas, como está sendo a eficiência nos gastos. Também são importantes as competências no Orçamento. O Executivo tem o poder de iniciativa, propõe, e o Legislativo aprova, discute, altera. Há vários problemas na reforma orçamentária, deficiências, temos de mudar a lei complementar. Isso já é falado há muito tempo. O Ministro Paulo Bernardo tem falado sobre isso.

Há também a questão das vinculações, as despesas de vinculação são da ordem de 90%. Há uma pauta envolvida em relação a essa discussão. Temos também problemas internos no Congresso, que envolvem mudança da resolução interna do Congresso. Afinal, qual é o papel da emenda individual? Como se diminui o caráter subjetivista da emenda individual? Existem idéias, por exemplo, do portal de convênios, de modo que todos, ao clicar um determinado Município, tenham acesso a todos os convênios e projetos viáveis para aquele Município. Associa-se a isso a iniciativa desse projeto de acompanhamento e fiscalização das verbas específicas para cada Município.

Na Comissão Mista, os procedimentos podem resumir-se ao seguinte: em um primeiro momento são realizadas audiências públicas. Esta é uma audiência pública também prevista no Regimento. A própria lei de responsabilidade prevê justamente essas audiências de transparência fiscal.

Depois das audiências públicas, temos um parecer preliminar, que já foi elaborado pelo relator, com regras importantes do jogo, das quais participam todos os outros relatores. Temos 10 relatores setoriais e 1 geral, que vêem o que pode ser trocado ou cancelado. Temos também parlamentares, que atuam individualmente. Cada atuante tem R\$5.000.000,00 disponíveis e a possibilidade de atender a 20 emendas. As bancadas que formatarão os grandes projetos para o Estado e as comissões são muito importantes. Tudo isso é discutido nas comissões, por temas. Depois, discute-se o todo, quando é enviado ao Congresso e aprovado o Orçamento. Finalmente, vai à sanção presidencial. Geralmente, não há vetos, mas um contingenciamento. Esse contingenciamento incide naquele total de R\$500.000.000.000,00 da despesa primária. Há uma parte, chamada discricionária, representada por cerca de R\$90.000.000.000,00. Dessa parte, uns 20.000.000.000,00 são de investimentos. Do que é contingenciado, no início do ano, tiram-se uns R\$10.000.000.000,00, mas, no final das contas, sobram uns R\$5.000.000.000,00. Apesar de tudo, o Orçamento continua bastante realista, e é importante a sua discussão.

Com relação às emendas, destacamos o potencial de cada um, o instrumento individual, de cada parlamentar. As emendas coletivas, de caráter estadual, têm de ter 2/3 de aprovação da bancada do Estado. Existe a emenda regional e a emenda de comissão. O relator, após a primeira CPI do Orçamento, não mais pode elaborar emendas, pois isso é proibido pelo Regimento. Apenas pode aprovar ou rejeitar emendas apresentadas por terceiros. As emendas movimentam, no que toca aos investimentos, um montante significativo. Em 2006, foram movimentados R\$5.700.000.000,00 em emendas de bancadas estaduais e R\$2.000.000.000,00 em emendas de comissões. As comissões geralmente apresentam emendas para servidores, previdência e custeio; as bancadas, geralmente, para investimentos. As emendas individuais são diluídas entre os milhares de Municípios, e seu montante é de R\$2.900.000.000,00. Os relatores não podem criar emendas, como já disse, salvo erro ou omissão de ordem técnica ou legal, devido à disposição regimental que regula os trabalhos. As emendas devem seguir uma única programação, cada uma visando a um foco específico, lembrando que todo o Orçamento é repartido em rubricas: primeiro, o órgão; depois, programas, ações, projetos, subtítulos e uma série de códigos econômicos. A emenda não pode cancelar uma despesa obrigatória, e vemos essa rigidez orçamentária como um problema em nosso Orçamento. A possibilidade de alteração é pequena, mas a discussão é importante, porque não se resume àquilo que pode ser alterado. Envolve, também, um diagnóstico do todo. Como se poderia mudar essa trava? O Orçamento está travado justamente na questão do endividamento e da despesa obrigatória. Essa consciência surge justamente da discussão orçamentária. A despesa administrativa de custeio - custeio da universidade, custeio do Poder Judiciário, dos órgãos do governo - só pode ser cancelada se justificado o erro ou a omissão. Portanto, existe cautela no assunto, porque o custeio teoricamente envolve um serviço já existente. Os cancelamentos propostos pela emenda são indicativos, até porque o relator pode alterar o cancelamento. Quem vai fazer uma emenda não pode adivinhar o cancelamento que o outro propõe. Cabe ao relator fazer essa composição harmônica, lembrando que, no projeto de lei, existe uma reserva de contingência disponibilizada pelo Executivo, justamente para permitir que o Legislativo faça alguns remanejamentos. Além disso, há o caso de reestimativa de receita. O Congresso tem reestimado a receita, isso é verdade. É verdade também que as receitas reestimadas, nos últimos sete anos, têm sido comprovadas.

Lembramos, também, que obras em andamento são prioritárias. Quanto às obras irregulares, peço-lhes que consultem o "site" da Comissão. Há uma série de obras em que os auditores do TCU identificam irregularidades e apontam problemas a serem equacionados.

Caso contrário, essa obra não poderá ser realizada. Já comentaram o parecer preliminar do relator, os cortes previstos. Lembro que os relatores setoriais, na infra-estrutura e saúde, podem aprovar as emendas com determinados valores. O Relator-Geral pode aumentar ou reduzir tais valores. Para o trabalho do relator-geral, temos um comitê de avaliação de emendas que faz esse trabalho de negociação política, algo bastante intenso.

Temos também um comitê de obras regulares para ajudar a equacionar os detalhes que o TCU menciona, problemas de licitação, problemas sobre superfaturamento - tem, não tem, por que tem, etc. O Presidente da comissão, enfim, dirige e controla os trabalhos, zela pela ordem e cumprimento do regimento e decide se uma emenda está prejudicada ou não-admitida. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Coordenador - Com a palavra a Sra. Rita de Cássia Santos, Consultora do Senado Federal.

Palavras da Sra. Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos

Planejamos fazer uma breve apresentação sobre o processo orçamentário para, depois, falarmos a respeito de uma parte mais específica, mostrando os principais projetos que constam no Orçamento da União para 2007, especificamente para a Região Sudeste e seus Estados.

Antes de mostrarmos esse rol de números que está na frente de vocês, desejo fazer algumas breves observações sobre a importância disso. De antemão, parabeno o Deputado Gilmar pela iniciativa dessas audiências regionais. Sabemos que 1997 foi o último ano em que houve aqui uma audiência regional. Há também uma série de outras iniciativas e informativos. Parabeno também o Senador Raupp pela maratona que é viajar por todo o Brasil, realizando essa discussão que é superimportante.

Para vocês terem noção de como importante é esse acesso à informação, mesmo nós, técnicos que trabalhamos no miolo do Poder, na Praça dos Três Poderes, com o Orçamento da União, até muito pouco tempo atrás nos ressentíamos bastante da falta de informação. Era assim: quem tinha dados sobre a elaboração da proposta no Congresso Nacional, como as dotações seriam alteradas, projetos ou parte das dotações canceladas, outras acrescidas, de quem e como eram apresentadas as emendas parlamentares, como o Congresso as aprovava, ou seja, quem tinha essa parte das informações não possuía informações fáceis sobre a execução. Quem tinha essas informações facilmente em geral não as tinha em relação a outra parte da elaboração do Orçamento. Assim, em um período que considero relativamente rápido, até por conta dessas novas tecnologias de comunicação e informação, a coisa tem evoluído muito rapidamente. O Deputado Gilmar anunciou o lançamento do portal do Orçamento. No ano passado, ele levou a várias localidades do País o Siga Brasil, um sistema que congrega em um único portal todo o processo orçamentário. Então, qualquer cidadão, por meio da internet, esteja ele no Japão, na Sibéria ou onde quer que seja, se tiver acesso à internet, conseguirá acompanhar o Orçamento da União desde o início da tramitação da proposta que o Executivo manda para o Congresso, todas as alterações ocorridas, todas as emendas parlamentares, como finalmente o Orçamento é aprovado e toda a sua parte de execução, diariamente. Eles poderão saber quanto foi empenhado, liquidado e pago, que ordem bancária pagou, quem é o favorecido da ordem bancária, em que data a ordem bancária foi emitida, todos os dados, por exemplo, de convênios, como número, períodos de vigência, informações técnicas. Enfim, tudo isso está disponível na internet.

Então, na verdade, essa riqueza de informações precisa agora ser apropriada pelos cidadãos e principalmente pela sociedade civil organizada, que deve usar essa informação para ajudar no exercício desse direito à participação na definição das políticas públicas. Como disse o Senador, o Orçamento é o instrumento mais efetivo que existe para se interferir nas políticas públicas e também no exercício de um poder importantíssimo que tem a sociedade, o poder de fiscalização e cobrança.

Então, é importante todos esse engajamento do Deputado Gilmar e do Senador Raupp para levar a transparência do Orçamento da União e instrumentalizar a sociedade para ela agregar-se a esse processo.

Como não poderemos analisar todas essas informações por falta de tempo, convidamos todos os senhores para uma oficina, logo mais, no auditório, onde poderemos falar, com detalhes, sobre os Sistemas Fiscaliza e Siga Brasil. Para quem quiser, há o cadastramento.

O Sr. Márcio já falou acerca de uma série de números para a Região Sudeste. Tratarei, brevemente, de alguns números apenas para termos uma noção sobre o que consta na proposta. Precisamos ver se o que está na proposta deve estar realmente lá, se o montante de recursos é adequado. Além disso, é necessário verificar o que não consta da proposta, embora devesse constar.

Para iniciar a discussão, passarei rapidamente sobre esses dados. Para a Região Sudeste, na área social, temos dotações da ordem de R\$2.000.000.000,00 para o Bolsa Família e de R\$34.000.000,00 para assentamentos e investimentos rurais. Para infra-estrutura, temos cerca de R\$700.000.000,00 para os gasodutos e R\$144.000.000,00 para o sistema de escoamento de álcool de Ribeirão Preto, em São Paulo, Replan e Ilha d'Água, no Rio de Janeiro.

Especificamente para o Espírito Santo, temos, na área social, recursos da ordem de R\$356.000.000,00 para os procedimentos de média e alta complexidade e saúde da família. Na área de educação, há cerca de R\$7.400.000,00 para o Fundeb, R\$186.000.000,00 para a Universidade Federal do Espírito Santo e cerca de R\$6.000.000,00 para o "campus" de São Mateus. Na área de infra-estrutura, o Aeroporto de Vitória poderá contar com R\$129.000.000,00, basicamente em modernização e expansão. O Porto de Vitória contará com R\$10.000.000,00; o Gasoduto de Cacimbas, com R\$15.000.000,00. Já a BR-101 e a BR-262 contarão com cerca de R\$50.000.000,00 ao todo.

Em Minas Gerais, as principais ações serão recursos da ordem de R\$2.100.000.000,00 para os procedimentos de média e alta complexidade e saúde da família; R\$43.000.000,00 para o Fundeb e R\$1.200.000.000,00 para as universidades federais de Minas Gerais. Na infra-estrutura, a Refinaria Gabriel Passos contará com cerca de R\$400.000.000,00; a BR-365, com R\$65.000.000,00; a BR-050, com R\$59.000.000,00; a BR-262, com R\$50.000.000,00; a BR-040, com R\$50.000.000,00; e a BR-116, com R\$30.000.000,00; os entroncamentos na BR-153 e na BR-365, com aproximadamente R\$73.000.000,00; e a Hidrelétrica de Carlos Barreto, com R\$20.000.000,00.

No Rio de Janeiro, na área social, haverá cerca de R\$1.800.000.000,00 para os procedimentos de média e alta complexidade e saúde da família. Para o Fundeb, em média, R\$30.000.000,00, e R\$1.400.000.000,00 para as universidades federais do Rio de Janeiro. Em infra-estrutura, cerca de R\$778.000.000,00 para a Refinaria Duque de Caxias, R\$164.000.000,00 para geradores de vapor da Usina de Angra, R\$121.000.000,00 para Hidrelétrica Termório, R\$169.000.000,00 para o Pan, R\$60.000.000,00 para o Porto de Itaguaí e cerca de R\$63.000.000,00 para o Aeroporto Santos Dumont.

Para São Paulo, temos R\$4.500.000.000,00 para os procedimentos de média e alta complexidades e saúde da família, R\$80.000.000,00 para o Fundeb e R\$420.000.000,00 para as universidades federais de São Paulo. Para as refinarias, temos: R\$1.200.000.000,00 para Vale do Paraíba, R\$779.000.000,00 para Paulínia, R\$412.000.000,00 para Cubatão e R\$104.000.000,00 para Capuava. Para a Termelétrica de Cubatão, temos R\$180.000.000,00; e para Piratinga, R\$70.000.000,00. Para o Duto São Sebastião-Guararema, são R\$108.000.000,00 aproximadamente; e para o Aeroporto de Guarulhos, R\$94.000.000,00.

Agora aqui listamos algumas emendas de bancadas apresentadas em 2006, mas que não constam da proposta. Houve, no Espírito Santo, construção de trechos rodoviários na BR-393 e de barragens; em Minas, construção e pavimentação de rodovias federais e apoio à implantação e modernização de centros vocacionais tecnológicos; no Rio de Janeiro, obras de infra-estrutura urbana em Municípios de médio e grande portes e saneamento básico para controles de agravos; e, em São Paulo, estruturação de unidades de atenção especializada em saúde e obras

de infra-estrutura urbana em Municípios de até 100 mil habitantes.

Todas essas informações estarão disponíveis na internet, no "site" da Comissão. Se vocês precisarem entrar em contato conosco, aí estão as nossas referências. Muito obrigada.

O Sr. Coordenador - Obrigado. Quero agradecer, mais uma vez, à Consultoria da Câmara e do Senado a ajuda. A partir das 12 horas, no auditório do andar SE, será feito um treinamento. Não adianta apenas dizermos a vocês que acessem o "site", acompanhem, fiscalizem. Oferecemos os programas Fiscalize e Siga Brasil para se fazer consulta. Então, o pessoal aplicará um pequeno treinamento para que todos saibam como acessar os dados e fiscalizar os recursos no respectivo Município. O pessoal lhes dará o caminho para navegarem no "site" e acompanharem a execução orçamentária.

Aos poucos, poderá sair um grupo. Isso é para quem quiser, de fato, acompanhar a execução do Orçamento, o que chega ao seu Estado ou ao seu Município e até mesmo a fiscalização do Brasil como um todo. Assim, vocês receberão orientação, serão mostrados os atalhos para vocês terem acesso a esses dados.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

Esclarecimentos sobre a Apresentação de Propostas

O Sr. Coordenador - Neste instante passaremos à fase de apresentação de propostas. Vamos intercalar a participação do pessoal da Mesa com os presentes. Caso queiram, inscrevam-se para apresentar sugestões. Se quiserem fazê-lo por escrito, basta escreverem, que recolheremos as propostas ao final. Mas se alguém quiser falar, terá que fazer inscrição aqui, para que possa ter de 3 a 5 minutos garantidos. Comunico que a ata deste seminário contendo a transcrição completa das disposições e dos debates será publicada no jornal "Minas Gerais", "Diário do Legislativo", na edição do dia 14/11/2006. Aos interessados em gravar vídeos e trabalhos da audiência pública, esclarecemos que não será possível fornecer cópia das gravações, razão por que haverá reprise do evento pela TV Assembléia. A reprise do seminário será exibida pela TV Assembléia no dia 12 de novembro, domingo, às 8h30min.

Apresentação de Propostas

O Sr. Coordenador - Passarei a palavra ao representante do governo do Estado de Minas Gerais, Sr. Tadeu Barreto Guimarães, por 5 minutos. Não sei se o governo do Estado apresentará alguma sugestão de emenda, mas, desde já, agradeço ao Governador Aécio Neves, que também foi Presidente da Câmara dos Deputados, o fato de prestigiar este evento.

O Subsecretário Tadeu Barreto Guimarães - Deputado Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional; Deputado Rogério Correia, Presidente deste seminário; demais parlamentares e participantes, minhas considerações serão breves.

Primeiramente, quero elogiar a iniciativa do Congresso Nacional e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais por tornar esse instrumento, que já foi uma caixa-preta por muito tempo, cada vez mais aberto à participação popular e à transparência e ao controle social.

Particularmente entendo, Deputado, que, em termos institucionais, precisamos avançar no Brasil vinculando os dois instrumentos: PPA e Orçamento. Se conseguirmos abrir, cada vez mais para a sociedade, na discussão do Legislativo e do Executivo, o instrumento do planejamento operacional de médio e curto prazos, garantiremos, primeiro, maior transparência dos gastos públicos e, segundo, maior racionalidade, pois teremos uma visão de mais longo prazo; poderemos discutir estratégias; enfim, evitaremos as discussões conjunturais específicas, que são particulares e peculiares ao Orçamento.

Rapidamente gostaria de destacar a experiência de Minas Gerais em audiências públicas. Desde 2003, por iniciativa da Comissão de Participação Popular desta Assembléia Legislativa e do governo do Estado, com a Comissão de Fiscalização Financeira, foram feitas em Minas Gerais audiências públicas para discutir o nosso PPA, aqui chamado PPAG, e o nosso Orçamento.

O acordo entre o Executivo e o Legislativo de pensar sempre nas emendas a partir de um médio prazo e a partir do PPA para compatibilizá-las com as discussões do orçamento é um avanço que conseguimos em Minas Gerais. Avançamos bastante nessa direção, o que favorece a transparência, a racionalidade do gasto. Houve uma visão de longo e médio prazos, o nosso PPA, para não ficarmos apenas no nosso instrumento orçamentário.

Fazendo apenas algumas reflexões sobre o Orçamento de 2007, a primeira questão é a estimativa de receita do Orçamento de 2007. Há indicações de que pode haver uma sobrestimação de receita. Acredito que isso gere uma discussão que precisa ser aprofundada porque, novamente, se isso for verdade em razão dos parâmetros utilizados e de algumas receitas que podem não ser confirmadas, o debate pelo lado da despesa vai acentuar-se. E assim pergunto se, na expectativa da Comissão Mista, teremos em 2007 um Orçamento com certa variação de execução. Ou seja, tivemos uma variação nesses quatro anos e, em alguns gastos, uma liquidação e um pagamento muito aquém do orçado. Como os congressistas estão vendo isso? Há uma perspectiva de, no início do próximo ano, lidarmos com contingenciamentos significativos em razão da evolução das despesas correntes dos últimos anos. Já temos um nível de investimento muito aquém dos desejados pelo crescimento sustentável da economia brasileira. Tudo isso são apenas reflexões de quem está no Orçamento e conhece a complexidade dessas questões. Não estou simplificando as questões, quero apenas refletir. Se, do lado da receita, tivermos problemas de sobrestimação, o debate do lado da despesa será mais crítico.

Como representante de Minas Gerais, quero lembrar-me dos grandes projetos. Vimos o investimento previsto na infra-estrutura rodoviária, de R\$517.000.000,00, somente no Pró-Acesso para o ano que vem, na nossa proposta. Estamos colocando recursos do Tesouro de R\$550.000.000,00. A malha rodoviária daqui é muito maior do que a malha estadual. Estamos recebendo, nessa proposta, R\$517.000.000,00 para a malha rodoviária federal e, no Pró-Acesso, estamos conseguindo inserir R\$550.000.000,00. Além disso, pensar no Anel Rodoviário da RMBH é muito importante, e essa questão não está orçada. Precisamos pensar na revitalização do Rio São Francisco, principalmente na Bacia do Rio das Velhas. Temos uma ação conjunta da Prefeitura de Belo Horizonte, de Contagem e do governo do Estado e poderíamos contar também com a participação do governo federal.

Finalizando, acredito que o investimento da Petrobras seja muito significativo na Refinaria Gabriel Passos, mas devemos começar a pensar num gasoduto de Vitória, no Espírito Santo, até a região metropolitana do Vale do Aço, que seria de fundamental importância. Além disso, vejo a importância do meio ambiente, para o qual não vi recursos significativos. Temos uma proposta de recomposição da área de proteção, de revitalização de parques; então seria importante pensarmos nisso. Não tenho autorização do Governador para falar em seu nome; estou apenas fazendo uma reflexão como um profissional que lida com planejamento e Orçamento na Comissão Mista.

Agradeço e parabeno a Comissão, o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa pela iniciativa. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Dr. Tadeu. Com a palavra, por até 5 minutos, a Sra. Michelle Nunes Matos, representante do Fórum Brasil do Orçamento - FBO.

A Sra. Michelle Nunes Matos - Bom-dia a todas e a todos. Em nome do FBO, agradeço à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional por estar permanentemente conosco nesta discussão, lutando pela construção da democracia no nosso país.

Desde o surgimento da nossa entidade, uma de nossas bandeiras é a realização de um amplo processo participativo de discussão do completo ciclo orçamentário do País, começando pelo Orçamento da União.

Para nós, uma população de aproximadamente 50 entidades e vários movimentos sociais, uma participação efetiva implica informação, transparência de dados essenciais para as nossas decisões, preparação para a elaboração de sugestões e emendas, audiências públicas, durante as quais essas emendas são apresentadas e referendadas, e, principalmente, acompanhamento de sua votação no Parlamento e sua efetivação.

O FBO foi convidado pela Comissão Mista para participar das audiências públicas sobre o Projeto de Lei Orçamentária 2007 em todas as cinco macrorregiões do País. Estamos, portanto, participando de uma iniciativa imensamente inovadora e coadunada com todos os princípios de nossa entidade. Assim, será possível aproximar os interesses reais da população do processo de elaboração da Lei Orçamentária Anual da União. Por isso aqui estamos saudando essa iniciativa democrática do Congresso Nacional.

O calendário eleitoral nos impossibilitou realizar um processo real participativo. Este evento se constitui numa consulta, porque não houve tempo hábil para uma convocatória ampla que envolvesse uma parte significativa da sociedade organizada de todas as regiões. Este é um seminário da Região Sudeste.

Essas audiências abrem um diálogo para a FBO muito importante, totalmente inusitado, dirigido e engendrado por esta Comissão. Felicitamos, por isso, essa iniciativa, mas, Sr. Coordenador, queremos mais.

Como é de praxe em todo o processo de aprofundamento da democracia, queremos que este início seja o prenúncio de um procedimento mais participativo e mais amplo para o próximo ano. As audiências constituem um passo muito importante para isso. Entendemos que, neste ano, fazemos uma estréia, uma experiência inicial de algo mais sólido que ultrapassará a consulta e caminhará para o controle social.

Apresentamos à Câmara Federal nossa proposta de lei de responsabilidade fiscal e social, que, no momento, tramita na Comissão Legislativa de Participação. É um bom início, mas queremos mais. Há muita coisa ainda a ser feita. Sabemos que este é um primeiro importante passo no processo de democratização do controle social sobre o orçamento público brasileiro.

O Instituto Cultiva, representando o FBO, agradece a oportunidade e felicita todos os que aqui estão construindo mais uma parte da história de nosso país.

Agradeço à Michelle e ao Fórum Brasil do Orçamento, que, em Brasília, muito nos tem ajudado a abrir esse espaço de participação.

Gostaria de convidar o Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira desta Assembléia, que muito bem nos recebeu aqui e também está discutindo o Orçamento do Estado, para participar desta Mesa. Desde já, agradeço-lhe a colaboração.

Quero agradecer também a todos os Deputados Estaduais, nossos parceiros, que aqui participam ativamente desse processo: Deputado André Quintão, que daqui a pouco fará uso da palavra; Deputado Edson Rezende; Deputado Adelmo Carneiro Leão; Deputado Ricardo Duarte; Deputado Laudelino Augusto; Deputada Elisa Costa; Deputada Jô Moraes, que ano que vem estará conosco e apresentará emendas ao Orçamento da União. Faço questão de citar todos os parlamentares, Deputados e Deputadas desta Assembléia. Se houver Deputados de outros Estados, irei mencioná-los, pois são nossos parceiros e muito colaboram com a democratização dos Orçamentos tanto nos Estados quanto nacionalmente. Passo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro, membro da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, que disporá de 5 minutos para suas considerações. Inverterei as apresentações: falará um participante da Mesa e outro do Plenário, para que, democraticamente, todos possam participar com a mesma disposição e com o mesmo tempo.

O Deputado Federal Leonardo Monteiro - Obrigado, Deputado Gilmar Machado. Quero cumprimentá-lo e ao Senador Valdir Raupp, relator da nossa Comissão. Saúdo também a Deputada Maria do Carmo, o Deputado Jaiminho Martins, a Deputada Elisa Costa, na pessoa de quem cumprimento a todos os Deputados Estaduais presentes, e os representantes dos movimentos sociais, das associações e entidades presentes neste seminário.

Quero destacar a importância da realização de seminários aqui em Minas Gerais, na nossa região, e nas outras regiões do Brasil, cuja iniciativa é da Comissão de Orçamento. Para mim, trazer o Orçamento para ser discutido nos Estados com as entidades significa garantir a participação dos movimentos sociais, das entidades; enfim, de todo o público, permitindo-lhe conhecer melhor esse Orçamento.

Aproveito a oportunidade para parabenizar o Deputado Federal Gilmar Machado e o relator da Comissão do Orçamento, Senador Valdir Raupp, por esta iniciativa, que respalda as ações da nossa Comissão do Orçamento ao tornar público o Orçamento Geral da União. Como já foi dito, isso permite o complexo entendimento da execução do Orçamento, da sua elaboração e principalmente da sua fiscalização. Todos sabemos da importância e da necessidade de nós, cidadãos e cidadãs do Brasil, podermos fiscalizar a execução orçamentária.

Portanto, como Deputado Federal e membro da Comissão do Orçamento, reconheço a grande importância das três fases do Orçamento - elaboração, execução e fiscalização.

Quero também, como Deputado Federal de Minas Gerais e membro da Comissão do Orçamento, colocar-me à disposição desta Assembléia Legislativa e de todas as entidades para elaborarmos um Orçamento que atenda às nossas expectativas. Também coloco-me à disposição para ajudar que a execução do Orçamento aconteça de forma ampla, irrestrita, para atender às nossas expectativas, sobretudo no que diz respeito à fiscalização por parte das entidades da execução do Orçamento de 2007, melhor ainda do que já tem fiscalizado o de 2006. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Agradeço ao Deputado Leonardo, nosso parceiro na Comissão. Registro a presença e agradeço aos Deputados Fábio Avelar, Doutor Viana, Durval Ângelo, Gil Pereira, Gustavo Valadares, Jayro Lessa, Luiz Humberto Carneiro, Maria Tereza Lara, Paulo Cesar e Sebastião Helvécio. Os Deputados podem participar. Todos os servidores têm sido nossos parceiros na formulação deste seminário de abertura e também podem participar. Com a palavra, João Jacques Silveira Pena, representante do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal - Sindreceita -, que dispõe de 5 minutos para sua exposição.

O Sr. João Jacques Silveira Pena - Cumprimento o Deputado Rogério Correia, anfitrião deste evento; o Senador Valdir Raupp, relator-geral da proposta orçamentária; o Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional; os demais integrantes da Mesa e todos os presentes.

O Sindireceita sente-se extremamente honrado pelo convite feito pelo Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente dessa Comissão.

Dois motivos ressaltam a importância de nos fazermos presentes nesta reunião: a deferência como manifestação de reconhecimento pela atuação do Sindireceita junto ao Congresso Nacional no debate das questões relevantes para o País e o tema orçamentário, por seu caráter de verdadeiro objeto da batalha pelo poder político de um País.

Embora preterido do debate eleitoral, é na leitura do Orçamento que se manifesta a verdadeira hegemonia na condução dos nossos destinos. É onde, na prática, traça-se o futuro de um País.

Não é nos discursos das campanhas eleitorais que devemos buscar a verdadeira intenção do político, mas nas suas prioridades na alocação dos recursos do Orçamento para implementar as políticas públicas que a sociedade exige.

E é desse entendimento que parte o nosso reconhecimento e maior elogio à iniciativa de trazer a sociedade organizada para participar da discussão e da confecção do Orçamento. Essa é a maior aula de cidadania que o nosso povo pode ter.

Parabéns pela iniciativa e contem conosco para dar seguimento e aprofundar, cada vez mais, esse caminho de diálogo com o povo brasileiro, sobre como utilizar o recurso que cada um de nós cede do seu trabalho para construir um País socialmente mais justo, transparente e democrático.

Como colaboração ao trabalho desta Comissão, gostaríamos de trazer para discussão com os senhores parlamentares e demais presentes a situação dos servidores públicos federais em geral e a dos técnicos da Receita Federal, em particular.

Depois de quase uma década de desmonte do serviço público, norteadas pela política neoliberal que dominou o País nesse período, o novo governo, apesar do discurso, pouco fez para construir uma política estruturante para a administração pública, que definisse os princípios que deveriam reger a política salarial, que tem a sua expressão neste espaço, pela destinação de recursos para esse fim.

Em maio do ano passado, o Presidente Lula, em reunião com os representantes dos Três Poderes, anunciou a criação de um grupo para estudar a unificação das carreiras e salários dos quase 2 milhões de servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Esses servidores estão distribuídos em centenas de carreiras e cargos diferentes, cuja diferença salarial chega a 11 vezes no Executivo e 13 vezes no Judiciário.

Apesar de denunciarmos essa iniquidade desde que a Constituição de 1988 destruiu, equivocadamente, o sistema de carreiras, constituindo um sistema de barreiras e compondo uma estrutura de castas no serviço público, nada foi feito para corrigir tal aberração.

Em todos os setores do serviço público encontramos a desmotivação causada pela impossibilidade de desenvolvimento dos servidores nos seus órgãos de atuação e pelas ações de segregação e injustiça protagonizadas pelos grupos que se apropriaram de sua administração.

Se o serviço público vai mal, é exatamente por causa dessa falta de visão de gestão administrativa que o governo e os parlamentares têm tido.

Queremos chamar a atenção para o fato de que os senhores parlamentares, o governo e os representantes da sociedade organizada estão sendo negligentes com o serviço e o servidor público.

Se temos que tomar decisões sobre alocações orçamentárias, temos que ter uma referência para nos guiar. Mas onde está essa referência? Que política devemos seguir para decidirmos se alocamos ou não recursos para esse setor? Será que a sociedade está satisfeita com a atuação do Estado? Como auferir isso?

Basta fazer essas perguntas e veremos que o serviço público precisa ser melhorado, tornado eficiente, eficaz e ter seus servidores valorizados.

Os técnicos da Receita Federal trabalhamos num órgão em que percebemos a metade do salário que é atribuído ao Fiscal e, ainda assim, somos espancados e mortos nas fronteiras deste país, fazendo o trabalho que um Fiscal deveria estar fazendo, pois as atribuições que tornariam efetivos os nossos trabalhos lhes foram dadas privativamente.

E é assim na maioria dos órgãos públicos. Por isso, por sabermos que estamos num labirinto escuro por causa da cegueira geral, queremos, pelo menos, tentar minimizar a iniquidade financeira, já que este é o fórum para isso; ou, ao menos, poder negociar.

Para tanto, tecemos algumas críticas sobre pontos da proposta de lei orçamentária, que passamos às mãos do Presidente da Comissão. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Registramos a participação do Deputado Júlio Delgado, que já esteve conosco. Ele também é membro da CPI dos Sanguessugas e tem uma audiência agora à tarde. Por essa razão, não pôde ficar até o final, mas fez questão de apresentar essa justificativa e de marcar sua presença, que agradecemos. Com a palavra, a Deputada Federal Maria do Carmo Lara, por até 5 minutos.

A Deputada Federal Maria do Carmo Lara - Quero cumprimentar todas as entidades, Vereadores, Prefeitos, Deputadas e Deputados Estaduais. Nas pessoas do Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente da Comissão, e do Senador Raupp, saúdo toda os integrantes da Mesa e os colegas Deputados Federais.

Por mais que possamos considerar isso chato, quero dizer da importância desta audiência pública, Deputado Gilmar Machado e Senador Raupp, mesmo que não consigamos avançar como gostaríamos em termos de uma democratização maior na discussão do Orçamento federal.

Se é que guardei bem, a técnica do Senado disse que a última foi em 1977 ou 1997. Parece que foi em 1997. Isso significa que, durante alguns anos, estivemos fazendo um Orçamento fechado. Mesmo a Câmara dos Deputados, instituição de que faço parte, democratizou pouco. Talvez por isso tenhamos vivido durante esse período alguns escândalos com relação ao Orçamento. A partir do momento em que se trabalha a

questão da participação e da transparência, além de valorizarmos e respeitarmos o dinheiro público, fazemos com que se eliminem os escândalos que vivemos, que devem se apurados sempre que ocorram.

Não pertenço à Comissão de Orçamento, mas fiz questão de participar e quero parabenizá-la. Mesmo não integrando a Comissão, nós nos interessamos pela discussão do Orçamento. Ele mexe com a vida de todo o povo brasileiro, inclusive nós, seus representantes. E estamos lá também para debater a representação do Estado em que fomos eleitos, Senador. Esta audiência pública está discutindo a Região Sudeste. São muitos Estados, mas os Deputados Federais de Minas estamos lá para debater os interesses do nosso Estado e do Brasil como um todo.

Já fui Prefeita, lidei com peça orçamentária, e sabemos que o Orçamento é curto. As necessidades são muito maiores que o dinheiro disponível. Então, Orçamento é prioridade, Deputado. Mesmo com menos recursos, temos de estabelecer prioridades.

Observamos que há prioridades estabelecidas, a exemplo dos investimentos na área social, que cresceram mais de 14%. Ademais, ressaltamos as prioridades estabelecidas na área de infra-estrutura. Portanto há questões importantes. É lógico que cada Estado vai discutir e debater o que é prioridade nessas áreas, mesmo sabendo que não há recursos suficientes para atender a todos os aspectos.

Para encerrar, ressalto que temos de começar uma discussão acerca da mudança da cultura. Tenho aqui o "Jornal da Câmara", que contém o seguinte: "Verbas para a área social crescem, investimentos continuam baixos". Estamos falando em Orçamento federal. Para mim, investir em pesquisa, em universidades federais, em escolas técnicas federais, ou seja, investir em educação, saúde, área social, bolsa-família significa um investimento, não um gasto. Portanto temos de começar a fazer essa discussão com vistas a uma mudança.

Costumamos ouvir: "O Japão e a Coréia cresceram, porque investiram em educação". Nos debates realizados durante as audiências públicas, temos de começar a mudar essa cultura. O investimento na área social não significa um gasto. Se gastarmos, investirmos bem, melhoraremos as condições de vida das pessoas, geraremos empregos e, conseqüentemente, resolveremos muitos problemas do Brasil.

Como disse o Senador, se o Fundeb for votado, mais recursos serão empregados. Dessa forma, com certeza a educação do País melhorará. Nesta audiência, o Deputado Gilmar, o Senador, enfim, nós não conseguiremos resolver essa questão; todavia é preciso iniciar esse debate com a sociedade durante as audiências públicas. Repito: investimento na área social é investimento, e não gasto, visto que melhora a qualidade de vida do País. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputada Maria do Carmo. Com a palavra, por 5 minutos, o Sr. Aloísio Tancredo Lopes.

O Sr. Aloísio Tancredo Lopes - Boa-tarde. Faço parte do Sindicato dos Servidores Públicos de Minas Gerais. Sou de Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata mineira.

Parabenizo a Comissão Mista de Orçamento pela iniciativa democrática de trazer para a sociedade - e é assim que deve ser -, a discussão da peça orçamentária. Agradeço ao Senador Valdir Raupp, ao Deputado Federal Gilmar Machado, nosso conterrâneo, à Deputada Federal Maria do Carmo Lara, ao Deputado Federal Leonardo Monteiro, à Deputada Elisa Costa, ao Secretário de Fazenda, ao Deputado Estadual Domingos Sávio e ao Dr. Márcio, representante do Ministério do Planejamento.

Peço à Mesa permissão para falar em nome do Sindicato do Servidores Públicos Federais de Minas Gerais, que aqui representa a nossa categoria, e, junto à Condsef, a nossa confederação, e ao parlamento brasileiro, luta em defesa dos servidores mais humildes e excluídos do processo das carreiras no setor público.

Cito os servidores do Ministério da Fazenda, da Advocacia-Geral da União, aqui presentes, os companheiros do Ministério da Agricultura, da Fundação Nacional de Saúde, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, da área de ciência e tecnologia, dos órgãos civis militares, que tanto são discriminados em seus locais de trabalho, já que lhes é imposta a disciplina militar, apesar de serem regidos pela Lei nº 8.112.

O PCC - assim era chamado -, transformou-se em PGP. Na verdade, foi criado, sob a tutela do regime militar, pelo Presidente Médici, em 1970. Até hoje, carregamos nas costas esse peso. Somos excluídos do processo de uma carreira específica para esses setores; por isso solicitamos à bancada mineira empenho na conquista de uma carreira para todos os setores. Refiro-me aos chamados planos de cargos e salários. Quero entregar a cada um dos senhores da Mesa, especialmente ao representante do Ministério do Planejamento a camisa: "SOS Serviço Público - Orçamento 2007".

Da mesma forma, um envelope dos companheiros da Advocacia-Geral da União e da Confederação dos Servidores Públicos Federais, da Condsef e do Sindsep, a fim de amenizarmos o sofrimento dos nossos companheiros. Muito obrigado a todos e um bom trabalho. Parabéns.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Aloísio. Com a palavra, o Deputado Estadual Ricardo Duarte.

O Deputado Ricardo Duarte - Muito obrigado, Deputado Gilmar Machado. Em nome do Bloco PT-PCdoB, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa e também parabenizar a Comissão de Orçamento, na pessoa do relator, Valdir Raupp.

É absolutamente necessário aplaudir essa iniciativa de democratizar o Orçamento, facilitando não só a participação popular, mas também o acompanhamento da liberação dos recursos federais, mostrando que isso vai produzir um Orçamento mais transparente e uma democratização dos recursos.

A Bancada PT-PCdoB da Casa gostaria de apresentar emendas ao Orçamento da União, depois das experiências vividas ao longo destes quatro anos, a fim de que o Orçamento federal possa atender a algumas diretivas no Estado de Minas Gerais.

Na área de direitos humanos, que viessem recursos para as Apacs, que são associações de proteção e assistência carcerária, para que elas possam aumentar no Estado, em razão das experiências que são muito positivas.

Na área da agricultura familiar, que sejam aumentados os recursos para a segurança alimentar das microdestilarias de álcool, para as escolas-famílias agrícolas e para a agricultura urbana.

Na área do turismo, que fossem implementados recursos para promover eventos que divulguem, de forma integrada, os circuitos mineiros nas áreas rural, ecológica, hidromineral e de negócios.

Na área da educação, que todas as cidades-pólos de Minas Gerais pudessem ter escolas técnicas federais e extensão universitária.

Em relação à área da saúde, gostaria de fazer um comentário importante, aproveitando a presença dos companheiros Deputados Federais, já que é absolutamente necessário que se faça a regulamentação da Emenda nº 29. Não mais podemos conviver com a diminuição progressiva dos recursos para a saúde nos Estados. Por isso, gostaríamos de solicitar a referida emenda para que houvesse a regionalização e a interiorização de hospitais, a fim de que seja resolvido um grave problema de atendimento terciário.

Na área de meio ambiente, que seja dado apoio efetivo aos parques nacionais em Minas Gerais. Lembro-os do Parque da Serra da Canastra, que passa por grandes dificuldades, e, principalmente, lembro desse grande bioma que ocupa 50% de Minas Gerais, que é o cerrado, em avançado estado de deterioração e destruição, sem que conheçamos, minimamente, a sua grande biodiversidade. Então, que surjam novos parques, especialmente na área de cerrado.

Na área de assistência social, que pudesse ser implementado um número maior de centros de referência de assistência social para todas as cidades do Estado.

Por último, que sejam priorizados o Rio São Francisco e a finalização da canalização do Ribeirão Arrudas, no Município de Contagem.

Deputado Gilmar Machado, passaremos às suas mãos essas propostas de emendas orçamentárias do Bloco PT-PCdoB da Casa. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Deputado Ricardo Duarte. Com a palavra, o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, parceiro na montagem deste seminário, Deputado Domingos Sávio. Desde já, o nosso muito obrigado, em nome do Congresso Nacional, à Assembléia e à Comissão pela ajuda na mobilização para a realização deste evento.

O Deputado Domingos Sávio - Prezado amigo, Deputado Gilmar Machado, digno Presidente desta audiência, na sua pessoa cumprimento todos os membros do Congresso Nacional e nosso Senador. Permitam-me também uma saudação especial ao Deputado Jaiminho Martins, meu conterrâneo e amigo pessoal, grande liderança mineira que se vem destacando - e as eleições passadas registraram isso, tornando-o um dos campeões de voto de Minas Gerais, o que demonstra a seriedade do seu trabalho.

Trago também uma palavra para que possamos aproveitar este momento extremamente rico no processo democrático e fundamental para consolidarmos ações e desenvolvimento para o País e, de modo particular, para Minas Gerais. Em que pese às divergências naturais do processo político, amanhã estaremos debatendo, Deputado Gilmar Machado, em um clima também de unidade - falo da unidade da Assembléia e da comunidade -, as nossas preocupações e os nossos anseios em relação ao orçamento de Minas.

Aproveito esta oportunidade para registrar algumas preocupações, alguns apelos nesse clima de unidade, de trabalharmos todos por um país que melhora, e Minas Gerais, naturalmente, tem a sua parcela. Aqui já foram abordadas diversas questões absolutamente justas, como a dos servidores públicos estaduais e federais que precisam da nossa atenção neste momento. Quero abordar dois assuntos: a questão do ressarcimento da desoneração do ICMS e, preocupa-me, a redução do valor da Lei Kandir. Temos notícia de que é algo em torno de R\$3.000.000.000,00, não sei se a previsão é R\$3.900.000.000,00, mas o que foi acertado em 2006, se não me falha a memória, foram R\$5.200.000.000,00. Essa redução é preocupante. É sabido que essa é uma luta permanente, um direito constitucional dos Estados. É preciso avançar para consolidarmos esses direitos constitucionais. É importante refletirmos sobre isso.

Temos, na pessoa do Deputado Federal Gilmar Machado, a confiança de que temas como esse, de interesse de todos os Estados e de todos os Municípios, serão debatidos. Frequentemente se fala na Lei Kandir pensando-se nos Estados, mas uma parcela da Lei Kandir, desse ressarcimento, chega ao Município. Deputado Gil Pereira, no Norte de Minas, quando o Município recebe um pouco desse dinheiro, é a salvação de algum programa social. É um dinheiro que precisa voltar, por uma questão de justiça. Tadeu, Secretário Adjunto, lembrou que estradas são uma preocupação. Aliás, digo que seria muito bom que nessa gestão se aprofundasse o debate sobre a Cide. Estamos vendo R\$500.000.000,00 de investimento em Minas Gerais em estradas, em rodovias. Se formos fazer um balanço rápido das demandas que Minas tem - metrô, Anel Rodoviário de Belo Horizonte, duplicação da 262 -, veremos rapidamente que o dinheiro não vai dar para o que se precisa fazer e já está programado, anunciado pelo governo. Ainda há a conservação da malha rodoviária, e vem a questão da Cide. Quem sabe é hora de abrir uma discussão, de transferir responsabilidades e recursos, para que os Estados da Federação pudessem assumir de fato a manutenção dessas malhas, não em um acordo temporário, mas definitivamente? É o Estado que tem de manter e receber uma parcela mais expressiva da Cide.

Concluindo, queria deixar um apelo para que, nas emendas de bancada ou mesmo no orçamento geral proposto pelo Governo - e não o conheço em detalhes -, sejam revistas. Estamos vendo algumas coisas no campo social, por exemplo os Conselhos Tutelares. Felizmente, está-se fortalecendo a consciência cívica de que temos de ter mecanismos em que a sociedade e os governos municipais atuem no amparo da criança e do adolescente. Mas falta estrutura. Vamos discutir a possibilidade de haver alguma emenda de bancada mineira para que os Conselhos Tutelares no País todo possam receber estrutura para trabalhar - e isso já foi discutido. Volto a dizer que o sentimento que nos une todos, Situação e Oposição, em Minas, não tenham dúvida, deve estar presente também no Congresso.

O recurso humano quase sempre é voluntário, mas são necessários computadores, veículos, equipamentos, para dar assistência adequada à criança em situação de risco. O Estado e o governo federal poderiam compartilhar ações dessa natureza. Obrigado. Parabéns pela iniciativa do Congresso que engrandece esta Assembléia Legislativa.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado Domingos Sávio. Passo a palavra ao Presidente da Epamig, Baldonado Napoleão, que disporá de 5 minutos para suas considerações.

O Sr. Baldonado Napoleão - Bom dia a todos. Deputado Gilmar Machado, parabéns pela iniciativa desta importante reunião, que engrandece o Parlamento brasileiro e a Assembléia de Minas. Deputadas Elisa Costa e Maria do Carmo Lara, Deputados Gil Pereira, Jaime Martins e Domingos Sávio; Senador Valdir Raupp. Aqui vejo diversos líderes de organizações públicas e privadas participando desta importante reunião, assim como Reitores das universidades de Minas Gerais.

Deputado Gilmar Machado, tentarei abordar a questão da necessidade de aumento dos investimentos federais na pesquisa agropecuária em nosso país. A vocação do Brasil para a produção de alimentos é de fundamental importância para todo o mundo. Não faz sentido o governo federal continuar investindo tão pouco na infra-estrutura de pesquisa agropecuária do nosso país. O que o Brasil representa, como grande produtor de alimentos, relaciona-se diretamente com a sua força política de investimento na pesquisa agropecuária. As grandes empresas produtoras de alimentos não precisam da pesquisa pública, pois investem em pesquisa privada para colocar e manter seus produtos no mercado. Mas o pequeno produtor rural depende diretamente da pesquisa pública. A Embrapa e os órgãos estaduais de pesquisa agropecuária produzem o conhecimento tecnológico que explica a sobrevivência do pequeno produtor. Falar do pequeno produtor, principalmente em Minas, é falar de 80% das propriedades do nosso Estado, que têm menos de 100ha. Refiro-me a uma questão crucial, profundamente democrática, fundamental para um país que nasceu com a vocação de produtor de alimentos, comparecendo, na composição do PIB, com um percentual altíssimo. Entretanto, o pequeno produtor é prejudicado pela falta de investimento público, principalmente federal, na pesquisa agropecuária. O Ministério da Ciência e Tecnologia tomou uma medida histórica recentemente, destinando uma verba de R\$1.000.000,00 para estudar a situação do sistema nacional de pesquisa agropecuária no Brasil, da Embrapa e dos órgãos estaduais de pesquisa agropecuária, entre eles a Epamig, que tenho a honra de presidir no atual governo Aécio Neves. Esse estudo será concluído em novembro. O Centro de Gestão em Estudos Estratégicos recebeu essa verba do Ministério da Ciência e Tecnologia, que, por sua vez, contratou a Fundação Joaquim Nabuco, de

Pernambuco, que termina agora esse estudo importantíssimo. Deixo registrada a necessidade de investimentos públicos na pesquisa, em nome da Embrapa e das organizações estaduais de pesquisa agropecuária, que produzem conhecimento científico e tecnológico para os milhões de pequenos produtores rurais deste país, injustiçados por falta de acesso a tecnologias suficientes para permanecerem no mercado.

Do contrário, se não houver investimento público na pesquisa, teremos somente produtos de grandes empresas neste país. Quero deixar registrado aqui o nosso apelo, da Embrapa, dos órgãos estaduais, para que os nobres parlamentares brasileiros corrijam essa enorme injustiça: a falta de investimento suficiente de recursos públicos federais na pesquisa agropecuária do nosso país. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Baldonado. Com a palavra, o membro da nossa Comissão de Orçamento, o qual tem dado uma grande contribuição, Deputado Jaime Martins. Aliás, ele deverá ser relator setorial. Faço uma previsão, não sei, mas ele deve ser.

O Deputado Federal Jaime Martins - Obrigado, Presidente. Gostaria de cumprimentar todos os presentes, companheiros Deputados Federais, congressistas, Senador Valdir Raupp, nosso Relator-Geral do Orçamento, amigos Deputados Estaduais, enfim, todos os representantes da sociedade civil e das diversas entidades de Minas Gerais.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, desejo comemorar com alegria a possibilidade de estarmos aqui, em Belo Horizonte, depois de vários anos, voltando a discutir o Orçamento da União em terras mineiras. Saúdo-o por esta iniciativa, como uma das muitas tomadas por V. Exa. à frente da Presidência da Comissão de Orçamento, que pretende dar mais transparência à execução orçamentária e à elaboração do Orçamento. Assim, desejo deixar registrado que a bancada mineira no Congresso Nacional deverá apresentar 22 emendas ao Orçamento, das quais três são indicadas diretamente pelos Senadores, sendo as restantes, em torno de seis a sete, um número ainda a ser finalizado em negociação - geralmente fica em torno disso, ou seja, um terço, 40% ou até 50% -, indicações de emendas, as chamadas emendas estruturantes indicadas pelo governo do Estado. Naturalmente, o governo, ao fazer suas indicações, tem o cuidado de ouvir a Assembléia, os diversos Secretários e os segmentos.

Desejo registrar que, no ano passado, a bancada mineira foi a que mais apresentou e conseguiu maior valor das emendas: R\$383.000.000,00. Apenas na área de estradas, foram indicados R\$141.000.000,00. Desejo registrar que possivelmente hoje o valor alocado em Minas Gerais deverá sofrer um aumento significativo, sobretudo no que se refere à infra-estrutura das estradas.

Sr. Presidente, desejo também fazer o registro de que, embora conheçamos o grande esforço empreendido por V. Exa. para dar transparência a esse processo e o trabalho do relator e dos diversos membros da nossa Comissão, ainda sentimos que o Parlamento, o Congresso Nacional, está muito ausente da verdadeira elaboração do nosso Orçamento, porque a forma como ele é apresentado ainda é o Orçamento autorizativo. Ou seja, nós, nada mais, nada menos, autorizamos o Executivo a proceder aos gastos. Essa vertente do Orçamento autorizativo combinada com as perversidades das medidas provisórias, quando muitas transferências de crédito têm sido feitas, ao longo dos anos, por meio de medidas provisórias. Recentemente houve uma medida provisória no valor de R\$1.500.000.000,00.

As medidas provisórias, para serem utilizadas no Orçamento, nem sequer dependem de aprovação pelo Congresso Nacional. Temos de fazer uma grande discussão nesse Congresso a respeito do Orçamento autorizativo e impositivo. Eu mesmo tenho proposta nesse aspecto, e essa discussão não deve ser mais meramente política, ou seja, de quem está ou não no governo. Não se trata de ser PT ou PSDB. Faz-se necessária uma discussão madura, que possa escalonar, ao longo do tempo, a implantação de um Orçamento que seja verdadeiramente aquele que a sociedade brasileira deseja. Esse Orçamento precisa ser feito pelo Congresso Nacional, que deve impor o desejo da sociedade, para que o Executivo seja obrigado a cumpri-lo.

Queria também, para finalizar nossa rápida participação, dizer que algumas das nossas emendas de 2006 estão com baixa execução. Precisamos, com apoio da Presidência e do relator, trabalhar para que Minas Gerais venha a receber os R\$28.000.000,00 previstos para o Programa de Inclusão Digital, por meio do repasse para nossa Secretaria de Ciência e Tecnologia, bem como para o Programa Pró-Aéreo, dos aeródromos, a ser executado, para o qual se destinaram cerca de R\$20.000.000,00. Da mesma forma, há o Programa Minas sem Fome, com R\$23.000.000,00; os programas de saúde, também a serem executados, com R\$34.000.000,00. Os programas das nossas universidades públicas também não foram ainda executados. Além disso, necessitamos de obras importantíssimas para o nosso Estado, o que esperamos conseguir por meio de emendas. Uma dessas obras é a duplicação da BR-262, entre a Região Metropolitana, Betim e o Triângulo Mineiro. Essa obra já está com seu projeto basicamente concluído, no ponto de ser licitada. Todavia, dependemos de alocar, pelo menos, R\$50.000.000,00 no Orçamento para que possamos, no princípio do próximo ano, executar a obra.

No mais, Sr. Presidente, quero agradecer-lhe e saudá-lo, mais uma vez, pela feliz iniciativa que nos possibilitou a discussão do Orçamento Geral da União. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado, Deputado Jaime Martins. Com a palavra, por 5 minutos, o Sr. Agostinho Filho, representante do Andes.

O Sr. Agostinho Beghalli Filho - Cumprimento o Deputado Federal Gilmar Machado, os demais componentes da Mesa, as senhoras e os senhores.

Estou Vice-Presidente do Andes, todavia não estou aqui para falar em seu nome, mas em nome da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais - CNESF. A nossa fala refere-se à importância da mobilização dos servidores públicos para a garantia de uma dotação orçamentária que atenda nossas reivindicações. É importante que se coloque que as reivindicações dos funcionários públicos não é um discurso corporativo, como algumas pessoas e entidades querem fazer crer à sociedade. Nossas reivindicações são importantes porque somos nós que fazemos o atendimento à população, que mantemos a máquina administrativa.

Exemplos disso podem ser vistos muito claramente. Em algumas apresentações aqui, com projetor, falou-se muito em aeroportos, e hoje estamos vendo a importância do funcionário público que trabalha no controle de voo. Agora a população está vendo como as condições de trabalho desse funcionário são precárias. Nos Estados Unidos, trabalha-se por 4 horas; já no Brasil, trabalha-se por 8. Enquanto nos Estados Unidos um funcionário recebe US\$8.000,00, aqui são R\$2.000,00, ou menos.

Temos de ter em mente que os funcionários públicos - por exemplo, os da vigilância sanitária, da educação e da saúde - são importantes para o Estado.

Precisamos fazer um debate que considere alguns gráficos que foram apresentados. Não tenho acesso ao "datashow", mas tenho uma "folha show". Foram apresentados alguns dados que mostraram o crescimento da despesa com pessoal. Vimos que esse crescimento aumentou muito no Legislativo e no Judiciário, mas, no Executivo, quase se manteve. Quem fez a apresentação, aliás, disse que ele foi muito pequeno.

Depois, vimos outro gráfico, que mostrava a evolução de pessoal e encargos sociais. Quem olha esses dois gráficos tem uma visão turva do que realmente acontece com o funcionalismo público. Deveríamos ter aqui outros gráficos que apresentassem, por exemplo, a relação entre despesa com pessoal e receita corrente. Vemos que esse gráfico desce, não sobe, e, se o compararmos com o outro, teremos outra visão.

Em 1995, o governo gastava 56% da receita corrente líquida com pessoal. Em 2005, gastou 27%, apesar de a Lei de Responsabilidade Fiscal limitar esse teto em 50%. Portanto, o governo gasta pouco com o funcionalismo.

Em outro gráfico, vimos o superávit primário, que, de 1994 a 2004, cresceu muito, quase triplicou. Para terminar, podemos olhar a estimativa de despesas com juros da dívida pública, que também, de 1994 a 2005, cresceu estrondosamente.

Portanto, esses gráficos devem ser analisados de forma comparativa, porque, senão, a própria sociedade terá uma visão errada sobre a questão do orçamento e da disponibilidade de verbas para o pagamento dos funcionários públicos.

Também outra preocupação é o aumento do superávit. Tanto o Lula, que governará o País por mais quatro anos, quanto seu concorrente diziam a mesma coisa: há necessidade de aumento do superávit. E onde se indica esse aumento? Em corte de gastos com funcionalismo.

Para terminar, quero dizer que é importante que tenhamos em mente a necessidade de uma dotação orçamentária para o funcionalismo público em 2007, porque não podemos continuar com reajuste de dois em dois anos. Precisamos de um reajuste linear nos nossos salários; precisamos incorporar as nossas gratificações e fazer uma correção das distorções criadas pelas MPs deste ano que passou.

Para finalizar, é importante que os parlamentares presentes se empenhem em buscar junto ao governo a reabertura das negociações com o funcionalismo público federal. Somente com essa reabertura, o funcionalismo terá espaço para discussão. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Agostinho. Com a palavra, a Deputada Elisa Costa.

A Deputada Elisa Costa - Quero saudar o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, Deputado Federal Gilmar, o Senador Valdir Kaupp, todos os Deputados e a equipe técnica dessa Comissão que se fizeram presentes e se manifestaram neste Plenário.

Deputada Maria do Carmo; Deputado Leonardo Monteiro; Deputado Domingos Sávio, Presidente da nossa Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; Deputado Jaime Martins; Deputado Gil Pereira; enfim, em nome do Deputado Ricardo Duarte, Líder do nosso bloco, cumprimento os demais Deputados presentes.

Primeiramente saúdo esta belíssima iniciativa de democratização do debate do Orçamento, especialmente trazendo a sociedade, ouvindo as diversas realidades do Sudeste do País, considerando a contribuição dos movimentos sociais, da sociedade organizada, das diversas representações que já se fizeram presentes, como os servidores federais, bem como os das universidades, através de seus Reitores.

Quero registrar o nosso esforço, na Comissão de Orçamento do Estado, para que haja, cada vez mais, transparência e presença da sociedade nas definições, nos rumos e nos recursos de Minas Gerais e para que a democratização, de fato, represente as necessidades do povo brasileiro, especialmente no Estado de Minas Gerais.

Queria acrescentar à exposição do Líder do nosso bloco, Deputado Ricardo Duarte, uma sugestão: nas emendas de bancadas sugeridas para a região Sudeste de Minas Gerais, tínhamos uma emenda que não veio no Orçamento de 2007, mas no de 2006, que queria que fosse recuperada. Na pág. 44 está o apoio às entidades públicas de ensino superior do Estado de Minas Gerais. No Orçamento deste ano, essa emenda estava orçada no valor de R\$10.000.000,00.

Também gostaria de sugerir à Comissão Mista de Orçamento que tivéssemos, à exemplo da sugestão dos conselhos tutelares, uma segunda emenda de bancada recuperando a educação superior em Minas e, principalmente, dando condições para que as extensões universitárias, projeto do governo Lula, possam efetivar-se nas diversas cidades no Estado de Minas Gerais.

Apresento também três sugestões de emenda. Uma diz respeito diretamente a Minas e ao Espírito Santo. Fazemos parte da Comissão Interparlamentar que cuida da bacia hidrográfica do Rio Doce, e ainda não temos nessa bacia um projeto de revitalização. Somente agora estamos trabalhando para que haja recursos no Orçamento de Minas e no da União para o Projeto Rio Doce Limpo, que visa à despoluição da bacia hidrográfica do Rio Doce. É somente uma pequena parte do que precisa toda a bacia. Quero acrescentar uma emenda de apoio ao projeto Rio Doce Limpo, como saneamento e revitalização da bacia do Rio Doce, que inclui 231 Municípios, somando Minas e o Espírito Santo.

A segunda, que já foi apresentada na LDO, diz respeito a minidestilarias de biodiesel em Minas Gerais, especialmente na região Leste, para promover, não somente o fortalecimento da agricultura familiar, a inclusão social e a geração de emprego e renda de pequenos agricultores, mas também o desenvolvimento regional da região.

A terceira se refere ao apoio às entidades públicas de ensino superior, que já está em andamento, mas precisa-se vislumbrar recurso para o próximo ano. Queremos a implantação do "campus" federal do Vale do Rio Doce, onde moramos, pois é a única região que ainda não tem universidade pública. A UFMG já se desloca para Governador Valadares. Queremos incluir uma extensão universitária no Vale do Rio Doce, completando as instituições públicas nas regiões de Minas Gerais e contribuindo, assim, para a superação das desigualdades regionais, tendo a educação como prioridade para o desenvolvimento das nossas regiões e do Estado de Minas Gerais.

Agradeço a oportunidade e parabeno o Deputado Federal Gilmar Machado e o Senador Valdir Raupp, que se encontra conosco nesta importante contribuição para Minas Gerais.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputada Elisa Costa. Com a palavra, o Sr. Antônio Nazareno Mendes, Reitor da Universidade de Lavras, representando o Fórum das Universidades. Solicitamos aos que ainda desejam se inscrever para fazer uso da palavra que o façam logo, para que a secretaria encerre o recebimento das inscrições.

O Sr. Antônio Nazareno Mendes - Boa-tarde. Fui, em parte, beneficiado pelas falas da Deputada Elisa Costa e do Deputado Federal Jaime Martins, mas é preciso dizer que aqui represento não apenas a Universidade Federal de Lavras, mas também o Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais.

Defendemos a emenda de bancada no Orçamento de 2007 para as nossas instituições públicas de ensino superior, o que, em comum acordo com a bancada de parlamentares mineiros, temos conseguido desde 2003.

Vínhamos, aliás, sendo estimulados pelo governo federal e pela bancada de parlamentares mineiros a promover a interiorização da educação superior em Minas Gerais. De 2003 a 2005, recebemos um aporte de recursos que foi crescente: R\$8.000.000,00, na emenda de 2003, e R\$15.600.000,00, em 2005. Em 2006, o recurso foi significativamente reduzido para R\$10.280.000,00, que, como bem lembrou o Deputado Federal Jaime Martins, ainda nem recebemos. Aliás, nós, Reitores, estamos com processos de licitação e pregões eletrônicos abertos sem o

lastro orçamentário. Esperamos contar com o apoio do Presidente e do relator da Comissão de Orçamento de 2007 para a efetiva execução dessa emenda ainda no exercício de 2006.

Amanhã nos reuniremos com a bancada mineira, para discutir a inclusão de uma emenda de bancada que defina o aporte de, pelo menos, R\$30.000.000,00 para as 14 instituições públicas de ensino superior em nosso Estado.

É do conhecimento de todos que o Orçamento de outros custeios de capital é insuficiente para bancar a expansão que temos experimentado em Minas Gerais. Houve um crescimento muito expressivo com a oferta de cursos de graduação e de programas de pós-graduação e a instalação de unidades acadêmicas de nossas instituições em praticamente todas as regiões de nosso Estado.

Das 14 instituições públicas de ensino superior em Minas, 12 são federais e 2 são estaduais. As federais compreendem 11 universidades e o Cefet Minas. As estaduais são a Unimontes e a Uemg, que também entram na emenda.

Graças à expansão, estamos presentes em 51 "campi" em todo o Estado de Minas, oferecendo 452 cursos de graduação, 361 cursos de especialização, 166 mestrados e 101 doutorados para aproximadamente 150 mil estudantes. Temos cinco hospitais universitários, com aproximadamente 1.500 leitos, que realizam 1.850 procedimentos hospitalares ao ano.

Nossa expectativa para 2005, em consequência da expansão, era de uma emenda de R\$25.000.000,00; mas, como já disse, fomos beneficiados com apenas R\$10.280.000,00 e ainda estamos esperando sua execução orçamentária.

Nosso pleito hoje é que seja novamente incluída no orçamento de 2007 a emenda de bancada de R\$30.000.000,00.

O Sr. Coordenador - Registramos a presença do Deputado Paulo Piau, que, a partir de janeiro, estará conosco, em Brasília, como Deputado Federal. Passamos a palavra ao Deputado Estadual Edson Rezende.

O Deputado Edson Rezende - Quero cumprimentar todos os presentes pela riqueza da participação, especialmente os membros da Mesa: Deputado Gilmar Machado, Senador Valdir Raupp, Deputada Federal Maria do Carmo, Jaiminho Martins, Deputada Elisa Costa e Deputado Domingos Sávio.

Este momento é singular por dois motivos. Primeiro, porque temos de apostar naquilo em que acreditamos, e a participação é um instrumento fundamental para mudar a cultura e o País. É com essa participação que percebemos as necessidades - e estamos vendo isso aqui - e temos a oportunidade de apontar o dedo para aquilo que precisa ser relevado, e que, às vezes, não foi. O segundo motivo se refere à transparência. Uma coisa depende da outra. Por isso, Deputado Gilmar Machado, fico feliz ao ver, pela apresentação, que podemos acompanhar a execução do orçamento federal. Isso é um grande avanço para o nosso país.

Muitos espectadores da TV e muitos de vocês podem estar se perguntando por que em Minas Gerais não há transparência no acompanhamento do Orçamento. Pode parecer que houve falha ou omissão. Portanto, tenho a obrigação, em nome do Bloco PT-PCdoB, de dizer que colocamos na LDO deste ano uma emenda com o seguinte teor: "Art. 17 - Para fins de transparência da gestão fiscal e em observância ao princípio da publicidade, o Poder Executivo disponibilizará na internet, no 'site' da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão: I - o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; II - a proposta orçamentária e a Lei Orçamentária Anual; III - as informações de programação e execução de metas físicas do Sigplan; IV - a execução orçamentária com o detalhamento das ações por função, subfunção e programa, mensalmente e de forma acumulada; V - até o vigésimo dia de cada mês, relatório comparativo da arrecadação mensal realizada até o mês anterior das receitas administradas; VI - o relatório das tomadas ou das prestações de contas anuais e extraordinárias dos órgãos e das entidades da administração pública estadual, no prazo de trinta dias após o envio ao Tribunal de Contas do Estado dos respectivos processos de tomadas e prestações de contas".

Essa foi a emenda apresentada pela nossa bancada e aprovada no momento da votação da LDO. No entanto, esse artigo foi vetado pelo Governador do Estado e, há quinze dias, aqui nesta Casa, defendemos a derrubada desse veto para que pudéssemos, democraticamente, dar a oportunidade ao povo mineiro de acompanhar a execução orçamentária. Esse é um passo fundamental para avançarmos na questão da transparência e da aplicação do Orçamento, com a interferência dos olhos dos cidadãos mineiros. Infelizmente, o veto foi mantido, e perdemos uma grande chance de ter, como na União, um processo democrático de acompanhamento do Orçamento, via internet. Quero registrar que houve essa movimentação e essa determinação. Todavia, a Casa manteve o veto do Governador.

Há um segundo ponto que desejo abordar. Fui Presidente da Ceasa de Minas e tive a oportunidade de acompanhar a produção da agricultura familiar. Hoje os alimentos estão mais baratos na mesa do consumidor. É verdade. Mas, na base, lá no campo, há um problema: a manutenção, a longo prazo, do trabalho dos produtores. Por quê? Por causa do custo da produção, especialmente dos insumos. Há um problema grave: o custo dos insumos está cotado a preço internacional, o preço do dólar. Portanto, assim como hoje há a farmácia popular, faz-se necessário que haja uma ação para baratear os insumos para a agricultura familiar, geradora de milhões de empregos neste Brasil. Essa discussão é fundamental para a nossa agricultura familiar, que hoje possui crédito, mas enfrenta problemas na comercialização em virtude do alto custo da produção.

Por último, quero abordar a questão da BR-040. Vi que lhe foram destinados R\$50.000.000,00 para o ano que vem. Este ano, já houve duas ações importantes nessa BR-040, que é uma das mais movimentadas do País, mais do que a BR-381. Na BR-040, morrem milhares de pessoas todos os anos. Vários pontos críticos dessa estrada já estão sendo corrigidos. É importante destacar que o governo federal assumiu essa posição.

O Viaduto das Almas começa a ser construído neste ano, com R\$10.000.000,00. No próximo ano, serão destinados mais R\$20.000.000,00 para terminar essa construção e R\$30.000.000,00 para a restauração da BR-040, que é fundamental.

A duplicação também é importante. É fundamental, Sr. Presidente, que o projeto do orçamento contenha pelo menos o projeto arquitetônico para a duplicação da BR-040. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Com a palavra, o Prefeito Francisco de Assis Simões.

O Prefeito Francisco de Assis Simões - Cumprimento o companheiro Gilmar Machado, Presidente da Comissão de Orçamento. Seria bom que o Senador estivesse presente, porque minha fala é importante para quem fará a relatoria. Cumprimento os Deputados Jaime Martins, Paulo Piau, Maria do Carmo, Elisa e Domingos Sávio.

É um prazer muito grande participarmos de um debate aberto sobre o Orçamento da União. É muito pouco, mas é um começo. O Deputado Jaime disse que temos que caminhar. O Orçamento, que tem que ser impositivo, é feito como uma coisa autorizativa: faz-se um

contingenciamento, a sociedade não sabe e não o pratica. Isso não acontece somente no governo federal, mas também no governo estadual. Então, precisamos avançar. A sociedade é quem contribui, por isso tem que receber uma satisfação sobre o orçamento: onde se cortou, por que se cortou e por que não se avançou. Se não for assim, fazemos essa grande reunião com pessoas de todos os segmentos, e, depois, nada é praticado e nem é dito o motivo.

Temos que caminhar para um orçamento impositivo, que não seja uma peça de ficção, mas uma realidade. De qualquer maneira, parabeno a iniciativa de começarmos a discutir. Por meio da discussão, vamos nos organizar para exigir que o orçamento seja assim.

Serei objetivo naquilo que direi ao Deputado Federal Gilmar Machado e ao Senador.

Acredito que o Orçamento tem de ser uma peça que venha a dar condições mais justas não só para os cidadãos, mas também para os entes da Federação, Municípios e Estados.

Queria fazer uma solicitação ao Presidente e ao relator, de maneira objetiva. Quando se fala dos recursos voluntários que a União repassa aos entes da Federação, sabemos que o Município tem de cumprir uma contrapartida. E o critério da contrapartida é injusto, porque leva em consideração, primeiro, a população da cidade. Um Município de até 25 mil habitantes tem de dar uma contrapartida de 3% a 8% do que recebe do governo federal. E leva em consideração também a localização das cidades. Os Municípios das Regiões Norte e Nordeste têm um percentual menor; porém não leva em consideração a realidade econômica do Município. Então, todos os Municípios acima de 25 mil habitantes têm de dar uma contrapartida de 20% a 40%. Sou Prefeito de Coronel Fabriciano, e a situação é tão complicada, que tenho o compromisso de receber R\$6.000.000,00, porque minha cidade foi destruída pelas últimas chuvas de dezembro passado. Mas não tenho, no meu Orçamento, condições de receber os R\$6.000.000,00, pois tenho de dar R\$1.200.000,00 de contrapartida. Nosso Orçamento é de R\$42.000.000,00.

Na região em que a cidade está situada, temos um exemplo de como essa injustiça está presente. Temos, com todo o respeito, o Município de Belo Oriente, que tem menos de 25 mil habitantes e uma receita maior que o meu Município, que é de 100. E tem uma contrapartida de 3%.

Queria ser objetivo com o nosso Presidente Gilmar e com o relator: que se fizesse essa emenda já para o próximo ano, para individualizar a situação do Município. Muitas vezes, a cidade é populosa e tem mais problemas que Municípios menores. E talvez Municípios menores tenham receita até melhor que os populosos.

A situação do meu Município é tão ruim, que não tenho condição de receber gratuitamente. Gostaria que essa emenda fosse feita levando em consideração o que considero que deveria constar na LDO: todos os Municípios cuja receita de ICMS for menor que a receita com o FPM teriam uma contrapartida de 3% a 8%. Aí, sim, porque é o ICMS que indica se o Município é rico ou pobre. O FPM pode ser pouco, mas é pouco para todos e leva em consideração a população. O ICMS é um tributo injusto. É devolvido para as cidades mais ricas. Quem mais tem continua tendo mais. Queria que essa emenda já constasse para o ano que vem, senão a minha cidade ficará arrasada. Não poderemos construir as pontes que foram destruídas, porque não tenho como fazer a contrapartida. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Já apresentamos uma emenda para o relator da LDO, Senador Romero Jucá, pois tem de constar nela também. Essa é uma matéria importante e tem de ser examinada. Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Cumprimento o Presidente da Mesa, Deputado Federal Gilmar Machado, também Presidente da Comissão Mista de Orçamento da Câmara Federal; o Senador Valdir Raupp e, representando as mulheres, a Deputada Federal Maria do Carmo Lara e a Deputada Estadual Elisa Costa. Saúdo ainda todos os Deputados presentes, os movimentos sociais e o Deputado Domingos Sávio, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira.

Queria reforçar, Deputado Gilmar Machado, a necessidade de que os Deputados Federais que aqui se encontram - e certamente todos têm esse compromisso - lutem para que aproveemos na Câmara dos Deputados, o mais rápido possível, o Fundeb, senão prejudicaremos até a execução orçamentária do próximo ano. Esse é um grande desejo do povo brasileiro, sobretudo da área de educação.

Já tratamos da questão das extensões das universidades federais. Queremos somar esforços também, e há ainda o problema das escolas técnicas. Várias cidades, como Betim e Contagem, estão mobilizadas em todos os setores, Executivo, Legislativo, etc. Já foram feitas reuniões com o Diretor do Cefet. Há uma grande necessidade, sobretudo na Região Metropolitana, de investimentos nas escolas técnicas. É um compromisso do governo federal, e queremos pedir que essa emenda relativa às escolas técnicas, proposta aqui hoje, seja atendida. E isso também está afeto à questão do Fundeb, que inclui o ensino médio. Isso é realmente urgente. Sabemos que é pela educação que mudaremos o quadro que se nos apresenta.

Precisamos reforçar também a questão do controle social. Por isso, cumprimento a Comissão pela iniciativa, sempre em bom tempo. No momento que vivemos no País, precisamos, mais do que nunca, do controle social. Basta dizer que, mesmo com poucos dias, tivemos uma audiência pública tão representativa aqui hoje. Isso mostra que a população, sobretudo a de Minas Gerais, está criando a cultura de participar.

Já se falou aqui que, desde 2003, a Comissão de Participação Popular e a de Fiscalização Financeira têm tido essa experiência, em parceria com a Secretaria de Planejamento. Têm sido passos importantes. Não é a solução ainda, estamos longe do ideal. Mas são passos importantes para que o processo do Orçamento seja verdadeiramente transparente e participativo. Não há outra maneira de conseguirmos erradicar todos os problemas que vivenciamos recentemente em nosso país.

Aproveito a oportunidade de convidar todos a participar conosco amanhã da audiência pública das Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, para discutirmos o PPAG e o Orçamento do Estado de Minas Gerais, nessa experiência que tem sido bastante significativa todo esse tempo.

Contamos com vocês, bem como com todos os que acompanham os nossos trabalhos pela TV Assembléia. Conclamo-os a estar aqui conosco não só para elaborarmos propostas de emenda, mas também para acompanharmos a execução orçamentária. Para nós, Deputados Estaduais, Deputados Federais e Vereadores, este é o grande desafio: acompanhar a execução orçamentária, a fim de que as coisas não fiquem apenas no papel. O que já está sendo feito pela Câmara dos Deputados é muito importante, mas ainda temos de avançar. Como parlamentares, um dos nossos principais objetivos é fiscalizar a execução orçamentária. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputada. Com a palavra, Ruth Espínola Soriano, do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

A Sra. Ruth Espínola Soriano - Boa-tarde, senhoras e senhores. Sou do Conselho Regional de Economia, vim do Rio de Janeiro e represento também a Articulação de Mulheres do Brasil.

Parabeno os componentes da Mesa e a Comissão pela iniciativa. Registro nosso profundo descontentamento com a política macroeconômica

ortodoxa. Refiro-me a um esforço de superávit fiscal que mina, suga, a necessidade de investimentos na área social. Isso vem de longo tempo, continua neste governo e, certamente, continuará nos próximos.

É com grande descontentamento que vemos, para o próximo ano, 58% do Orçamento disponibilizados para pagamento, amortização dos juros da dívida. Acreditamos que essa dívida tenha de ser auditada, revisada e renegociada.

Esse valor representa 40%, 40 vezes mais que o Orçamento da educação, ou 20%, 20 vezes mais que o Orçamento da saúde, dois temas caros para a sociedade. Trata-se de obrigadoriedades, vinculações sociais. Quanto aos outros temas sociais, os valores são menores se relacionados ao que se destina ao refinanciamento dos juros e da amortização da dívida.

Agradeço a acolhida deste parlamento. Esperamos contar com o apoio da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização à lei proposta pelo FBO, que tramita na Comissão Legislativa de Participação, nova no Congresso Nacional.

Gostaríamos de ouvir o nobre Deputado, Presidente da Comissão, que apoiará a referida lei, visto que ela tem muita afinidade com o processo de participação e com a transparência. A Lei de Responsabilidade Fiscal e Social, feita pelo movimento social e pelas entidades que fazem parte do FBO, procura nivelar, colocar de igual para igual a meta fiscal, que, em virtude de acordos com o FMI, tivemos de engolir à força. As metas sociais representam uma dívida histórica com o povo brasileiro. Obrigada.

O Sr. Coordenador - Agradeço à Ruth. Defendemos, apoiamos essa iniciativa. A Comissão do Orçamento realizou um trabalho a fim de que o orçamento seja discutido por todas as Comissões da Câmara, e não apenas pela Comissão do Orçamento. Depois, na Comissão, haverá a sistematização para que todos participem do processo. Entendo ser isso correto, visto que dará mais abertura à sociedade. Com a palavra, o Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira - Boa-tarde a todos! Saúdo o ex-colega e brilhante parlamentar Gilmar Machado, que orgulha todos nós, o Senador e ex-Governador Raupp, relator do orçamento, a Deputada Maria do Carmo, Jaime Martins, Sávio, Elisa Costa e todos os colegas.

O Congresso Nacional está de parabéns por trazer a Minas Gerais essa oportunidade. Senador, neste momento represento a região mais pobre do nosso Estado, no que se refere às chuvas. Na verdade, o Nordeste começa no Norte de Minas, no Jequitinhonha. Estamos um pouco atrasados em relação às demais regiões do Estado: Triângulo Mineiro, Sul de Minas, Zona da Mata e das Vertentes.

A nossa grande luta hoje é pela água. Infelizmente, em relação às barragens que há 30, 40 anos estão sendo prometidas, as coisas estão andando devagar.

A Barragem do Jequitá, por exemplo, é um projeto de 35.000ha, que está na Codevasf. Aliás, hoje, às 14 horas, estaremos debatendo a liberação, a LI, no orçamento para o ano que vem, em que constam apenas R\$10.000.000,00, o que vai gerar, no mínimo, 35 mil empregos diretos na Barragem do Jequitá. A referida barragem localiza-se perto de Belo Horizonte, de São Paulo e da Capital Federal.

Realmente, ela seria de grande desenvolvimento para a nossa região, não só para o consumo interno, mas também para a exportação. Hoje o projeto do Jequitá é tão importante ou mais importante do que o Projeto Jaíba.

Sobre a questão da revitalização do Rio São Francisco, no ano passado falou-se muito de transposição, mas, na Casa, sempre lutamos primeiro pela revitalização.

É preciso que haja saneamento básico em todas as microbacias que abastecem o Rio São Francisco, as pequenas barragens e as nascentes. Realmente precisamos desse recurso no orçamento para a revitalização da bacia do Rio São Francisco.

Sobre a Franave, gostaria de pedir a atenção do Jaime e do Gilmar, que estão em Brasília, já que estamos "perdendo", entre aspas, a Franave para a Bahia. Há um grande movimento dos baianos, dos Deputados e dos Senadores da Bahia, a fim de tirar a Franave da nossa cidade de Pirapora e levá-la para a Bahia. Sei que isso não é matéria do orçamento, mas solicitamos que ela, Franave, se mantenha nas nossas cidades de Pirapora e Buritizeiro.

Relativamente às estradas, a BR-135, que liga Belo Horizonte a Montes Claros, é uma estrada com mais de 35 anos de idade e que apresenta precária recuperação. Portanto, é preciso duplicá-la em algumas partes e colocar terceira pista, dado o seu enorme movimento.

Senador, tudo o que sai do Sul em direção ao Nordeste passa por nossa Montes Claros, pela BR-135, e segue rumo às BRs 251 e 116. Dessa forma, toda a produção do Sul e do Nordeste, e vice-versa, passa por Montes Claros. Aliás, também precisamos de um anel rodoviário em nossa cidade.

Outra reivindicação importante diz respeito à nossa UFGM. Lá existe apenas um "campus", com um curso de Agronomia. O que queremos não é só a UFGM por lá, mas também a nossa UFGM do Norte de Minas. O Jequitinhonha e o Triângulo já possuem as suas. Digo isso, Senador Raupp, porque, do Paralelo 18 para cima... São três universidades em Minas Gerais, e todas elas estão localizadas abaixo desse paralelo. Para cima, infelizmente, não existe nenhuma universidade federal, e vejam que esse território abrange quase 50% de toda Minas Gerais. Por isso solicitamos que, neste ano, seja aumentado o investimento para a UFGM no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha. Posteriormente, que seja criada a nossa Universidade Federal do Norte de Minas.

Quero falar sobre as barragens, sobretudo sobre a de Congonhas, que vai revitalizar a bacia do Rio Verde Grande, que é o maior afluente do São Francisco. Quero dizer da tão falada ferrovia Unai-Pirapora, que vai promover a logística de escoamento da produção do Centro-Oeste. Por isso, precisamos revitalizar o São Francisco, para que ele possa levar as riquezas para o Nordeste e trazê-las para cá.

Uma outra questão importante - o Governador tem falado muito sobre isso - diz respeito à Cide. Precisamos realmente da Cide para manter a nossa malha rodoviária.

Para concluir, Sr. Presidente, Minas Gerais vai fazer a diferença não só para o nosso Estado, mas também para o Brasil, com a questão do gás da bacia do Vale do São Francisco, que conta com 153 Municípios. A assessoria não pôde informar se há investimentos da Petrobras no local. Deixarei o jornal com o senhor, para que a comissão possa estudar. Se realmente a Petrobrás puder investir lá, será a redenção do Norte, Centro-Oeste e Noroeste de Minas. Se Deus quiser, ficaremos livres da Bolívia. Muito obrigado, Presidente. Parabéns.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado Gil Pereira. Com a palavra, Luiz Henrique Macedo, do Sindsep.

O Sr. Luiz Henrique Macedo - Boa tarde. Cumprimento a Mesa, na pessoa do Presidente Gilmar Machado e do Senador Valdir Raupp, todos os Deputados e Deputadas presentes nesta Casa, senhores e senhoras e também companheiros, representantes de entidades sindicais, da sociedade organizada e dos movimentos sociais. É com grande prazer que participamos deste seminário. O Prefeito Chico Simões me antecedeu aqui, mostrando como estamos preocupados com esta discussão e, principalmente, com a teoria. Queremos chegar aqui, discutir, apresentar as nossas propostas e depois dar autorização para outras pessoas discutirem aquele orçamento do qual participamos e no qual nos empenhamos. Queremos que sejam realmente atendidas, na prática, todas as reivindicações de servidores públicos do Estado, do Município ou da União e dos movimentos sindicais.

A entidade sindical que estou representando, o Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público, ativos, aposentados e também os instituidores de pensão, não só apresentou - foi entregue pelo nosso companheiro Aloísio que me antecedeu - toda a documentação com as emendas ao orçamento de 2007 em relação a todo o nosso histórico em parte exposto pelo companheiro do Andes, com alguns números e gráficos, como também já entregou toda essa peça ao Presidente e demais componentes da Mesa. Além disso, não podemos deixar de discutir o assunto. Concorde com a companheira do fórum, Michelle, que disse que não tivemos tempo hábil para discutir o assunto em uma amplitude maior. Gostaríamos que toda a sociedade civil organizada estivesse aqui presente.

Assim, o Sindicato dos Servidores Públicos, além de se preocupar com todas as questões financeiras e condições de trabalho de todos os servidores públicos, também se preocupa com o servidor como pessoa humana, que contribui para este país, paga seus impostos devidamente e corretamente. Também temos de ter a preocupação com os nossos familiares, nossos filhos, com o futuro do nosso país. Trazemos também nossa contribuição que já deve ter sido distribuída ao Plenário. É preciso intervir também no orçamento anual de 2007.

Algumas questões pequenas precisam ser melhor discutidas, embora nosso tempo seja exíguo. Precisaríamos de um tempo maior para fazermos um debate. Temos que discutir também a reforma agrária, não só a questão dos sem-terra, mas também a questão de não termos servidores e capacitação para implementar essa reforma. Há outras pendências, como a questão indígena e a demarcação de terras. Estamos vivenciando uma confusão entre o Ministério da Justiça, a Fundação Nacional de Saúde e a Funai. Não sabemos quem é o responsável e deixamos nossos índios à própria sorte. Queremos discutir também a segurança alimentar e nutricional, não só a sede e fome de comida, mas também a de saúde, educação, trabalho e segurança.

Outro ponto que abordamos refere-se à questão socioambiental, ao uso sustentável do solo, à discussão da privatização da nossa Amazônia.

Outra questão a ser discutida é a política da criança e do adolescente, erradicando imediatamente o trabalho infantil. Essa também é a obrigação de uma entidade sindical, representando seus trabalhadores em conjunto com toda a sociedade organizada. Esse é nosso papel social e nossa contribuição.

Com relação às nossas reivindicações, exigimos nossa parte, esperando que a justiça seja feita no orçamento de 2007. Esperamos que todos os acordos assinados, num montante aproximado de R\$15.000.000.000,00, já discutidos e comprometidos com toda a categoria do serviço público, sejam implementados. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Com a palavra, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Boa-tarde. É um prazer recebê-los aqui, Gilmar Machado, Senador Valdir Raupp, Deputados Federais Jaime Martins e Maria do Carmo Lara, meus colegas Deputados.

Quanto à questão do Orçamento, creio que não pode nem deve ser tratada como uma questão retórica, teórica apenas. Se todos nós estamos convencidos de que o Orçamento, seja o do Município, seja o do Estado, seja o da União, é uma peça de planejamento a ser executada, não é possível que continue sempre como uma peça autorizativa. Em meu entendimento, essa é uma responsabilidade do Congresso Nacional. Espero que o Congresso Nacional assuma o compromisso de fazer do Orçamento uma peça de planejamento a ser executada. Que não aceite, por exemplo, suplementação financeira em ações, que são executadas a mais, deixando de lado outras emendas, propostas e decisões não executadas. O Jaime se referiu a uma série de propostas que não foram executadas. Espero que, em qualquer nível, o Orçamento seja definido dentro desse contexto. Que a suplementação só ocorra se a peça orçamentária for executada no seu todo ou dentro de limites mínimos a serem estabelecidos pelo Congresso Nacional.

Houve, na Assembléia de Minas, no início da década de 90, quando o Deputado Federal Gilmar Machado aqui se encontrava, um pouco desse exercício: o orçamento participativo, a consulta popular, o planejamento regionalizado. Mas nada adianta apresentar propostas ou sugerir emendas, se o Orçamento não for uma peça de execução, se não for assumido pelo Executivo em todos os níveis. Há muitas ações governamentais que, para serem plenas, necessitam do conjunto das ações do Estado em todos os níveis: Municípios, Estados e União.

Aqui trato da questão da saúde. Não basta apenas um desses níveis cumprir a determinação constitucional, se os demais não fizerem a sua parte. O que vemos em relação à Emenda nº 29 é que, lamentavelmente, um número significativo de Municípios e um número majoritário de Estados brasileiros não cumprem o mínimo constitucional, inclusive o Estado de Minas Gerais, que deixa de aplicar, a cada ano, no setor de saúde, aproximadamente R\$700.000.000,00. É uma quantia muito expressiva, pois, dessa forma, deixa de atender ao princípio a que se referiu Maria do Carmo: investimento no setor social. Aqui em Minas Gerais, podemos testemunhar que a falta de investimentos no setor de saúde significa a continuação ou o surgimento de doenças que poderiam estar totalmente controladas, a inexistência de materiais, medicamentos e recursos necessários ao atendimento mínimo da população.

Então, quero aqui, Deputado Gilmar Machado, Senador Valdir Raupp, Deputados Federais, fazer um apelo. Só falta, para podermos implementar a emenda à Constituição, o voto, em Plenário, do Congresso Nacional. Então, desejamos que seja votado o projeto de lei complementar que regulamenta a Emenda nº 29. Ao fazermos isso, colocaremos o Brasil em um patamar mais elevado de dignidade para garantirmos os investimentos mínimos necessários ao setor de saúde. Faremos com que este país se aproxime dos países da América Latina, do ponto de vista do investimento "per capita" no setor de saúde. Então, isso é algo absolutamente necessário, urgente e, do ponto de vista do investimento, de grande relevância para o setor social.

Então, também deixo aqui registrado esse pedido, que sei que significa o pedido de todos aqueles que lutamos pela saúde durante décadas. Lutamos para constituir uma legislação moderna e avançada, lutamos para garantir o mínimo constitucional, mas, infelizmente, por falta de regulamentação da Emenda nº 29, não atingimos os patamares e valores que podem realmente fazer da saúde um direito fundamental da pessoa humana.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Adelmo. Na questão da saúde, o nosso grande desafio é regulamentar, de fato, a Emenda nº 29. Espero que realmente possamos fazê-lo rapidamente. Com a palavra, o Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes, do Consea de Jordânia.

O Sr. Marcos Vinícius Dias Nunes - Boa tarde. Desejo cumprimentar a todos, na pessoa do Deputado Federal Gilmar Machado. Na verdade, sou do sindicato de Jordânia e Conselheiro do Consea. Na questão do meio ambiente, no Orçamento, desejo apoio ao plano de ação de desenvolvimento da região Norte e do Jequitinhonha e de apoio às inovações tecnológicas da região do semi-árido. É uma quantia de

R\$100.000,00, que é quase insignificante. Essa é uma região carente que, infelizmente, recebe uma quantidade muito pequena de investimentos.

Desejo também pedir aos companheiros e aos nobres Deputados presentes que dêem uma atenção - e não sei de que forma - ao Rio Jequitinhonha. Infelizmente, a cada dia que passa, ele vai acabando e secando. Ele é um rio de suma importância, que abastece um número muito grande de Municípios e de pessoas. Então, era isso o que desejava. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado. Com a palavra, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão - Boa-tarde. Na pessoa do amigo e Deputado Gilmar Machado, desejo estender meus cumprimentos às autoridades políticas; e, na pessoa da Ruth, representante do Fórum Brasil do Orçamento, também cumprimento as entidades presentes. Primeiramente, desejo fazer um comentário sobre o processo e esta iniciativa. Pelo tempo e pelo ano atípico, é evidente que esta iniciativa tem limitações, mas elas sinalizam uma disposição nova do Congresso e da Comissão de Orçamento para maior transparência no processo orçamentário, daí, a importância de realizarmos esta atividade na Assembléia. Tive a responsabilidade, na Casa, como Presidente da Comissão de Participação Popular, de coordenar o processo interno de participação no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - do Estado. Apreendi, nestes quatro anos e junto à companheira Maria Tereza, que hoje preside a Comissão de Participação, e ao Deputado Domingos Sávio, da Comissão de Fiscalização Financeira, que, para terem êxito, iniciativas com esta devem ser contínuas e intensas, dependendo da informação e da capacitação dos agentes sociais. Não podemos transformar essas iniciativas em eventos que ocorrem ano a ano.

Precisamos de um processo de acompanhamento de execução orçamentária, de monitoramento, de revisão e de avaliação das metas físicas aprovadas, além de uma concatenação das leis orçamentárias: LDO, LO e Plano Plurianual.

Deputado Gilmar, deixo-lhes uma sugestão: no próximo ano, todos os Estados e o governo federal realizarão seus PPAGs, e é fundamental que a ação praticada pelo governo federal em 2006, que, infelizmente, por vários motivos, não teve prosseguimento, seja intensificada em 2007. Para isso, nos Estados, deve haver discussão participativa com as comunidades. Sabemos que há um nível técnico de integração entre os governos estadual e federal, mas não há essa mesma integração do ponto de vista da participação popular. Por isso sugiro que um processo prévio, antecipado, com ampla divulgação e, de preferência, regionalizado seja feito para o debate do PPAG, o que orientará as prioridades de todos os Estados brasileiros nos próximos quatro anos.

Querida ainda reiterar um conjunto de propostas do Bloco PT-PCdoB. Em razão do tempo, vou ater-me apenas a uma delas e ao Senador Valdir Raupp. Temos hoje a construção do Suas no Brasil, que prevê a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social, os Cras. Hoje temos cerca de 2.200 Municípios atendidos, ou seja, menos da metade dos Municípios brasileiros. Estamos fazendo grande esforço, um mutirão para que cada Município brasileiro tenha, pelo menos, um Cras que integre as políticas públicas sociais. Esperamos que, a partir do Bolsa-Família, sejam construídas alternativas emancipatórias para as famílias atendidas na perspectiva da geração de emprego e renda, qualificação e economia solidária, junto com políticas públicas de educação, de segurança alimentar, de saúde e de geração de emprego e renda.

Queremos estimular todos - seja por intermédio de emendas de bancada, de emenda regional ou de emendas parlamentares - para que se atinja, ainda no ano de 2007, a universalização do atendimento em Cras. Desejamos a implantação do Suas em cada Município brasileiro.

Reitero que essa é uma proposta do Bloco PT-PCdoB. Como Coordenador da Frente Parlamentar da Criança e do Adolescente, quero ser portavoza de uma reivindicação, que será apresentada à Frente Parlamentar Nacional pelos movimentos da área da criança, para que sejam destinados recursos para o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti - e também para o programa de combate ao abuso, à violência e à exploração sexual. O Brasil não pode mais conviver com nenhum tipo de trabalho infantil ou de exploração sexual. Portanto, o orçamento deve revelar essa prioridade constitucional e, sobretudo, ética para cada cidadão brasileiro.

Obrigado, Deputado Federal Gilmar Machado. Parabéns, Senador! A caminhada depende do primeiro passo, após o qual devem vir os outros. Por esse motivo, deixo essas sugestões para a Comissão de Orçamento. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Deputado André Quintão, pelas suas contribuições. Com a palavra, o Sr. Nísio de Sousa Armani, da Abemec.

O Sr. Nísio de Sousa Armani - Cumprimento toda a plêiade, a Presidência da Comissão e os demais ouvintes. Eu me chamo Nísio de Sousa Armani e sou engenheiro mecânico da Associação Mineira de Engenheiros Mecânicos Industriais. Minha formação é em Engenharia Mecânica, e sou pós-graduado em Engenharia Econômica desde os anos 70. Por vocação, atuo na área de pesquisa em ciência e tecnologia avançada.

Acho extremamente importante tudo o que está ocorrendo hoje, pois todas as pessoas que aqui vieram não foram somativas, mas fatorias. Nesse conjunto de fatorias, gostaria de tratar de um assunto extremamente importante: os investimentos em educação, saúde, etc., que passam a ser extremamente lucrativos. Falarei sobre o que a Deputada Lara já disse: investimento na área de saúde.

Para vocês terem uma idéia, uma ETE trata resíduos humanos, que não somente se transformam em biofertilizantes como também em biometano, que substitui o gás natural do petróleo. Estou falando isso inicialmente, como parâmetro básico.

O Presidente da Epamig foi muito feliz ao deixar bem claro o desenvolvimento em ciência e tecnologia na área de agropecuária, pelo seguinte fato: o Brasil pode, em síntese, substituir 60% do combustível fóssil consumido no mundo apenas produzindo biocombustível da área de álcool-química e da área de oleaginosas. Cinquenta por cento do território de Minas Gerais é coberto por cerrado, sendo que 50% desse cerrado está degradado. Assim, que tal produzirmos a oleaginosa macaúba, que é a que produz mais biocombustível, além de carvão para siderúrgicas e outros produtos? Junto com a macaúba, poderíamos produzir consorciadamente grãos e alimentos de toda escala.

Essa é uma das posições extremamente importantes. Há, porém, outra que um senhor já mencionou antes de mim: somente no Norte de Minas, relativamente à Bacia do São Francisco - esse é um ponto a mais para revitalizarmos a bacia para valer -, conforme a Ufop e a Fundação Gorceix, as reservas são de 1.000.000.000.000nm³ (um trilhão de normais metros cúbicos) de gás natural de petróleo. Trocando em miúdos, sendo explorada por 60 anos, dá para extrairmos de lá a mísera quantia de 46.300.000nm³ de gás natural de petróleo por dia. E ainda ficaremos livres de um país como a Bolívia, que é dirigido por um louco, e seremos auto-suficientes.

E há um detalhe quanto a esse caso: já estou lançando um desafio para que, junto com a Petrobras e a inteligência deste país, não fiquemos limitados à orla litorânea do Sudeste do País - Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo; que exploremos o gás natural de petróleo, cujas reservas são semelhantes às maiores que existem no mundo. Esse é um quinhão que não podemos deixar em vão.

No que se refere às atividades agrícolas, elas serão o carro-chefe de tudo. Teremos uma receita infinitamente maior que as despesas e um Orçamento, que será invejado no mundo inteiro, a ser aplicado, implantado. O dinheiro, que crescerá em quantidade significativa, fará com que todos tenhamos vida em abundância, com todas as qualidades inerentes ao ser humano e que todos nós, brasileiros, merecemos.

O Sr. Coordenador - O Deputado Domingos Sávio fará um convite a todos, ele que é nosso parceiro e, como Presidente da Comissão, tem-nos ajudado neste trabalho conjunto.

O Deputado Domingos Sávio - Muito obrigado, Deputado Federal Gilmar Machado. Apenas quero reiterar o convite a todos que estão presentes nesta audiência pública, àqueles que nos acompanham pela TV Assembléia e, em especial, às entidades da sociedade civil para a audiência pública que realizaremos amanhã, nesta Assembléia. A nossa Comissão de Fiscalização Financeira estará ao lado da Comissão de Participação Popular, presidida pela Deputada Maria Tereza Lara; dos demais Deputados desta Casa e da sociedade civil, debatendo a revisão do PPA e o Orçamento do Estado para o ano de 2007, com a presença já confirmada do Prof. Antônio Augusto Anastasia, Secretário de Planejamento e Vice-Governador eleito.

Esse será um momento importante, em que, embora em níveis distintos da Federação, faremos uma correlação óbvia, pois, de alguma forma, daremos seqüência a este debate e aprofundaremos a questão específica de Minas Gerais.

Está feito o convite. Será uma alegria recebê-los novamente amanhã, a partir das 10 horas, nesta Assembléia Legislativa.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Deputado Sávio Souza Cruz.

O Deputado Sávio Souza Cruz - Sr. Presidente Gilmar Machado, Senador Valdir Raupp, Deputado Federal Jaime Martins, colegas da Assembléia Legislativa, Deputado Domingos Sávio, Deputada Elisa Costa, Deputados Ricardo Duarte e Doutor Viana, quero registrar a presença em Plenário da diretoria da Federação de Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais e do Presidente Robson Bittencourt, que tem uma preocupação que compartilho, que é a previsão de um reajuste da ordem de apenas 2,3% para os recursos da Previdência. Se considerarmos e previrmos um crescimento do salário mínimo em níveis superiores a este, haveria poucos recursos para corrigir as minguadas aposentadorias e pensões pagas, hoje, no INSS. Gostaria que a Comissão pudesse trabalhar e melhorar um pouco essa destinação de recursos.

A outra consideração que quero fazer é de natureza pessoal. Quero falar da necessidade de os orçamentos públicos, a começar pelo da União, trazerem algum regramento, alguma normatização que transforme em algo mais republicano a destinação de verbas públicas. Vemos hoje, em Minas Gerais, um pouco assustados, que a censura econômica exercida pelo uso abusivo de verbas publicitárias oficiais mostra-se até mais eficaz do que foram os canhões no tempo dos militares. Parece-me absolutamente inadiável que os orçamentos públicos prevejam algum regramento, algumas normas de distribuição de recursos que não deixem o administrador público aquinhoar mais generosamente aqueles órgãos que se deixam docilizar por essas verbas e pensar em penalizar aqueles órgãos que teimam em manter alguma independência. Isso deve ser feito de maneira generalizada no orçamento público, e acredito que isso deve começar pela União.

O Sr. Coordenador - Deputado, pode ter a certeza de que levaremos isso em consideração. O nosso relator irá examinar, com muito cuidado, essa sugestão. Temos 20 minutos, e há 14 pessoas inscritas. Sugiro que as pessoas utilizem a palavra por 3 minutos, para atendermos o maior número de pessoas. Com a palavra, o Sr. Sérgio Aurélio Veloz Diniz, do Sindicato dos Auditores.

O Sr. Sérgio Aurélio Veloz Diniz - Boa tarde a todos. O que o companheiro falou é bastante pertinente. Houve um período em que a Mesa ficou fazendo bate-bola entre eles.

Quatro frases ditas aqui me chamaram a atenção: uma da companheira Maria do Carmo, quando ela disse que, se considerarmos os investimentos como gastos, este país não sairá do lugar. Se considerarmos que gastar em saúde e em saneamento é um gasto, estaremos perdidos.

Outro ponto foi a observação do Deputado Federal Jaiminho Martins, que disse que se eles, Deputados, não tiverem controle sobre o orçamento, imaginem nós, do povo, que nem lá participamos.

Outra consideração importante foi a da companheira Ruth, que fez a observação, com toda a clareza, de que 60% referem-se a juros, rolagem de dívida e amortização. Ou seja, que orçamento estamos discutindo?

Mas vamos ao que interessa. Aqui estou para falar da Previdência Social. Preocupa-me como a Comissão do Orçamento leva essa questão. Numa reportagem deste jornalzinho, vem a palavra "déficit" e, no meio, a palavra "rombo". Rombo, no Brasil, significa que a coisa foi mal gerida. Mas, na mesma reportagem, dois companheiros dizem que o déficit não existe.

Quando a Previdência Social era superavitária, construíram-se a CSN, a Transamazônica, a Vale do Rio Doce, a Ponte Rio-Niterói, entre outras coisas. Nunca se falou que a Previdência era superavitária. Depois que os anos se passaram e as pessoas começaram a receber seu dinheiro de volta, começou-se a falar em déficit.

Os Deputados e os Senadores propuseram aumento do salário mínimo, e que aumento estão propondo para os aposentados? Será que vamos fazer um país mais justo cuidando apenas dos mais pobres? Tudo bem que os pobres precisam ser priorizados, mas um país precisa respeitar todos os cidadãos. Aquele cidadão que contribuiu 35 anos e deu a vida ao trabalho só ouvirá falar em déficit da Previdência Social? A Comissão precisa dar especial atenção a esse problema.

Pagam-se R\$160.000.000.000,00 de juros, mas não ouvi ainda, em nenhum momento, a Comissão, os economistas, os banqueiros, a Rede Globo, a "Folha de S. Paulo" ou o "Estado de Minas" dizerem que esse débito, em tese, é dinheiro colocado na mão do cidadão para gastar com suas necessidades.

Pagar R\$168.000.000.000,00 de juros não é uma má política econômica? Pagam-se os juros sem nenhuma auditoria sobre a dívida. Claro que temos de pagar o que devemos. Ninguém é fã do calote, mas de onde veio a dívida? Fato é que não se discute o déficit nem a importância da Previdência Social para os cidadãos.

Não falamos aqui em país mais justo. Basta querermos um país menos injusto. Quem contribuiu uma vida inteira para a Previdência Social não está pedindo favor; está pedindo que seu direito seja respeitado.

É muito interessante que, quando se trata de banqueiros, de órgãos internacionais, de Telemar, do diabo a quatro, a regra é: "respeitemos o contrato". Mas, quando se trata de contratos assinados há 35 anos, o que vale é o "faça-se o que se queira".

Espero que essa Comissão, que decidiu abrir a caixa-preta do orçamento, pense também que todos os que ainda vierem a se aposentar viverão basicamente de sua aposentadoria. Como viver com um vencimento cada vez mais achatado? Poucos são os brasileiros que têm renda além da aposentadoria.

Antes de cortar benefícios, que se consulte o cidadão, que, afinal de contas, é quem sustenta o Estado. Que se lhe pergunte como quer que seu dinheiro seja gasto.

A questão da Previdência Social está mal discutida, mal colocada, e, confesso, assusta-me muito ver no jornal essa referência ao déficit da Previdência Social.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. José Nilton Costa.

O Sr. José Nilton Costa - Boa tarde, Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente da Comissão Mista, e Senador Valdir Raupp. Encontramos no primeiro seminário, mas fiz questão de vir aqui, porque a Confederação dos Servidores Públicos Federais representa 750 mil trabalhadores do serviço público que têm o pior salário da administração pública federal.

Aqui, represento também o Sindsef-MG, o Sintrasef-RJ, do qual sou também Diretor - aqui estão quatro Diretores comigo -, o Sindsef-SP e o Sindsef-ES.

Gostaria de reforçar junto ao Senador Raupp e ao Deputado Federal Gilmar Machado a necessidade de tratarmos essa discussão do servidor público de uma forma diferenciada. Repetirei o que disse a Deputada Maria do Carmo: não dá para discutir áreas sociais e servidor público como gasto. Quem mantém as áreas sociais funcionando são os servidores públicos federais. Portanto, o servidor público federal é imprescindível ao atendimento da população. Ele não pode ser tratado assim, principalmente o setor da base da Confederação, que detém hoje os piores salários da administração pública federal.

Não usarei os 3 minutos; quero apenas reforçar o pedido à Comissão Mista do Orçamento para que analise com mais carinho a situação dessa base da Confederação, que mantém a máquina administrativa funcionando. São esses servidores que atendem a população que tanto precisa de serviços públicos.

Não dá mais para os servidores públicos receberem complemento do salário mínimo. É um absurdo termos vencimento básico de R\$79,00 e, ao mesmo tempo, termos vencimento básico de R\$6.900,00. Faz-se necessário que a Comissão se detenha sobre os documentos que entregamos. Estamos dispostos a discutir a implementação das nossas propostas neste orçamento, assim como no seguinte. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, José Nilton. Com a palavra, o Sr. Gilberto Marques.

O Sr. Gilberto Marques - Boa tarde ao Deputado Federal Gilmar Machado, ao Senador Valdir Raupp e a todos. Em relação ao que eu queria falar, muito já foi dito, inclusive pelo companheiro que me antecedeu. Só quero chamar mais a atenção para a questão dos investimentos, como bem disse a Deputada.

Vou apresentar-me: sou Gilberto Marques, Presidente do Sindicato dos Professores do Cefet-MG. A exemplo do que disseram muitos, realmente não podemos considerar educação e saúde como gasto.

Portanto peço novamente ao Presidente da Comissão Mista de Orçamento e ao relator que olhem essa questão com maior carinho. Em todos os Orçamentos em que nos debruçamos, isso é sempre considerado como gasto.

Sei que isso já foi dito na tribuna, mas um povo educado, com saúde, produz mais. E, se produz mais, gera mais receita. Então, temos de, a partir de hoje, passar a considerar esses recursos investidos em educação e saúde não como gastos, mas sim como investimentos. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Gilberto. Com a palavra, o Sr. Marcos Sousa Freitas.

O Sr. Marcos Sousa Freitas - Peço desculpas, se fui um pouco chato, ao reivindicar a fala, mas é um momento muito importante e significativo para o País. Não tenho a menor dúvida de que esta discussão representa um pequeno avanço.

Sou representante do Sindicato dos Professores da Universidade Federal de Juiz de Fora. Como professor, não posso deixar de destacar algumas coisas a partir da discussão que está posta: Orçamento da União para 2007, seminários regionais. Meu entendimento a respeito de seminários é diferente do que está ocorrendo. Na verdade, abriu-se a voz, limitada por um tempo, que agora está menor ainda, e nem sequer estamos debatendo. É um pequeno avanço, mas registro que isso deve ser muito ampliado, senão corremos o risco de legitimar uma fala posterior de que houve um amplo debate com a sociedade brasileira, para estabelecermos esse Orçamento dito participativo. Na verdade, não existe toda essa participação.

O Orçamento da União reflete um projeto de Nação que se pretende. Pensando nisso, é complicado cairmos na discussão tecnocrata dos números. Várias pessoas apresentaram uma série de números, mas não ficou claro que temos um superávit absurdo que inviabiliza uma série de outras ações no campo social. Sabemos do discurso que sempre existe nas campanhas eleitorais, passando pela saúde, pela educação, pela habitação e pelo saneamento básico, mas, no momento do Orçamento Participativo, isso está muito tímido.

Quero fazer uma alusão breve sobre a educação, que é a área que represento. Temos um grupo de trabalho, o GT Carreira, no MEC, e sempre que se pensa em unificar as carreiras dos docentes federais do 1º, 2º e 3º graus, esbarramos na idéia de que o MEC concorda, mas não há custos, não há dinheiro e não há previsão de reajuste salarial para os professores no próximo ano. E isso não está previsto no Orçamento. No momento em que o governo tem de pensar numa dimensão de soberania nacional, pois a educação, especialmente a pública, é de fundamental importância neste país, esse tipo de postura não aparece na minuta.

É importante falarmos sobre a idéia do orçamento autorizativo. Em 2005 tínhamos a Lei nº 11.178, que, no parágrafo único do art. 90, previa um reajuste vinculado ao crescimento do PIB. Mas, no Congresso Nacional, o governo vetou. Enquanto for um orçamento autorizativo, não temos garantia de nada. Deixo a sugestão de que isso é imperativo para sairmos daqui minimamente tranquilos de que essa participação toda tenha algum tipo de valia. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - Muito obrigado. Com a palavra, Marco Antônio da Silva.

O Sr. Marco Antônio da Silva - Cumprimento o Deputado Federal Gilmar Machado, o Senador Valdir Raupp, todos os demais componentes da Mesa e os presentes neste Plenário. Num primeiro momento, é importante apresentarmos esta discussão a toda a sociedade, pois anteriormente era tratada num gueto. Agora, pelo menos, começou a ser aberta para toda a sociedade.

Sou representante dos servidores da saúde do Estado de Minas Gerais e cumprimento os companheiros do Sindsep presentes nesta reunião.

É muito importante que todas as entidades presentes sejam saudadas nas pessoas dos companheiros do Sindsep.

Companheiro Gilmar Machado, praticamente já fomos atendidos pelas palavras do Dr. Adelmo Carneiro Leão e de vários outros companheiros. São várias as questões apresentadas, e só queria tecer algumas considerações em relação ao meio ambiente, por exemplo. No que se refere às nascentes, é preciso uma fiscalização mais adequada. O Orçamento deve tratar melhor o tema, no que diz respeito a uma fiscalização mais voltada para as nascentes. Como foi dito aqui, nossos rios estão todos mortos, praticamente. Essa é uma questão que diz respeito ao futuro de nossos filhos e descendentes. Temos de analisar uma forma de melhor discutir essa questão no Orçamento, para melhorar a situação das pessoas que precisam de condições de vida mais dignas.

Aproveitamos para pedir que amanhã esta Casa não seja palco do debate de determinadas questões, já que o Orçamento do Estado será discutido. Enquanto essa discussão estiver ocorrendo, que isso seja debatido claramente também. Está posto que o Estado está com déficit zero, mas jogando toda a sua estrutura sobre os servidores públicos estaduais. E os servidores federais também estão nessa situação. O Orçamento do Estado deve ser discutido com clareza, para que possamos implementar uma política voltada para o atendimento da população, e não visando somente ao reajuste salarial para os servidores públicos do Estado. Seria uma política justa e adequada ao atendimento do povo de Minas Gerais, que é o nosso padrão de fato. Espero que amanhã aqui não seja palco de uma discussão como essa.

O Sr. Coordenador - Com a palavra, o Sr. Luiz Mário.

O Sr. Luiz Mário - Boa-tarde. Cumprimento as autoridades da Mesa e os demais presentes. Vou tentar ser rápido, para todos poderem expressar-se. Sabemos que esse processo é apenas o início e o louvamos. A companheira Michele, do Fórum Brasil, falou muito bem. É o estopim de um processo que desejamos ver caminhar. Mas não vamos ficar só no discurso, na saudação. Muitos companheiros que me precederam falaram da necessidade de nos aprofundarmos.

Estamos formalizando, em nome do Fórum Brasil de Orçamento, uma emenda ao Orçamento de 2007, a fim de aprofundarmos esse processo no próximo ano, justamente na discussão do PPA. Acreditamos que, com recursos públicos, toda a discussão do Orçamento será mais bem elaborada, mais bem planejada e deixará de ser um processo quase que de consulta, como estamos percebendo hoje. Queremos um aprofundamento, como qualquer processo de participação.

Gostamos muito da radionovela sobre o Orçamento, uma iniciativa da comissão. Queremos deixar à disposição, em nome do Fórum Popular do Orçamento do Rio de Janeiro, a nossa cartilha, já de cinco anos, que trata exatamente dessa matéria. Não cobramos direito autoral, a reprodução é livre, tanto da cartilha quanto do vídeo. Passaremos o material às mãos do Deputado.

Salientamos o seguinte: tão importante quanto a participação popular - na forma de consulta, como é este seminário, perguntando o que a população gostaria de ver incluído no Orçamento -, quem tem a competência constitucional de fazer o Orçamento deve dizer claramente qual é sua prioridade. Sugiro que, em todas as audiências e em todo o processo, seja deste ano, seja do próximo, a presença do Poder Executivo não seja apenas da forma como foi feita, sem questionar a qualidade do trabalho apresentado seja pelos técnicos do Congresso, seja pelos do Ministério do Planejamento.

Todavia, gostaria de saber quais são as três prioridades para a Região Sudeste - ou para os Estados - já incluídas no Orçamento pelo governo federal. Vi uma quantidade mínima, porém pretendo saber exatamente quais projetos não serão contingenciados, executados, quais deles não terão verbas realocadas. O governo tem o direito de dizer o que, para ele, é prioritário.

Ocorre-me um estranhamento. Segundo notícias da imprensa, no Rio de Janeiro, minha cidade, estariam alocados aproximadamente R\$500.000.000,00 para a segurança durante os Jogos Pan-Americanos. No entanto, nota-se, no Orçamento, apenas R\$107.000.000,00. Não sei o que ocorre no processo. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Passaremos, agora, à última intervenção. Depois, faremos alguns encaminhamentos. Com a palavra, o Sr. Macedo, do Cetec.

O Sr. Macedo - Boa-tarde. Saúdo o Senador Raupp e o amigo Gilmar Machado. Tratarei de algumas questões. A primeira delas inclui-se na linha que o Prof. Fabiano expressou. Minas Gerais possui cerca de 150 mil alunos em 12 universidades federais. Curiosamente, no item que trata da assistência ao educando, não se destinam mais que R\$7.800.000,00.

Lançamos mão do discurso da inclusão, das cotas, bem como de outros discursos relacionados com a eliminação das desigualdades. Esse ponto nos preocupa muito, pois esse fato também se reproduz no ensino profissionalizante.

Em Minas Gerais, por exemplo, há cerca de 12 instituições de ensino médio profissionalizante. Novamente, na rubrica Assistência ao Educando, não se ultrapassa o valor de R\$2.100.000,00. Esses recursos seriam para apoiá-los. Em Inconfidentes, por exemplo, a escola agrícola de nível médio possui mil alunos, egressos de vários locais do País. Quer dizer, R\$2.100.000,00 para atender a 12 unidades é um valor temerário. Ademais, em algumas universidades do Estado de Minas Gerais não surge esse item. Não falo do Sudeste como um todo, porque não foi possível analisar a questão no Rio, no Espírito Santo e em São Paulo. Esse item orçamentário não surge nas universidades de Alfenas, Itajubá e, por incrível que pareça, do Jequitinhonha e do Mucuri, onde há uma instituição universitária criada recentemente.

Quanto à extensão da pesquisa, essa é a segunda preocupação. Não são destinados mais que R\$10.000.000,00 às 12 universidades com sede em Minas Gerais. Curiosamente, nesse item, não há previsão para o Jequitinhonha, o Mucuri, Itajubá, Lavras e Ouro Preto.

Gostaria de contar com a atenção especial da Comissão no que se refere ao volume dessas cifras, ao significado da malha educacional e à inclusão no Estado de Minas Gerais, que se deve estender a todo o Sudeste. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Macedo. Lamento o fato de não haver tempo para ouvirmos os quatro representantes do Condsef, que estão inscritos, além de outras duas pessoas: D. Eunice, da Associação Amigos do Trevo, e Wieland, do Instituto Foco Fiscal. Aproveitamos para pedir desculpas. Em outras oportunidades, ouvimos representantes do Condsef. Mais uma vez, agradeço à Assembléia Legislativa, aos seus servidores, aos técnicos da Câmara dos Deputados e do Congresso Nacional.

Estamos aqui hoje iniciando um processo. Sabemos que temos limitações. Lá no Sul, vimos que há algumas questões que precisamos melhorar. Hoje estamos vendo que há outras aqui. Essa é nossa primeira experiência, e, como disse o Deputado André Quintão, não podemos ficar apenas no passo dos eventos. Queremos criar mecanismos, e agradeço a participação do Fórum Brasil, que conosco tem colaborado. Queremos continuar dando passos concretos na montagem e na execução.

Os que puderam participar, na sala ao lado, do controle que queremos fazer viram alguns instrumentos. Aproveito para convidar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembléia Legislativa a participar conosco de uma parceria de assessoria técnica, para abrirmos, como fazemos com o Orçamento da União, também o Orçamento do Estado. Assim, poderemos utilizar instrumentos comuns da internet, a fim de que todos os cidadãos possam acompanhar.

Agora, no Orçamento da União, faremos com que todos os recursos que chegam ao Estado, provenientes de emenda parlamentar ou de emenda de bancada sejam automaticamente acompanhados pelo cidadão na internet: serão lançadas todas as transferências feitas para a empresa responsável pela obra.

São experiências, e queremos ouvir suas sugestões críticas, para aperfeiçoarmos. Esse é mais um passo que a Comissão Mista do Orçamento quer dar para avançarmos. Não é perfeito. Temos uma série de incorreções e precisamos da ajuda de vocês para melhorar. Quem paga o imposto tem o direito de acompanhar a elaboração do Orçamento e sua execução. Muito obrigado a todos.

A Sra. Presidente (Deputada Elisa Costa) - Em nome da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, por solicitação do 2º-Vice-Presidente, Deputado Rogério Correia, a Assembléia manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença: Deputado Federal Gilmar Machado, Presidente da Comissão do Orçamento; Senador Valdir Raupp; Deputado Federal Jaime Martins; Deputada Federal Maria do Carmo; Deputado Domingos Sávio, representando a Comissão do Orçamento da Assembléia Legislativa; Deputados presentes, representantes da sociedade civil e de movimentos sociais - também agradecemos a presença, a participação e a contribuição da Míriam e do Juscelino, pela Casa Legislativa.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a reunião extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 50ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, EM 8/11/2006

Presidência dos Deputados Mauri Torres e Rêmoló Aloise

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Discussão e Votação de Indicações: Indicação, feita pelo Governador do Estado, do Nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o Cargo de Conselheira do Tribunal de Contas; encerramento da discussão; votação secreta; aprovação; questões de ordem; declaração de voto; questões de ordem; declaração de voto; questões de ordem; declarações de voto; questão de ordem; discurso do Deputado Gustavo Valadares; questão de ordem - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Requerimento da Deputada Maria Olívia; aprovação - Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100; designação de relator; emissão de parecer pelo relator; discursos dos Deputados Célio Moreira e Rogério Correia; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Mauri Torres - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Fábio Avelar - Antônio Andrade - Luiz Fernando Faria - Elmiro Nascimento - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Domingos Sávio - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Elbe Brandão - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - Jésus Lima - Jô Moraes - João Bittar - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Lúcia Pacífico - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Miguel Martini - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Roberto Carvalho - Roberto Ramos - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Vanessa Lucas - Weliton Prado - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Mauri Torres) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Elmiro Nascimento, 3º-Secretário, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Discussão e Votação de Indicações

O Sr. Presidente - Indicação do nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome. Em discussão, a indicação. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. A Presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo secreto, de conformidade com o art. 261, inciso I, c/c os arts. 252 e 255, do Regimento Interno. As Deputadas e os Deputados que desejarem aprovar a indicação registrarão "sim", e os que desejarem rejeitá-la registrarão "não". A fim de proceder à votação pelo processo eletrônico, a Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ainda não registraram sua presença no

painel que o façam neste momento. A Presidência dará início ao processo e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Em votação, a Indicação.

- Registram seus votos os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Alberto Pinto Coelho - André Quintão - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlos Gomes - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Fabiano - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Elisa Costa - Elmiro Nascimento - Fahim Sawan - Gilberto Abramo - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jô Moraes - João Leite - José Henrique - José Milton - Laudelino Augusto - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Luiz Humberto Carneiro - Márcio Passos - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Marlos Fernandes - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Roberto Ramos - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Vanessa Lucas - Weliton Prado.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 37 Deputados. Votaram "não" 11 Deputados. Houve 1 voto em branco, perfazendo um total de 49 votos. Está, portanto, aprovada a indicação do nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas. Oficie-se ao Governador do Estado.

Questões de Ordem

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, não consegui votar, mas meu voto é "sim".

O Deputado Agostinho Patrús - Infelizmente, meu voto não foi computado. Meu voto é "sim".

O Deputado João Bittar - Meu voto também não foi computado. Meu voto é "sim".

O Deputado Leonardo Moreira - Sr. Presidente, novamente informo que meu voto também não foi registrado. Gostaria de deixar registrado meu voto favorável.

O Deputado Agostinho Patrús - Sr. Presidente, diante dessas questões de ordem, solicito à Presidência que retifique o resultado para 40 votos "sim" e 11 "não". Os votos declarados valem menos que os secretos?

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece ao Plenário que houve quórum para a votação e o resultado já foi anunciado.

Declaração de Voto

O Deputado Laudelino Augusto - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, cidadãos e cidadãs que nos acompanham, o voto é secreto, mas gostaria de deixar claro que votei "não", conforme foi registrado. Digo "não" por causa do método, da forma como são indicados, ou indicadas, os Conselheiros para o Tribunal de Contas. Já tenho falado muitas vezes aqui sobre o assunto - falei nesta semana mesmo e na semana passada, na sabatina. Não se trata de nada contra a pessoa, mas sim do questionamento que fazemos e continuaremos a fazer relativamente ao método de escolha.

A conotação política tem sido muito forte. Como é possível que, para o Tribunal de Contas, para julgar as contas dos gestores políticos dos Municípios, dos Prefeitos, das Câmaras Municipais, da Assembléia, do governo estadual e das entidades públicas, o próprio Governador indique o Conselheiro? Como, em alguns casos, a própria Assembléia indica? E tem indicado, às vezes, pessoas políticas; de partidos, sem isenção.

Isso não quer dizer que nenhum político seria apto para ser um Conselheiro ou uma Conselheira. Temos vários estudos, aliás, tenho mostrado aqui um que foi feito pela Assembléia Legislativa, aprofundado. Uma comissão especial, por três meses, aprofundou, fez reuniões, visitas e disse que esse caráter político não é bom para o Tribunal, que deve ser isento. A Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que congrega Tribunais de Contas de diversos países, diz que a principal característica das entidades de fiscalização superior deve ser a independência.

Nesse caso, trata-se do terceiro Conselheiro que votamos na Assembléia, dois eram Deputados - não é defeito ser Deputado, mas até importante, pois é um representante do povo -, mas, para o Tribunal de Contas, coloca-se uma interrogação, tem uma conotação política, partidária, que tira toda a isenção. Nesse caso foi uma troca política, uma moeda de troca. Saiu em todos os jornais de Minas Gerais e também na "Folha de S. Paulo". Uma troca! O Tribunal de Contas como moeda de troca para se ter candidatos ou não. Isso é lamentável! Quero deixar bem claro o voto, em nome da sociedade mineira, que quer lisura, independência nas suas entidades e instituições, que quer transparência e ética. Então, em nome desse povo que representamos - nós representamos todos, mas, de um modo especial, fomos procurados por muitas dessas entidades -, queremos declarar o nosso voto, que foi não: não ao método, não à maneira de escolher Conselheiros para o Tribunal de Contas.

Como se diz aqui, essa questão de ser um caráter político tira a isenção. Isso possibilita que algumas irregularidades sejam encobertas, como tem acontecido em vários lugares do País, e não somente em Minas Gerais, nos Tribunais de Contas de todos os Estados e mesmo da União. É preciso mudar a Constituição, mas, no nosso caso aqui, nós poderíamos, o Governador poderia ter indicado um técnico, assim como a Assembléia poderia nas outras duas vezes e também hoje ter dito um "não", em nome da sociedade, a fim de dizer: "mudem o método, indiquem um técnico ou uma técnica. É bom que se tenha uma mulher lá". Mas que não fosse política e, principalmente, não fosse uma pessoa que, a meu ver, não tivesse muitas condições, uma vez que não tem os 10 anos de experiência na área, como a lei diz que deve ter. Quero deixar bem claro que votei "não".

Questões de Ordem

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. que, como Presidente desta Casa, fizesse computar, nessa votação de indicação da Sra. Adriene Barbosa, os votos dos Deputados João Bittar, Leonardo Moreira e Agostinho Patrús. Esses três Deputados do meu partido, coincidentemente, tentaram, por diversas vezes, em cadeiras diferentes desta Casa, juntamente com o Deputado Bilac Pinto, fazer valer seu voto, mas infelizmente, por conta de problemas nos teclados das cadeiras, não foi possível computá-lo. Peço a V. Exa. que modifique o resultado da votação, fazendo contar e valer o voto desses parlamentares, que estavam presentes em Plenário.

Faço ainda uma última reivindicação: estamos no final desta legislatura e, a partir de fevereiro, iniciaremos uma nova. Então, peço que a direção desta Casa faça uma revisão nesses teclados das nossas cabines de votação por conta dos problemas que já haviam ocorrido em algumas votações. É o que peço, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - As manifestações dos Deputados constarão da ata desta reunião. Naturalmente, ficará registrada a posição de cada um.

O Deputado Gil Pereira - Também não consegui votar. Meu voto é favorável, assim como o dos Deputados Dinis Pinheiro, Zé Maia, Fábio Avelar e Dilzon Melo. Vários postos não estavam funcionando.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita aos Deputados que não tiveram a oportunidade de registrar o voto, em razão de problema no painel, que se manifestem, informando sua posição que será registrada na ata desta reunião.

O Deputado Sargento Rodrigues - Solicitei questão de ordem porque entendo que V. Exa. já proferiu o resultado, fazendo até mesmo o registro das devidas reclamações dos demais Deputados que não puderam computar seu voto no painel de forma eletrônica. Solicito a V. Exa. que dê continuidade à pauta dos trabalhos, que é extensa, e há muitos projetos para serem votados.

Declaração de Voto

A Deputada Elbe Brandão - Declaro que votei favoravelmente. O Governador Aécio Neves, pela primeira vez, fará história no Tribunal de Contas ao possibilitar que a primeira mulher faça parte daquela instituição. Trata-se de uma questão de gênero, de busca de equidade e de capacidade da mulher em ocupar todos os cargos no Estado. Isso merece um registro na história.

A Adriene passou por uma Comissão e teve a sua aprovação. Parabenizo cada Deputado que avaliou a capacidade de uma mulher que foi Prefeita e Presidente da Associação Mineira de Municípios, trazendo, em seu currículo e em sua história, competência como a dos demais Conselheiros que trilharam a história do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Questões de Ordem

O Deputado Célio Moreira - Faço coro com as palavras da Deputada Elbe Brandão. A Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade passou por uma sabatina nesta Casa e está apta para assumir como Conselheira do Tribunal de Contas do Estado. Portanto solicito que conste nosso voto favorável a nossa amiga Adriene, que tem competência e preencheu todos os requisitos para atuar no Tribunal de Contas do nosso Estado.

O Deputado Bilac Pinto - Faço coro com as palavras de meus pares. Interpelado pelo Deputado Doutor Viana, estamos aqui para fazer uma declaração, embora o voto seja secreto. Somos favoráveis à indicação da Conselheira Adriene para ocupar a vaga. Parabenizo-a porque é a primeira mulher a ocupar um cargo de tamanha envergadura no Tribunal de Contas do Estado.

O Deputado Zé Maia - Sou pela aprovação do nome da Dra. Adriene, ex-Presidente da Associação Mineira de Municípios, que conhece o Estado de Minas Gerais e a realidade dos Municípios. Com sua ampla visão dos Municípios mineiros, creio que ela prestará um grande serviço junto ao Tribunal de Contas.

Ressalto a importância da primeira mulher a ocupar esse cargo. Assistimos a uma grande vitória das mulheres nas eleições dos Estados Unidos. A cada dia, a mulher assume postos mais importantes na política do nosso Estado, do Brasil e do mundo.

Acho que este é um momento de avanço, quando uma mulher assume uma cadeira no Tribunal de Contas do Estado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, em poucas palavras desejo reiterar o que foi dito pelos colegas. Participamos da sabatina da ex-Prefeita e futura Conselheira do Tribunal de Contas, Dra. Adriene Barbosa de Faria Andrade, e, portanto, temos absoluta convicção de que fizemos aqui uma votação adequada. Quero apenas reiterar que o meu convencimento não se deu apenas na sabatina. Tivemos a oportunidade de acompanhar o seu trabalho como Prefeita, e, por sinal, fui Prefeito de Divinópolis quando ela também exercia mandato de Prefeita. Temos consciência de que estamos encaminhando ao Tribunal de Contas uma pessoa com uma formação municipalista e, acima de tudo, uma pessoa preparada para exercer aquela atividade. Como foi dito, é importante a presença da mulher em todos os níveis de atuação na vida pública, em todas as atividades. Sendo assim, é um avanço para a organização do Estado mineiro ter no Tribunal de Contas a presença da mulher, que será representada pela Dra. Adriene.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, apenas para informar que desejo que conste em ata o meu voto "sim" à ilustre Conselheira, Dra. Adriene.

O Deputado Dilzon Melo - Sr. Presidente, sou pela aprovação do nome da Prefeita Adriene, que representa muito bem a cidade de Três Pontas e a nossa região Sul. Sentimo-nos orgulhosos pela sua representatividade junto ao Tribunal de Contas do Estado, onde, sabemos, prestará eficientes e competentes serviços em prol da avaliação das contas dos Prefeitos. O Sul de Minas vê cada dia mais representativa a sua participação no governo de Aécio Neves. Além da competência demonstrada pela Dra. Adriene, como disse a Deputada Elbe Brandão, ela irá muito bem representar a mulher mineira no cenário não político, mas administrativo do Estado de Minas Gerais, onde o Governador Aécio Neves tem seu altruísmo e competência conhecidos e elogiados pelo Brasil. Então, em nome de todo o Sul mineiro, das cidades que represento no Sul de Minas, entre as quais Três Pontas, quero dizer que nos sentimos orgulhosos por ver aqui, com mais de 50 votos, considerando aqueles que não tiveram oportunidade de votar pelo painel, o nome de Adriene ser sabatinado e aceito, devido à sua competência e eficiência. Parabéns, Adriene; parabéns ao governo Aécio Neves.

O Deputado Dinis Pinheiro - Declaro que sou pela aprovação da indicação da Dra. Adriene, a quem formulamos votos de sucesso, êxito e bastante eficiência nessa nova função que lhe é atribuída: ser Conselheira do Tribunal de Contas. Sr. Presidente, tive a oportunidade de conversar com o Deputado Rêmoló Aloise, nosso Vice-Presidente, e com o Dr. Eduardo, nosso Secretário-Geral dos trabalhos. É importantíssimo que se faça, em um breve espaço de tempo, a revisão desses painéis eletrônicos, para que esses problemas observados nesta votação de hoje à noite não ocorram novamente. Então, também registro essa minha preocupação em relação ao funcionamento dos painéis. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente.

Declarações de Voto

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, quero também congratular-me com a Dra. Adriene, que acabou de ter seu nome aprovado por esta colenda Casa. Quero dizer da minha alegria por ter, na semana passada, participado e presidido a Comissão Especial de sua sabatina. Tenho a certeza absoluta de que, em nome do Sul de Minas e também dos Municípios que tenho a honra de representar nesta Casa, estamos felizes por ter a pessoa da Dra. Adriene à frente do Tribunal de Contas, pelo seu notório saber jurídico, pela sua capacidade e pelo exemplo que deu à frente da Associação Mineira de Municípios.

Não podemos esquecer de sua valorosa e vigorosa participação, quando criamos, nesta Casa, a Frente Parlamentar em Defesa do Pacto Federativo, que contou com a participação do ilustre Deputado Bonifácio Mourão e de todos os Deputados, tendo à frente a ilustre - agora Conselheira - Dra. Adriene Andrade, que liderou, em nome de todos os Municípios mineiros, os trabalhos junto ao governo federal.

Neste momento muito feliz para todos nós e para o povo mineiro, parabenizo o Governador Aécio Neves pela indicação do nome da Dra. Adriene Andrade. Pela sua sensibilidade, inteligência e saber jurídico, temos certeza de que aquela Corte ficará engrandecida com a presença da nossa representante do Sul de Minas. Parabéns a todos.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores da TV Assembléia. Hoje esta Casa está cumprindo sua função ao votar a indicação do nome de uma senhora que foi Prefeita e Presidente da AMM, portanto uma pessoa que conhece os problemas vividos por Prefeitos. Diante da grande concentração tributária do governo federal, precisamos de um novo pacto federativo. Para que isso ocorra, é muito importante termos no Tribunal de Contas a presença de uma mulher que, além de sensível, tenha passado pelo Executivo Municipal, o que lhe permitiu conhecer as grandes dificuldades vividas por Prefeitos, que, mesmo recebendo R\$2,55 por uma consulta do SUS, complementam esse valor e pagam aos médicos, principalmente nos Municípios mais pobres e longínquos. Também enfrentam dificuldades os Prefeitos de Municípios que necessitam de transporte escolar e dispõem de poucos recursos.

A votação feita pela Assembléia da indicação do nome da Sra. Adriene Barbosa de Faria Andrade para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas, além de homenagear a mulher mineira, homenageia aquela que teve coragem de disputar votos, ser Prefeita, administrar uma cidade, estar sob o crivo dos seus munícipes, mas que hoje poderá, com calma e tranquilidade, analisar com bom-senso as contas dos nossos Prefeitos de Minas Gerais. Foi uma honra votar nessa mulher que estará à frente, agora, como Conselheira do Tribunal de Contas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, pedi a palavra, neste momento, para declaração de voto porque o painel eletrônico funcionou muito pouco. Precisamos fazer uma checagem nesse painel. Não sei o que aconteceu com ele. Talvez precisássemos até de uma CPI do painel, tamanho o número de postos que não funcionaram nesta noite. Desconfio de que esse painel tem ideologia, porque, do lado de cá, funcionou normalmente. Onde votaram os parlamentares do PT também funcionou. Alguns votaram "sim", outros "não". Não sei dizer, porque o voto é secreto, cada um votou conforme sua consciência. Todos votaram em qualquer canto.

Esse painel só pode ter ideologia. O PFL não funcionou sequer um ponto do painel. Sr. Presidente, V. Exa. precisa olhar esse painel direitinho. Se ele tiver opção ideológica, precisamos criar uma CPI, porque nunca vi tanto posto sem funcionamento. Isso só pode ser opção ideológica. O Deputado Carlos Pimenta quer ser o relator da CPI. Realmente esse painel tem problemas ideológicos. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado Alencar da Silveira Jr. - Sr. Presidente, a colocação do Deputado Rogério Correia é legítima. A maioria desta Casa está colocando no Tribunal de Contas o dinamismo, a força e, acima de tudo, a mulher que sabe administrar e que saberá mudar um pouquinho a cara daquele Tribunal, a qual, aliás, há muito precisa ser mudada. Adriene, em outros cargos que ocupou, mostrou que é capaz e competente.

Esta Casa fez o que tinha de fazer de melhor. Já passava da hora de uma mulher, com o dinamismo da Adriene, ser Conselheira no Tribunal de Contas.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, solicito a palavra pelo art. 164 do Regimento Interno porque o meu partido foi citado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Gustavo Valadares.

O Deputado Gustavo Valadares - Sr. Presidente, a situação está tão ruim no Plenário que até o microfone está quebrando.

É preciso que se diga que o PFL estava aqui presente com toda a sua bancada, diferentemente de outros partidos. Os Deputados Elmiro Nascimento e Doutor Viana votaram, eu votei, todos votamos, e os votos foram computados. Infelizmente, eu e outros companheiros somos testemunhas de que Deputados do PFL e de outros partidos, como é o caso do Deputado Bilac Pinto, do PL, não tiveram condições de votar por causa de situações como esta do microfone.

Precisamos de uma reforma urgente no Plenário desta Casa. Que aproveitemos o recesso que se aproxima para reformá-lo, de modo que, na próxima legislatura, não passemos por outros constrangimentos e não tenhamos de ouvir, em momentos tão sérios como este, tiradas como as que ouvimos agora de representantes da Oposição.

Questão de Ordem

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, aproveitando a presença do Vice-Presidente, de vários componentes da Mesa e de tantos Deputados no Plenário, solicito a V. Exa. que coloque na pauta, o mais breve possível, a proposta de emenda à Constituição de iniciativa do Deputado Jayro Lessa que trata do fim da reeleição da Mesa desta Casa.

A proposta conta com o meu apoio e o de vários Deputados. Somos a favor da ampliação do espaço democrático e de maior harmonia no Legislativo, incluindo a alternância de poder na Presidência da Casa.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento da Deputada Maria Olívia, solicitando a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100 seja apreciado em primeiro lugar. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100, que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade. Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer, a Presidência, nos termos do § 2º do art. 145 do Regimento

Interno, designa relator da matéria o Deputado Dilzon Melo. Com a palavra, o Deputado Dilzon Melo para emitir seu parecer.

O Deputado Dilzon Melo - Sr. Presidente, meu parecer é o seguinte:

Parecer sobre o veto total à proposição de lei Nº 17.100

Relatório

O Governador do Estado, no uso da atribuição que lhe é conferida no art. 90, VIII, c/c o art. 70, II, da Constituição do Estado, opôs veto total à proposição de lei em epígrafe, que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade.

As razões do veto foram encaminhadas por meio da Mensagem nº 666/2006, publicada no "Diário do Legislativo" de 29/9/2006.

Incluído o veto na ordem do dia para apreciação, nos termos do art. 145, c/c o art. 222, do Regimento Interno, o Presidente designou este relator para, em 24 horas, emitir parecer sobre a matéria.

Fundamentação

O Governador do Estado, ouvida a Secretaria de Estado de Saúde, vetou integralmente a Proposição de Lei nº 17.100, que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade.

Nas razões do veto apresentadas, o Governador do Estado alegou contrariedade ao interesse público. Esclareceu também que a Lei Federal nº 10.211, de 23/3/2001, que altera dispositivos da Lei Federal nº 9.434, de 4/2/97, estabelece que a retirada de órgão ou tecido de pessoa falecida para transplante dependerá de autorização da família.

Ponderou ainda que a tentativa de estimular as doações de órgãos e tecidos por meio de informação constante em documento de identidade mostrou-se totalmente ineficaz em experiência recente, uma vez que produziu um número enorme de não-doadores. Por essa razão, a Lei Federal nº 9.434 foi alterada com o objetivo de estabelecer que a retirada de órgãos e tecidos de pessoas falecidas somente seja possível mediante autorização expressa de seus familiares.

Entendemos que facilitar o acesso a informações úteis para procedimentos médicos pode contribuir para tornar mais eficiente o atendimento em casos de urgência e emergência. Entretanto, no que se refere à doação de órgãos, conforme o exposto pelo Chefe do Executivo, a legislação em vigor determina que a família é a responsável pela decisão final, independentemente da informação registrada no documento de identidade.

A atividade de transplantes em nosso país teve uma evolução considerável, relativamente a técnicas, resultados, variedade de órgãos transplantados e número de procedimentos realizados. A aprovação da lei de transplantes veio contribuir para a diminuição das distorções na destinação dos órgãos, por meio da organização do Sistema Nacional de Transplantes – SNT. Esse sistema, criado no âmbito do Ministério da Saúde, tem como atribuição desenvolver o processo de captação e distribuição de tecidos, órgãos e partes retiradas do corpo humano para fins terapêuticos e de transplantes. Integram o SNT as Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos – CNCDO –, que são unidades executivas do sistema nos Estados. A CNCDO de Minas Gerais é o MG Transplantes, responsável pela supervisão da atividade de transplantes no Estado.

O Ministério da Saúde tem norteado a condução do SNT com o objetivo de estimular a atividade de transplantes no País. Como consequência desse trabalho, o Brasil figura atualmente em segundo lugar em número absoluto de transplantes realizados por ano em todo o mundo.

Assim, tendo em vista os argumentos apresentados, consideramos procedentes as razões do veto oposto pelo Governador à Proposição de Lei nº 17.100.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela manutenção do Veto Total à Proposição de Lei nº 17.100.

O Sr. Presidente - Em discussão, o veto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Célio Moreira.

O Deputado Célio Moreira - Sr. Presidente, penso que houve um equívoco por parte da comissão que apresentou a emenda ao Projeto de Lei nº 1.040/2003, de minha autoria, que foi aprovado pelos nobres pares, em 2º turno, com o seguinte teor: "Assegura ao titular de carteira de identidade o direito de nela fazer constar informações sobre o tipo sanguíneo, sobre vontade ou não de doar órgãos e outras condições de saúde que puder contribuir para preservar sua saúde ou salvar vidas".

Porém esse importante projeto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que ajudará sem dúvida nenhuma a salvar vidas, foi totalmente vetado sob o argumento de que já existiram algumas tentativas no Estado para obrigar as pessoas a fazerem constar em sua carteira de identidade se elas seriam doadoras ou não de órgãos.

Mas não estamos falando de obrigação, e sim de faculdade. A redação inicial do Projeto de Lei nº 1.040/2003, de minha autoria, não dispunha sobre a questão de doação de órgãos. Esse dispositivo foi posteriormente inserido pela Comissão de Saúde. Embora exista lei federal dispondo que somente a família poderá decidir pela doação de órgãos, não há que falar em inconstitucionalidade da proposição em questão. Esse projeto de lei que está em discussão apenas assegura ao cidadão o direito de fazer constar alguns dados referentes a sua saúde em sua carteira de identidade. Em momento algum a proposição obriga o cidadão a informar, em sua carteira de identidade, se é ou não doador de órgãos. Também não obriga a pessoa a informar o seu grupo sanguíneo ou outro dado qualquer. A proposição deixa bem claro que informar esses dados é apenas uma faculdade. Se a pessoa não quiser fazer constar nenhum dado adicional, sua carteira de identidade continuará a ser como é. O interessante é que o cidadão passa a ter o direito de fazer constar, em sua carteira de identidade, dados que poderão salvar a sua vida.

Quanto à manifestação da vontade de doar órgãos, ressalte-se que esse dado será apenas uma informação para a sua família, já que ela é quem realmente poderá decidir pela doação. Dados como grupo sanguíneo, fator RH, alguma doença grave, como diabetes, por exemplo, poderão ajudar muito na atuação dos médicos em procedimentos de emergência. Em caso de necessidade de transfusão de sangue, o grupo sanguíneo, o fator RH já estarão informados na carteira de identidade do paciente, possibilitando um atendimento médico mais rápido e eficaz. O cidadão tem o direito de escolha. Tem o direito de zelar por sua própria saúde e por sua vida. Portanto, não vejo motivos lógicos e jurídicos

para que esta proposição seja vetada.

Tendo em vista que esta proposição já foi uma vez aprovada pelos nobres pares, acredito - e estou certo disso - que essa nossa proposta é em defesa da vida. Portanto, a Comissão de Saúde, ao emendar o nosso projeto, fez com que o governo vetasse totalmente essa proposição, mas já estamos em entendimentos com a Liderança e com os nobres pares e vamos apresentar novamente o projeto, que tem o objetivo de salvar vidas.

Portanto, trata-se de uma emenda equivocada da Comissão de Saúde, que prejudica este projeto que tem como interesse principal o atendimento de emergência e urgência para dar mais tranquilidade aos profissionais da saúde, em prol de um atendimento adequado.

O Sr. Presidente (Deputado Rêmoló Aloise) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o veto do Governador à Proposição de Lei nº 17.100, que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade, foi objeto de discussão pelo Deputado Célio Moreira, autor do projeto.

Sr. Presidente, antes de iniciarmos a discussão das razões do veto a esse projeto, quero lembrar que votamos, recentemente - e foi mantido o veto do Governador -, um projeto de minha autoria que dispunha sobre normas para a criação de cães de médio e de grande portes. Na época, disse que seria importante a sua regulamentação, para que a lei não ficasse apenas no papel. Aproveitei o momento para fazer uma cobrança ao Governador do Estado, pois hoje findou o prazo para a sua regulamentação. Nem sequer foi iniciada uma discussão com representantes de entidades ligadas ao assunto, para ser feita uma regulamentação de forma mais democrática, ouvida a sociedade civil. O prazo expirou, e não tivemos a regulamentação dessa lei tão importante. Com isso, ataques de cães continuam a acontecer por todo o Estado. A lei existe, mas não foi regulamentada. A regulamentação deveria ter sido publicada hoje no diário oficial, o que, infelizmente, não ocorreu. Desta tribuna, portanto, venho cobrar do Governador do Estado que converse com os seus Secretários e regulamente essa lei, urgentemente.

No último final de semana, em São Paulo, houve mais um ataque de "pit bull" a uma senhora de 39 anos, que veio a falecer. Esse animal estava sem focinheira, sem contenção adequada. Por isso, houve o ataque e a morte. Em Minas, a lei existe, mas, se não for regulamentada, corremos o risco de voltarem a ocorrer aqui fatos como esse. Mas temos instrumentos capazes de coibir ou, pelo menos, diminuir e responsabilizar as pessoas que não agem de acordo com a lei. Se algo acontecer, a culpa é do governo do Estado, que ainda não regulamentou essa lei.

Aproveitei o momento da discussão de outro veto para trazer à tona a importância desse debate. É preciso que seja regulamentado o Disque-Cão, que consta no projeto. As pessoas podem recorrer ao Corpo de Bombeiros, reclamando e denunciando o que estiver fora da lei ou se estiverem correndo risco com cães de grande porte soltos nas ruas. Mas é preciso haver regulamentação para que o Disque-Cão exista.

Infelizmente, não foi regulamentada parte alguma dessa lei. Além disso, também não sabemos como será feita a contenção dos cães para que possam transitar pelas ruas; as raças que serão obrigadas a usar focinheira, como "pit bulls" e "rottweilers"; as raças que precisam de algum tipo de contenção, o que dependerá de cada caso. Por exemplo, o pastor alemão que serve de guia ao deficiente visual, evidentemente não pode ter nem precisa de focinheira, mas tem de ser treinado.

Enfim, a lei precisa de regulamentação para que seja justa e, ao mesmo tempo, eficaz. Doutor Viana, o prazo para a sua regulamentação era de 90 dias, tempo suficiente para que a Secretaria de Defesa Social tivesse tido o cuidado de discutir sua regulamentação com o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar. Queria aproveitar também a presença do Deputado Alberto Pinto Coelho, Líder do Governo, para solicitar-lhe que cobre do Governador e dos seus Secretários a sua urgente regulamentação.

De nada adianta aprovarmos leis à sanção do Governador, se não forem regulamentadas, pois, assim, não serão executadas.

Cito essa lei, mas os Deputados sabem que são várias as leis que acabam virando letra morta, pois não são regulamentadas. O governo sanciona, mas não acompanha, não dá a importância devida àquilo que discutimos no Parlamento.

Então, queria fazer aqui uma cobrança veemente para que se inicie o processo de regulamentação, até para que não tenhamos de ir ao Ministério Público questionar por que uma lei não está sendo posta em prática aqui em Minas Gerais, por que está havendo negligência por parte do governo do Estado. Nesse exato momento é isso que está acontecendo com uma lei importante, na qual, aliás, houve uma grande participação da população, que opinou por sua aprovação. A imprensa teve um papel importante, notadamente a Rádio Itatiaia. Foi um projeto muito debatido, muito discutido, que recebeu muitas sugestões.

Sugiro, portanto, ao Líder do Governo que cuide dessa regulamentação porque tragédias poderão acontecer sob a responsabilidade do governo do Estado. As pessoas afetadas por uma lei não regulamentada poderão ir à Justiça reclamar indenização por negligência do governo do Estado, especialmente nesse caso pelo Governador do Estado, que é quem responde pelos atos do Estado de Minas Gerais. Sr. Presidente, essas eram as minhas palavras iniciais relativas a outro projeto.

No caso do projeto que dispõe sobre a inscrição de informações de interesse médico em cédula de identidade, o Governador informou ser contrário à proposição lembrando, segundo ele, que a tentativa de estimular a doação de órgãos e tecidos por meio da informação de doador de órgãos ou não, em documento de identidade, mostrou-se ineficaz em experiência recente, o que é contestado pelo Deputado Célio Moreira e por esta Casa. Segundo o Governador, isso produziu um número enorme de não doadores. Por essa razão, foi alterada a fim de se definir um critério para que a utilização de órgãos e tecidos de pessoas falecidas somente seja possível mediante autorização expressa de seus familiares. Rapidamente ele conclui que todo o trabalho feito nesta Casa merecia o veto do Exmo. Sr. Governador, com o que discordamos. A discussão foi feita com mais profundidade que apenas um parágrafo para justificar um veto total a uma proposição tão discutida. Penso ser um despreço ao Poder Legislativo a atitude do Governador em relação a um projeto aqui discutido e aprovado. O Parlamento tem tantos médicos com conhecimento de causa, mas o Governador simplesmente desconhece isso e, num pequeno parágrafo, veta totalmente o projeto. Isso mostra o despreço que o Governador tem tido por esta Casa.

O Deputado Antônio Júlio esteve nesta tribuna reclamando, com razão, que o Parlamento tem-se mostrado pequeno diante das necessidades, e que teria de se impor de forma mais veemente. Como isso não é feito, o Governador se dá ao direito de nem sequer tentar convencer-nos do veto do projeto. Então, veta formalmente o projeto e manda uma justificação sem nenhum conteúdo político de convencimento, e sem olhar a validade do trabalho feito pela Assembléia Legislativa. É muito despreço do Governador do Estado e do governo pela Assembléia Legislativa. Um pequeno parágrafo justifica o veto total a um projeto de lei. O Governador nem sequer tem o interesse de justificar o veto de maneira mais cabal, de que um projeto aprovado por esta Casa não vale nada e tem simplesmente de ser vetado dessa forma. Não podemos admitir esse despreço porque outros vêm e são até mais graves que o veto do Governador do Estado.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, o quórum para que possamos discutir este assunto é muito pequeno na noite de hoje. Evidentemente não temos aqui quórum para fazer a apreciação do veto. Sr. Presidente, pediria a V. Exa. que, de plano, encerrasse esta reunião para que eu pudesse, amanhã, dar continuação à discussão do projeto de lei.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Deputado Rogério Correia que ele terá 48 minutos para continuar a discussão do veto.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a reunião extraordinária de amanhã, dia 9, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do Dia DA 84ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, EM 14/11/2006

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedos, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.541/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$25.000.000,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Contas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.542/2006, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de R\$3.585.200,00 ao Orçamento Fiscal do Estado, em favor do Tribunal de Justiça Militar. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.088/2005, do Deputado Ivair Nogueira, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmópolis de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2006, do Governador do Estado, que dispõe sobre o exercício da autoridade metrológica de avaliação da conformidade e qualidade de produtos e serviços; institui o Prêmio por Produtividade em Metrologia Legal e Qualidade Industrial de Produtos, para os servidores do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.625/2005, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae - do Município de Passa-Tempo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela

constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.876/2005, do Governador do Estado, que dispõe sobre o Fundo Pró-Floresta e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 a 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 3 e 5, da Comissão de Meio Ambiente.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.085/2006, do Deputado Jayro Lessa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Governador Valadares o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.354/2006, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao Município de São Miguel do Anta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.436/2006, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Araguari o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão ESPECIAL Contra a Invasão de Produtos Chineses, a realizar-se às 10 horas do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 19ª reunião ordinária da comissão de Segurança Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 10 horas do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.027/2006, do Deputado Gustavo Corrêa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.416/2006, do Deputado André Quintão; 3.485/2006, do Deputado Domingos Sávio; e 3.500/2006, da Deputada Vanessa Lucas.

Requerimentos nºs 6.885 a 6.887 e 6.890/2006, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 13ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.530/2006, do Deputado Ricardo Duarte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 86/2006, do Governador do Estado; Projetos de Lei nºs 3.079/2006, do Governador do Estado; 3.498/2006, da Deputada Elisa Costa; 3.507/2006, do Deputado Jayro Lessa; 3.607 e 3.620/2006, do Deputado Irani Barbosa; e 3.651/2006, da Deputada Lúcia Pacífico.

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.656/2006, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.492/2006, do Deputado Zé Maia; 3.674 e 3.675/2006, da Deputada Maria Olívia; 3.676/2006, da Deputada Ana Maria Resende; 3.681 e 3.684/2006, do Deputado Paulo Piau; e 3.693/2006, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 14h30min do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.380/2006, dos Deputados Rogério Correia e Padre João.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.881/2005 e 3.088/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.097/2006, do Deputado André Quintão; 3.148/2006, do Deputado Leonídio Bouças; 3.190/2006, do Deputado Alencar da Silveira Jr.; 3.275/2006, do Deputado Neider Moreira; 3.343/2006, do Deputado George Hilton; 3.360/2006, do Deputado Sávio Souza Cruz; 3.387/2006, da Deputada Elisa Costa; 3.395/2006, da Deputada Cecília Ferramenta; 3.397/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.405/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; 3.424 e 3.425/2006, do Deputado Padre João; 3.438/2006, do Deputado Paulo Cesar; 3.459/2006, do Deputado Sebastião Helvécio; 3.464/2006, do Deputado Laudelino Augusto; 3.487/2006, do Deputado Marlos Fernandes; 3.491/2006, do Deputado Roberto Ramos; 3.495/2006, do Deputado Antônio Júlio; 3.497/2006, do Deputado Durval Ângelo; 3.505/2006, do Deputado Dilzon Melo; 3.509/2006, do Deputado Leonardo Quintão; 3.512/2006, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.514/2006, da Deputada Vanessa Lucas; 3.521/2006, do Deputado Dimas Fabiano; 3.527/2006, do Deputado Miguel Martini; 3.563 e 3.564/2006, do Deputado Luiz Fernando Faria; e 3.565/2006, da Deputada Lúcia Pacífico.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Administração Pública Na 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, a realizar-se às 15 horas do dia 14/11/2006

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 3.467/2006, do Governador do Estado; e 3.476/2006, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 6.920/2006, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 6.925/2006, do Deputado Fahim Sawan.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial das Pessoas Desaparecidas

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Adalclever Lopes, Durval Ângelo, Gil Pereira e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2006, às 14h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2006.

Célio Moreira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Roberto Ramos, Irani Barbosa, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/11/2006, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber representante da Fian Brasil, que apresentará relatório sobre o massacre de trabalhadores rurais sem terra no Município de Felisburgo, com a presença de convidados; e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos dem 7/11/2006

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, público que nos assiste por meio da TV Assembléia, o assunto que nos traz a esta tribuna com certeza interessa a todos os cidadãos brasileiros, sobretudo nós, de Minas Gerais, que observamos os episódios que ocorrem em São Paulo, nosso Estado vizinho, acerca da segurança pública. Estamos acompanhando, a certa distância, o que a mídia publica em relação aos ataques patrocinados pelo Primeiro Comando da Capital - PCC -, organização criminosa que deixou São Paulo numa nuvem negra durante cerca de dois meses, pelo menos. De forma covarde, foram mortos 41 servidores públicos - policiais civis e militares, guardas municipais, Bombeiros Militares - e vários civis, em face da atividade dessa organização extremamente perversa.

Hoje, por meio do "site" da "Folha de S. Paulo", obtivemos informações acerca de algumas condenações de marginais que participaram do episódio que aterrorizou os moradores do Rio de Janeiro e que muito nos preocupa também. (- Lê:)

"Traficante que ordenou incêndio a ônibus é condenado a 444 anos de prisão. O traficante Anderson Gonçalves dos Santos, o "Lorde", foi condenado nesta terça-feira a 444 anos e 6 meses de prisão, por ter ordenado o ataque a um ônibus da Linha 350 - Passeio-Irajá -, que matou 5 pessoas, entre elas um bebê, e feriu outras 16, em novembro de 2005, no Rio. O 2º Tribunal do Júri condenou "Lorde" por cinco homicídios, triplamente qualificados, e 16 tentativas. Ele foi o segundo condenado pelo crime. Na semana passada, Alberto Maia da Silva, o "Beto", foi condenado a 309 anos de prisão. Outros dois réus aguardam julgamento. Eles devem cumprir 30 anos de prisão, pena máxima permitida pela legislação brasileira."

Deputados e Deputadas, ocupamos a tribuna nesta tarde para dizer que, infelizmente, o Código Penal Brasileiro, de 1940, precisa, urgentemente, ser revisto, reformulado pelo Congresso brasileiro, com a participação efetiva do Poder Executivo Federal, da Presidência da República, que tem a iniciativa de fazer as devidas alterações.

Portanto o criminoso, que matou essas 5 pessoas - entre elas um bebê - e ainda feriu 16, foi condenado a 444 anos. Mas o mais importante que tenho a dizer é que, infelizmente, ações criminosas como essa, quando distantes de nós, não nos causam a mesma indignação e revolta, como causariam, se ocorressem com um ente querido, com uma pessoa próxima a nós. Imaginem: 444 anos de prisão, 5 homicídios, 16 pessoas feridas! Além da covardia de matar cinco pessoas, ordenou incendiar um ônibus.

Nós, que estamos acompanhando esses episódios, temos a certeza de que o Brasil e a nossa sociedade já não podem aguardar. A sociedade brasileira não pode ficar de braços cruzados. Nós, Deputados Estaduais, temos o dever de levantar a nossa voz em Minas Gerais, discutir e levar as propostas ao Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros. Não podemos ficar de braços cruzados, sem nos movermos, enquanto ações como essa acontecem.

A Constituição Cidadã, do Dr. Ulisses Guimarães, no dia 5/10/2006, completou 18 anos, ou seja, há 18 anos vivemos sob o mandamento maior dessa Carta. Entretanto, infelizmente, alguns Deputados, de forma infrutífera, tentam mudar alguns artigos da nossa Constituição. Obviamente não conseguirão, a não ser por meio de uma nova assembléia nacional constituinte. O art. 5º, inciso LXVII, estabelece que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada. Portanto, para os militares, em se tratando de traição à pátria, haverá pena de morte. Aprego ainda que não haverá penas de prisão de caráter perpétuo, de trabalhos forçados, de banimento, cruéis.

O marginal foi condenado a uma pena de 444 anos de prisão por ordenar incêndio a um ônibus e matar cinco pessoas inocentes. A ação criminosa do PCC fez um enorme estrago no Estado de São Paulo, que ficou mergulhado em grande nuvem negra quando 41 agentes públicos foram mortos. Mesmo assim, o Congresso Nacional não conseguiu mobilizar-se nem fazer o dever de casa.

Aprovei um requerimento na Comissão de Segurança Pública, parabenizando o Senador Renan Calheiros pela iniciativa de reunir cerca de 10 projetos em um único pacote, que tramitou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. Ainda que tenha havido essa iniciativa do Presidente Renan Calheiros, o Congresso voltou a esfriar.

E é assim que a nossa sociedade tem agido. Apenas diante de grandes acontecimentos ou rupturas sociais que venham a causar grande indignação, o Congresso Nacional se levanta, acorda. Mas, assim que os grandes veículos de comunicação de massa deixam a matéria de lado, o Congresso brasileiro esfria e deixa as coisas passarem.

Algumas pessoas, entre elas juristas, dizem que isso seria uma legislação de pânico, o que seria ruim. Passaram-se os meses de maio, junho. Acabou-se a grande nuvem negra, a grande ruptura em São Paulo, onde houve vários assassinatos e enfrentamento. Foram postas de joelhos as forças de segurança pública de São Paulo. E o que o governo federal fez a esse respeito?

Quando digo governo federal, incluo aí os três poderes, não apenas o Executivo, que tem, sim, obrigação da iniciativa. Sob seu comando, está a Polícia Federal, ainda desmotivada, sucateada e sem recursos humanos necessários para enfrentar principalmente o narcotráfico e o contrabando de armas e munições nas nossas fronteiras. Aliás, são cerca de 7.500km apenas de fronteira seca com vários países.

Todos voltam a ficar calados. Pergunto: cadê a mobilização iniciada pelo Senado para alterar as leis brasileiras, o Código Penal Brasileiro, que continua com o teor de 1940?

A mesma página da "Folha On-Line" de hoje, dia 7/11/2006, traz uma matéria, com o título "Marcola, do PCC, inicia greve de fome", onde se diz: "Apontado como chefe do Primeiro Comando da Capital - PCC -, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, iniciou ontem uma greve de fome com outros presos da Penitenciária de Segurança Máxima de Presidente Bernardes, que fica a 589km a oeste de São Paulo.

Conforme funcionários, os presos recusaram ontem o almoço e o jantar. O motivo do protesto, segundo a 'Folha' apurou, seria o descontentamento com as reformas feitas na unidade, que adota o Regime Disciplinar Diferenciado - RDD -, um dos mais rígidos do País".

O pior não é isso. Enquanto a organização criminosa é condenada a uma pena de 309, 444 anos de prisão, o Brasil continua sendo o lindo país do carnaval, do futebol, da coisa maravilhosa. Todavia, não é colocado na pauta para ser discutido e levado a sério aquilo de que realmente o País necessita.

Infelizmente não ouvimos dos dois candidatos à Presidência da República um programa, um projeto, uma proposta séria na área de segurança pública. Mais uma vez, eles se esquivaram do debate, e novamente nos esquecemos de que, para avançar em termos de segurança, é necessária uma séria reforma do Código Penal Brasileiro. Até quando vamos continuar esperando que um novo episódio, como aquele que ocorreu em São Paulo, ocorra em outras cidades e em outros Estados brasileiros? Quando nos indignaremos? O fato está acontecendo em São Paulo, mas até parece que esse Estado não faz parte do Brasil. Está ocorrendo com brasileiros que estão submetidos ao mesmo Código Penal e à mesma Constituição da República, que infelizmente proíbe a pena de prisão perpétua e de trabalhos forçados.

Infelizmente nós, seres humanos, temos o grave defeito - e falo de forma generalizada - de só nos locomovermos e nos indignarmos a tal ponto quando o problema ocorre do nosso lado. Enquanto está ocorrendo em São Paulo, nós aqui, permanecemos de braços cruzados. Morreram 41 agentes públicos, entre policiais civis, militares, Bombeiros e Agentes Penitenciários, apenas no episódio da grave ruptura social comandada pelo PCC, organização criminosa que, durante dois meses, deixou São Paulo mergulhado em pleno terrorismo urbano. Assistimos a essa condenação, mas a pena máxima no Brasil é de 30 anos.

Trabalho com Direito há mais de 20 anos e desconheço um criminoso em Minas Gerais ou no Brasil que tenha cumprido 30 anos de prisão. Ainda que o cidadão tenha sido condenado por crime hediondo, ao cumprir dois terços da pena será colocado em liberdade. Recente decisão do Supremo Tribunal Federal concedeu uma progressão de regime pelo cumprimento de um sexto da pena, mesmo para crime hediondo. Alegou-se que a condenação por tal crime não poderia tirar das pessoas a condição da progressão do regime. Alegou-se a questão da individualização da pena.

Fico olhando e percebo que o mais engraçado é encontrarmos tanta autoridade, tanto jurista renomado e tantas pessoas defendendo esses criminosos, defendendo que suas penas sejam mais brandas, defendendo que não cumpram o chamado regime disciplinar diferenciado. Mas têm de cumprir, sim! Aqui em Minas Gerais o sistema tem de ser implantado também - já o temos em Francisco Sá, no Norte de Minas, mas ele precisa ser estendido a outras penitenciárias, porque, para alguns criminosos, não adianta construir Apacs e ter todo o empenho de suas famílias para se ressocializarem. Pena é pena! Pena é para punir! Penitenciária é para pagar penitência, é punição, e não apenas uma visão inversa do que prevê a punição para os que cometem crimes tão hediondos como os que foram cometidos.

Estamos aqui, Sr. Presidente, para chamar a atenção. Infelizmente, o nosso imenso Brasil só se manifesta diante de rupturas sociais, mesmo acontecendo o episódio de São Paulo. Estive nesta tribuna para cumprimentar a iniciativa do Senador Renan Calheiros, porque isso ocorreu em 2000, por ocasião do episódio do ônibus 174, na cidade de Rio de Janeiro, quando Fernando Henrique era Presidente e se alardeou o grande Plano Nacional de Segurança Pública, resumido apenas na criação do Fundo Nacional para repassar migalhas para os Estados. Já disse isso várias vezes desta tribuna. Passaram-se quatro anos desse outro governo, e até agora não vimos uma medida concreta e enérgica, uma tomada de posição firme, para mudar esse Código Penal ultrapassado, para realmente impor àqueles que aterrorizam milhares de famílias brasileiras uma punição severa, justa e proporcional ao delito cometido.

Portanto, o nosso apelo tem esse sentido, Sr. Presidente: que nós, Deputados e Deputadas Estaduais, não fiquemos de braços cruzados, que também nos manifestemos e cobremos do Congresso Nacional a revisão do Código Penal Brasileiro, para que as forças de segurança pública tenham instrumento jurídico para aplicar nesses casos e não haja presos rindo da sociedade. Um condenado a 309 anos de prisão e um outro a 444 anos sabem que a pena máxima é de 30 anos e que cumprirão, no máximo, 20 anos de cadeia. É isso o que dispõe a legislação brasileira.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa. a presteza e a gentileza de conceder-me mais alguns minutos. Agradeço também a todos a atenção. Fica aqui o nosso apelo. Essa luta não é apenas deste Deputado, mas dos homens e das mulheres de bons costumes, das pessoas de bem deste país. Muito obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Cumprimento os Deputados Rêmolio Aloise e Rogério Correia, os demais parlamentares presentes em Plenário, as pessoas que nos assistem pela TV Assembléia e a imprensa.

Também em nome da Executiva Estadual do PT e dos nossos Deputados Estaduais e Federais, quero abordar um tema: assinamos em conjunto manifesto de solidariedade com o sociólogo e companheiro Emir Sader, pessoa de tradição democrática e política, professor da Uerj, que responde na Justiça a processo por injúria, conforme julgamento de um Juiz, porque se manifestou respondendo a uma fala do Presidente Nacional do PFL, Senador Jorge Bornhausen, que disse que era preciso extinguir a raça petista do País ao longo dos anos.

O sociólogo Emir Sader fez uma abordagem no seu texto, no seu artigo sobre um julgamento que mais parece um manifesto político - aliás, temos visto isso também em outras manifestações políticas ao longo dos anos -, correndo o risco de perder a sua função pública de professor universitário. A nossa manifestação é nacional, é de Minas Gerais, para que neste país haja avaliação e reflexão sobre o papel da mídia, dos meios de comunicação, especialmente nos momentos de eleição.

Em nome da nossa bancada e do nosso partido, deixo aqui a nossa solidariedade ao nosso querido companheiro. Deputado Laudelino Augusto, esse tipo de comportamento de parte da Justiça brasileira, com tendência a um julgamento totalmente político, manifestou-se também aqui pertinho de nós, na Prefeitura de Timóteo, em Minas Gerais, contra o Prefeito Geraldo Nascimento. Quando fomos verificar, o resultado apresentado pelo Juiz era também um manifesto político não pelos acontecimentos em Timóteo, mas sim contra a própria história do PT. O Prefeito retornou, e esse Juiz precisou ser afastado, para que, de fato, o julgamento fosse isento. Percebemos que, em muitos lugares, há iniciativas de cerceamento da nossa história e da ação em relação ao PT.

Quanto ao nosso companheiro Emir Sader, a nossa manifestação é pública e nacional. Lutaremos para mudar esse julgamento, pois entendemos que são dois pesos e duas medidas que precisam ser mais bem-avaliadas no âmbito dos meios de comunicação, da mídia, principalmente da grande mídia nacional.

Quando falo sobre isso, recordo-me de que, na terça-feira, em cadeia nacional, assisti ao pronunciamento do Presidente Lula, bastante amadurecido e consciente das funções que hoje deve desempenhar, a partir de uma votação legítima, enorme e expressiva do povo brasileiro, de 58 milhões. Fiquei pensando sobre isso. Conversamos com vários Deputados. Ainda assim, mesmo após um ano e meio de ataques e de críticas, o povo brasileiro julgou por um governo presente na sua própria vida. Além disso, quis que o Presidente Lula e o seu governo continuassem, a fim de implementarem projetos e políticas que pudessem fazer avançar a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais, fazendo o Brasil crescer e desenvolver-se para gerar trabalho e renda, além de pô-lo na integração da América Latina e do mundo.

Esse debate nacional chama a todos nós, pedindo pactuação em torno dos projetos do Brasil, ou seja, buscando-se aprovar projetos como, por exemplo, Deputado Rogério Correia, o que foi pedido hoje aqui: a aprovação do Fundeb, que é fundamental. O Orçamento de 2007 aponta mais R\$2.000.000,00 para o Fundeb. Esperamos que, até o final do ano, a atual Câmara aprove projeto para ampliar, de fato, a universalização e a qualificação da educação e o desenvolvimento a partir da educação neste país. Isso é fundamental.

Quanto à Lei Geral da Pequena e da Microempresa e à reforma tributária, o Presidente Lula fez esse chamamento à Câmara Federal e ao Brasil, para que possamos avançar em projetos que contribuam para o desenvolvimento nacional e reduzam as desigualdades, ampliem a democracia e a cidadania. Aliás, para ampliar a democracia, precisamos pensar também na democratização dos meios de comunicação social.

O Deputado Rogério Correia (em aparte) - Deputada Elisa Costa, quero parabenizá-la por estar reproduzindo aqui uma necessidade nacional de unidade em torno de projetos importantes para o País. Do ponto de vista do crescimento do País e da distribuição de renda, passam a ser, junto com a educação, prioridades colocadas pelo recém-eleito Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. É importante notar que, após o resultado eleitoral, pesquisas demonstraram que 85% do povo brasileiro espera e deseja que o governo dê certo e apóia o governo do Presidente Lula, o que significa que uma grande parte do eleitorado - não só do Lula, mas também daquele que se opôs a ele nessas eleições - também deseja e aposta que o governo será melhor, que o Brasil avançará, e quer que o Brasil avance. Isso é importante porque uma margem ainda maior do povo brasileiro sabe muito bem que não é para se estender a um eventual terceiro turno o resultado das eleições. Oitenta e cinco por cento do povo quer que o Brasil dê certo. Isso conta também com parte da Oposição, mas não a de Bornhausen, de Fernando Henrique Cardoso. Esses, infelizmente, estão cheios de mágoas e não querem construir um Brasil melhor, mas apenas atacar a figura do Presidente e torcer para que o País dê errado e, quanto pior, melhor. Não é o caso de outros setores da Oposição. Os Governadores Aécio Neves e José Serra, recém-eleitos, apontam no sentido de que há que ter, evidentemente, oposição, mas voltada para a construção e fiscalização do País, e não o que vêm acenando alguns setores da Oposição e da mídia. Quero parabenizá-la por isso. É impressionante o papel que setores - aliás, amplos setores, quase toda a mídia - tiveram nesse processo. Acreditaram que poderiam fazer o Presidente da República por meio de achincalhes, de matérias sempre negativas e, no final das contas, se, na primeira eleição do Presidente Lula, a esperança venceu o medo, podemos dizer, tranquilamente, que agora o povo venceu a mídia.

A própria mídia tem de repensar o seu papel e dar mais atenção a uma agenda positiva do País, como os projetos do Fundeb, da pequena e microempresa e outros que são importantes, não para o governo do Presidente Lula, mas para o País. O Presidente chama a atenção agora para isso: que possamos avançar ainda mais, que o Brasil cresça, haja melhor distribuição de renda e que tenhamos um sistema educacional mais justo. Parabéns, Deputada Elisa Costa!

A Deputada Elisa Costa - Em relação à fala do Deputado Rogério Correia, estou com um artigo do Mauro Santayanna, articulista da Agência Carta Maior. Ele foi questionado sobre o papel da mídia nesse processo eleitoral e deu uma resposta, que achei extremamente importante, e nos remete a uma reflexão. (- LÊ:)

"No passado, a mídia tinha um sentimento de solidariedade com o povo. Refletia parte das experiências da nossa população através de artigos, de documentários, e, de um certo tempo para cá, a mídia se tornou a mídia dos banqueiros, a mídia das grandes empresas, a mídia de quem sustenta o poder econômico, e perdeu uma relação direta com a população, que hoje se tornou o verdadeiro ator político. O povo levantou a cabeça. O grande ator político dessas eleições foi o povo brasileiro".

Ele ainda diz o seguinte: "No conjunto da maioria, nós, jornalistas, e a mídia tínhamos o sentimento de solidariedade com o povo. Se perdemos o sentimento de solidariedade com o povo, como vamos ter um sentimento democrático? Que avança cidadania, constrói novos valores e que a população também, no conjunto da sua maioria, tenha direito à informação correta, à informação que venha de fato construir uma sociedade para todos e a partir de todos".

Proponho aqui essa reflexão. Vi o Deputado Federal eleito Ciro Gomes, o próprio Presidente Lula falando da importância de se pensar a democratização dos meios de comunicação, da importância da mídia alternativa, das rádios e TVs comunitárias, do grande comunicador nacional que hoje é o próprio povo, que também deve ser reconhecido como alguém que soube escolher nessas eleições a partir da sua vida, da sua experiência, da sua luta. Reconhece que erros aconteceram, mas quer avançar. Reconhece que na sua vida houve mudanças, projetos, novas possibilidades. O pronunciamento do Presidente Lula chama todos os partidos políticos e toda a sociedade brasileira para essa responsabilidade nacional de construção de um Brasil mais cidadão, com desenvolvimento e igualdade social.

O Deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Quero parabenizar V. Exa. quando fala, no seu discurso, do companheiro Lula. Tenho a certeza absoluta de que votei bem quando votei no Lula. Quando nosso diretório nacional teve a possibilidade de discutir, mencionava minha relação e a relação do Presidente Lula com Minas Gerais. Quero deixar bem claro que o que pesou na minha decisão de apoiar Lula foi o que ele fez por Minas Gerais nestes quatro anos. Quero lembrar que estivemos dentro desta Casa com Fernando Henrique Cardoso. Fui indagado no diretório nacional quando falavam que o Fernando Henrique Cardoso era brigado com o Itamar, que o Itamar fechou as portas do Estado e que durante quatro anos não deixou Fernando Henrique ajudar. Tivemos também quatro anos de governo Eduardo Azeredo, quando os paulistas fecharam suas portas em relação a Minas Gerais. Por isso, na terça-feira demos uma declaração quando chegamos. E, logo depois, saiu a pesquisa, e o Lula, que estava com 14 pontos de diferença subiu para 17 pontos. Só a entrevista do "Alencarzinho" deu uns três pontos para o Lula.

Mas, voltando à seriedade do assunto, entendo que tivemos um Presidente da República que passou credibilidade à população.

Em relação à mídia, o PT falava que a mídia queria impor. Mas tivemos também uma grande época neste país em que a mídia só falava da esquerda e criticava severamente a direita. O Lula teve uma seriedade muito grande por parte de alguns segmentos da mídia, dos meus

companheiros de profissão. Como jornalista que sou, posso falar. Tivemos uma grande seriedade, e somente alguns companheiros tentaram impor uma situação.

Agora, Deputada Elisa Costa, nas rodas de que participo faço uma análise: no segundo turno dessas eleições o Presidente da República não precisou de "marqueteiro", foi pela sua cabeça. A partir do momento em que afastou da sua política, da sua campanha, o PT, a credibilidade no homem Lula, no Presidente Lula, sobressaiu. Toda a imprensa e toda a população brasileira viram que o Lula teve vergonha do PT. Em hora nenhuma, a estrela brilhou nos programas do Lula. Há quatro anos só se falava: o PT vai governar, o PT vai fazer, o PT vai conseguir. Hoje só ouvimos: o Lula, o Presidente vai fazer. O PT foi afastado.

Deputada Elisa Costa, hoje nós temos um Presidente que é do povo, e não do PT. Ouvíamos os militantes dizerem: "Esse é o Presidente do PT", mas o Presidente do PT acabou. Hoje temos um Presidente do povo brasileiro.

Na minha opinião, o PT perdeu, sim, acabou, sim. Essa é uma observação que temos de fazer. Deixo-a para que V. Exa. reflita. Nem eu nem nenhum brasileiro vimos, em momento algum, na campanha eleitoral, nos programas de televisão, a estrela brilhar, ou aparecer o símbolo 13, ou aquela expressão "Nasce uma estrela". Acabou tudo isso.

O Presidente Lula terá o apoio dos brasileiros. Repito: hoje Lula é o Presidente do povo brasileiro - espero não me decepcionar com o meu voto. Acabou o Presidente do PT, do partido do "mensalão". O PT do "mensalão" acabou, e o Lula ainda conseguiu eleger-se. Quando ele afastou o PT de sua campanha, aí, sim, ele surgiu e sua credibilidade apareceu. Obrigado.

A Deputada Elisa Costa - Não vim aqui falar especialmente das vitórias nem das derrotas dos demais partidos políticos, mas acredito que surpreendeu a muitos partidos políticos desta Casa e deste país o fato de um partido político, depois de massacrado por um ano e meio, ter conseguido eleger 83 Deputados Federais - maior que sua própria bancada de 1981 -; ter recebido a maior votação em termos de legenda nacional - 4.900.000 votos -; ter recebido a maior votação para Deputado Federal - ainda nessa história do País -; ter uma ínfima redução de Deputados Estaduais no Brasil; ter eleito, além dos três Governadores, mais dois Governadores de Estados extremamente importantes: a Bahia e o Pará. Lá na Bahia derrotou o histórico ACM, o "carlismo", recuperando o Estado Democrático que deve ser.

Então, surpreende-me o fato de que o PT, com todo o massacre, ter conseguido tal resultado. Sou uma pessoa que não tem receio de dizer publicamente que alguns erros conduzidos por alguns petistas - um grupo muito reduzido de São Paulo - produziu esses efeitos em nosso partido. O PT possui 1 milhão de filiados em todo o Brasil, e a maioria dos petistas carrega uma história de inserção popular, de honestidade e de compromisso com o povo.

Esse foi o resultado dessa eleição. Acredito que apenas números não reflitam isso, mas podem ser ditos, porque avaliam o processo. Diferentemente ocorreu com o PFL, que nos bateu o tempo inteiro e saiu derrotado nessas eleições.

Na verdade, quero apresentar uma reflexão de compromisso com o Brasil, que deve ser a responsabilidade de quem governa o País. O Presidente Lula está maduro, sim, nos erros e nos acertos, e sabe de sua responsabilidade diante não apenas dos 58 milhões de votos recebidos - a maior votação da história brasileira para um Presidente da República -, mas também diante de toda a Nação. Por isso, ele convoca a todos para pensar um projeto de Brasil, de Nação, e alguns se estão recusando a participar desse debate, porque não conseguem avaliar que hoje a população, em que pese a delitos, escolheu aquelas políticas que, de fato, sente que estão mudando a sua vida, o seu cotidiano: a elevação real do salário mínimo, o fortalecimento da agricultura familiar e a possibilidade de ter proteção social e direito à alimentação.

Em nome de nossa bancada, deixamos nossa posição a favor do entendimento, do diálogo, da unidade, para que tenhamos possibilidades de fazer crescer Minas Gerais a partir do crescimento nacional. Queremos construir aqui, sem revanchismo nem arrogância, com humildade. Sabemos do nosso compromisso de construir uma verdadeira Nação democrática, e democracia é inserir no processo econômico, social e cultural milhões de brasileiros que estavam à margem e hoje começam a levantar sua cabeça com dignidade, sabedoria e cidadania.

A Deputada Lúcia Pacífico (em aparte)* - Este é um momento muito importante. A Deputada Elisa Costa exalta a eleição do Presidente Lula, que, muito sabidamente, conseguiu fazer com que nenhum aumento fosse dado, para continuar naquele índice de popularidade, como aconteceu. Eu sabia, como defensora dos consumidores, que, logo após a eleição, esses aumentos aconteceriam, e seria o aumento dos preços de produtos de primeira necessidade, como é o caso do gás de cozinha, que nada tem a ver com o gás da Bolívia. Os jornais já estão noticiando que esse produto irá aumentar, e muito, para as donas de casa, assim como a energia elétrica e outros, enfim, haverá um rosário de aumentos.

Portanto, quero dizer à Deputada Elisa Costa que, apesar de não ser do PT e de ser da Oposição, não faço uma oposição burra. Antes de mais nada, somos mineiros e brasileiros e temos que torcer para dar certo, pois, do contrário, todos iremos para o brejo, e não apenas o PT e outros partidos.

Deputada Elisa Costa, os aumentos já começaram, e tenho certeza, graças a todo o estudo que fiz antes, de que não acontecerá apenas com o gás de cozinha, mas também com os produtos essenciais, as tarifas públicas, enfim, como já disse, haverá um rosário de aumentos.

Não adianta aumentarem o salário mínimo se não contiverem esses aumentos, que são permitidos pelas agências reguladoras. Se foram criadas no programa do Fernando Henrique, devem, então, acabar com elas, pois não se pode persistir no erro do governo anterior. Obrigada.

A Deputada Elisa Costa - Muito obrigada.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Gustavo Valadares* - Agradeço ao Deputado Doutor Viana, colega de partido, sua boa-vontade em me ceder o tempo.

Mais uma vez, venho ao Plenário para expormos a verdade acima de tudo. O PFL é um partido que, nessas eleições, não saiu derrotado. Por quatro anos, fez oposição de forma coerente, pois assim a população brasileira escolheu. Há quatro anos o nosso povo escolheu que o PFL e o PSDB fizessem oposição ao governo federal, ao Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. E assim o PFL fez: foi coerente durante quatro anos; não fez oposição ao País, como o PT fez durante 12 anos enquanto era da Oposição.

Fizemos uma oposição responsável. Se hoje tivemos minúsculos avanços na reforma tributária, eles ocorreram porque o PFL votou; se houve minúsculos avanços na reforma da previdência, também ocorreram porque o PFL votou. Não aceito, então, que se diga que o PFL faz oposição ao Brasil. Pelo contrário, o PFL constrói o Brasil. Por acreditar e ter a convicção de que hoje o que está em Brasília é um aparelhamento do Estado por conta de um único partido que tem sede de dinheiro, o PFL faz oposição.

Durante esses primeiros quatro anos, não vimos absolutamente nada que venha a demonstrar que o País melhorou. Muito pelo contrário, pois fomos o País que menos cresceu na América Latina. Este governo viveu, na economia, o famoso céu de brigadeiro. Não houve qualquer crise externa que prejudicasse nossa economia. Ainda assim, crescemos menos que a Bolívia, a Argentina, o Uruguai e o Chile. Por esses motivos, o PFL permanecerá na Oposição.

Mais uma vez, está evidente a prepotência e a arrogância do Presidente Lula. Ele não tem de convocar ninguém para sentar e conversar. Os representantes do povo estão dentro do Congresso Nacional. Ele que faça sua interlocução diferente do que fez nos primeiros quatro anos, pois foi totalmente equivocada, dando no que deu: há dois anos, a Câmara elegeu um Presidente que nada tinha a ver com o Presidente da República, o que é inédito no Congresso. Isso foi fruto de equívocos, prepotência e arrogância do PT.

Agora, espero que, com mais experiência e lucidez, o Presidente Lula faça uma interlocução mais transparente e habilidosa com o Congresso Nacional. Ele não precisa chamar ninguém para conversar. Tem de fazer seu papel, sua obrigação, que é governar o País, o que não fez nos primeiros quatro anos.

Presidente e Deputado Doutor Viana, o PFL não saiu derrotado. Hoje o PFL tem a 3ª maior bancada da Câmara Federal, juntamente com o PSDB, apesar da oposição feita nos últimos quatro anos e mesmo sem ter os benefícios recebidos por outros partidos, inclusive o do Presidente, nesse período. Isso sem falar em mensalão, em verbas que todos os meses eram gastas com partidos da base do governo. Não recebemos isso e, ainda assim, temos a 3ª maior bancada do Congresso.

Temos a maior bancada do Senado Federal. Na semana passada, a Governadora Roseana Sarney saiu, por pressão do governo federal, com a promessa de assumir o ministério. Assim, considero que temos a maior bancada, pois elegemos o maior número de Senadores. Em Minas Gerais, elegemos um Senador com uma votação consagradora e integramos uma coligação que venceu as eleições no primeiro turno. Onde fomos derrotados? Não estou vendo. Nos últimos quatro anos, fizemos oposição, e continuaremos a fazê-la, de maneira diferente daquela feita por outros partidos no passado. Acima de tudo, seremos coerentes e responsáveis, desejando o bem do nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente e Deputado Doutor Viana.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados, imprensa, funcionários da Casa, público das galerias e telespectadores da nossa querida TV Assembléia. Tratarei de assuntos que considero de suma importância, posteriormente retornarei a alguns temas com mais profundidade.

Independentemente de partido, mas por questão de consciência, que deve estar acima de qualquer sentimento partidário ou particular, fazemos oposição de uma forma construtiva, buscando diálogo.

Dialogar é diferente de conversar. Quando conversamos, não assumimos compromisso; mas o diálogo o exige. Desejamos êxito ao governo federal, que faça os acertos de que todos necessitamos, de que o País e os brasileiros precisam.

Num espírito de diálogo, quero alertar o governo federal em relação ao Fundeb. A forma de instalação do Fundeb deve ser bem administrada, para que a sociedade não tenha impressão incorreta. O Fundeb terá, do governo federal, uma participação em torno de R\$4.500.000.000,00 por ano, para serem investidos no ensino básico, incluindo-se aí o Ensino Médio, e não apenas o Fundamental. Essa distribuição de recursos ocorrerá gradualmente. Para regularizar a situação da merenda escolar no Ensino Médio, o País já precisa desse dinheiro do governo federal; ele não virá de uma só vez, mas em quatro anos. Anualmente, 25% desse valor serão acrescentados. Haverá uma sobrecarga nos governos estaduais e municipais, principalmente no Município, onde existe o País e o Estado. A realidade é municipal, pois o País é uma linha imaginária cercando os Estados, e o Estado, uma linha imaginária cercando os Municípios. As necessidades sociais, educacionais e estruturais de saúde estão nos Municípios.

Estamos preocupados e alertaremos os interessados, da tribuna da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, sobre esse fato. Para oferecer merenda de qualidade aos Ensinos Fundamental e Médio - que hoje será chamado de ensino básico, mais amplo -, já estamos precisando do total; mas não contaremos com isso inicialmente. Quando o dinheiro começar a chegar, garanto que a propaganda será de que o Fundeb já está funcionando. Precisamos estar atentos, pois, nos primeiros anos, haverá sobrecarga para os Estados e para os Municípios, principalmente. As escolas estaduais, municipais e federais precisarão do recurso total. Como receberão 25% a cada ano, e somente no quarto ano obterão o total, haverá dificuldades durante esses anos. Portanto, deixo o nosso questionamento e a cobrança, além de chamar atenção para a questão do Fundeb.

O segundo assunto que desejo abordar é o Orçamento Participativo da União. Fizemos uma reunião importante pela manhã, em que o discutimos parcialmente, pois não há como debater tudo aquilo de que Minas Gerais precisa do governo federal, em todas as áreas, para ser inserido no Orçamento. Mas essa discussão já é um começo, uma abertura muito importante e de enorme valor. Houve considerações extraordinárias por parte da sociedade civil e dos políticos e colegas Deputados Federais e Estaduais.

Foram feitas belas considerações e importantes solicitações para o nosso Estado; por exemplo, a de que o relator insira no orçamento do governo federal recursos específicos para melhorias em todos os setores do nosso Estado. Espero que, no próximo ano, tenhamos mais tempo para discutir e expor com mais profundidade as necessidades de Minas Gerais, para que o governo federal beneficie o nosso Estado. Quero parabenizar a todos o trabalho, solicitando essa atenção maior no próximo ano, pedido que o relator certamente já anotou e que espero seja atendido.

Sobre os aposentados do INSS, chegamos a discutir algo pela manhã. Não há previsão de melhorias para eles e nem para os aposentados do Estado. Mas é preciso haver melhoria, com um crescimento real de renda, que vá além da inflação. É certo que se devem dar os aumentos inflacionários aos aposentados; mas é preciso dar-lhes também melhorias.

Como médico, posso dizer que o aposentado tem até maiores necessidades. Uma pessoa não gasta menos porque parou de trabalhar; pelo contrário, ela gasta muito mais. Todos sabem perfeitamente que, quanto mais uma pessoa evolui na idade, mais necessidades tem, principalmente se for portadora de alguma doença e tiver que fazer uso de medicamentos - mesmo considerando-se os propalados medicamentos gratuitos, pois outra realidade de que quase nunca se fala é que, na maioria das cidades mineiras, esses medicamentos ficam em falta por muito tempo. Os governos se preocupam com isso, mas é mais importante que se ocupem da questão e que realmente coloquem na marmitta da saúde do povo, mineiro ou brasileiro, os medicamentos de que precisam - gratuitamente e agora também nas farmácias ditas populares, para beneficiar os que têm menor poder aquisitivo ou os que estão aposentados e cujo salário não tem um crescimento real. Aliás, estes são os últimos a serem reconhecidos e beneficiados, recebendo, quando muito, a correção inflacionária.

Além disso, os aposentados ainda pagam pela má administração da Previdência Social, outra calamidade e outra chaga na administração pública federal neste país. Tenho conhecimento de que, quando Ministro da Previdência Social, Waldir Pires, atualmente, Ministro da Defesa, conseguiu, em menos de três anos, regularizar e tornar superavitária a Previdência Social. Será que fez algum milagre? Não. Apenas

administrou com seriedade e cortou os rombos que ocorrem na Previdência Social, como admitem hoje os próprios governistas. Quando se fala em Previdência, palavras como "rombo" e "déficit" não nos soam bem; significam que, mais do que na má administração propriamente dita, o problema estaria nos desvios e na malversação. Então, é preciso ter muito cuidado para se corrigir isso.

Dou testemunho de que Waldir Pires, quando Ministro da Previdência Social, conseguiu regularizar a situação financeira da instituição, por muito tempo.

Vou dizer também a respeito do outro lado da moeda. Quem substituiu Waldir Pires? Jáder Barbalho, do Pará, cuja administração foi um desastre, afundou a Previdência. Depois, foram feitos esclarecimentos sobre os rombos e desvios ocorridos durante seu mandato.

É preciso, portanto, que haja pessoas com capacidade de administrar com firmeza esse órgão, que hoje está sendo a chaga maior de todos os déficits do governo federal, do Orçamento. Quem paga por isso? O aposentado, que trabalhou durante 35 anos ou mais. No último ano, quando o aposentado foi reivindicar, acharam que ainda não tinha completado o tempo necessário. E o problema é prorrogado, mas ele pagou. Trata-se de um direito seu. Não se tem de discutir. Mas tudo recai sobre os ombros do aposentado.

Fica aí, então, a cobrança de que sejam analisados com menos injustiça os problemas dos aposentados do INSS e que a Previdência seja administrada com seriedade. Além disso, onde houver desvio, malversação, que a Polícia Federal continue a fazer o seu trabalho. Elogio a Polícia Federal, que vem investigando, pesquisando, cumprindo os mandados e afastando os que desviam os recursos públicos ilícitamente. Essa também é obrigação da nossa polícia. Pedimos ainda que sejam mais bem investigados esses desvios, porque, antigamente, o dinheiro sobrava. Mas investiram em tantas outras obras que não diziam respeito à sua missão fundamental, a aposentaria, que hoje não há como cumprir a sua finalidade principal.

Quero também falar sobre outro assunto: a atitude das empresas de ônibus em relação ao Estatuto do Idoso, que é uma lei. No Brasil, as leis demoram a ser cumpridas. Não há esforço nem boa-vontade para tal. Mas as leis têm de ser cumpridas. O Estatuto do Idoso está regulamentado. É preciso, portanto, que seja cumprido. As empresas de transporte têm de entender isso. Se não quiserem, que busquem a criação de um projeto de lei contra o que está legalizado. Penso dessa forma. Elas devem buscar maneiras legais de se defenderem, mas não impedir o cumprimento da lei. Ou então - ainda não tenho conhecimento do que vou dizer - que o governo conceda um desconto no Imposto de Renda, ou seja lá como for, de forma a compensar o empresário, que também não agüenta tantos impostos e taxas. Que seja tomada alguma providência, de modo a não causar dificuldade ao empresário dos transportes e a se cumprir o Estatuto do Idoso.

Portanto, fica aqui registrada mais essa reflexão. Estamos atentos ao cumprimento do Estatuto do Idoso, que estabelece que os dois primeiros idosos adquirirão as suas passagens gratuitamente, os demais terão 50% de desconto. Se as empresas acharem isso inviável, devem apresentar argumentação, para que o contraditório seja feito e o estatuto revisto. Mas não é correto descumprir a lei.

Antes de encerrar, quero tratar de outra questão. Refiro-me ao abuso que se nota na cobrança das multas de trânsito. Hoje pela manhã, fui à Comissão de Segurança Pública, onde tomei conhecimento de um assunto que me deixou horrorizado. Em Belo Horizonte, há companhias de trânsito estimulando, premiando, concedendo promoções aos guardas que aplicarem mais multas. Vejam o que, em Belo Horizonte, os comandos da área de trânsito estão ensinando! Será que os abusos da BHTRANS, que não respeita o Código de Trânsito Brasileiro nem a Constituição Federal, segundo a qual a maior prerrogativa é a educação, não bastam? Em primeiro lugar, deve-se orientar aquele que está errado. Todavia, faz-se exatamente o contrário.

A última atitude que se deve tomar com um condutor é retirar-lhe o veículo, mas eles não cumprem isso. Pelo contrário, multam e levam o veículo. Ademais, fazem-se contratos com empresas que prestam serviços de reboque mais caros que os transportes normais. Está tudo errado! No entanto, apresenta-se como administração exemplar.

O povo brasileiro não agüenta mais pagar tantas taxas. É claro que as pessoas precisam ser orientadas. Se continuarem no erro, devem ser punidas, sim. Então, pela manhã, ao sabermos desse fato, tomamos uma iniciativa. Vamos nos empenhar na busca de uma norma que vise coibir fatos como esse, especialmente o abuso da BHTRANS.

De acordo com um item do Código de Trânsito Brasileiro, um condutor inabilitado poderá arranjar um amigo ou parente que tenha habilitação para conduzir o veículo. Entretanto, não é isso o que ocorre. Normalmente, diante de tal situação, o condutor é multado e tem seu veículo rebocado. Ainda que a pessoa se desculpe, não há mais jeito. Ou seja, não há desculpas, diálogo, entendimento. O objetivo é rebocar, multar, taxar, cobrar diárias do estacionamento, apesar de o veículo não contar com nenhuma garantia de proteção. É um absurdo o que está acontecendo em Belo Horizonte e em nosso Estado, em pleno século XXI.

Não vamos parar. Por meio da Comissão de Segurança, trabalharemos para que essas diretrizes sejam cumpridas. Assim sendo, em primeiro lugar, deve-se buscar o entendimento por meio da orientação, da educação. Nesse caso, a atitude deve ser semelhante àquela que tomamos com um filho nosso. Ou seja, quando um filho comete um erro, a primeira atitude não deve ser a agressão e a punição, mas a orientação, a educação. Se ele, porém, persistir no erro, deverá ser punido.

Para finalizar, ressalto que estamos debatendo com a comissão especial um assunto muito importante. Refiro-me à avassaladora invasão de produtos chineses em nosso país, o que está prejudicando o nosso Estado. Falo em nome do País, mas falo principalmente na condição de Deputado por Minas Gerais. O nosso Estado é um grande exportador, e o Governador Aécio Neves conseguiu mais que duplicar as exportações nos últimos quatro anos, tendo sido reeleito para um segundo mandato.

Os produtos chineses estão invadindo o País e Minas Gerais de duas maneiras. A primeira delas dá-se por meio do contrabando.

Temos de nos proteger e buscar condições para fiscalizar, policiar e, assim, impedir o contrabando, que é absurdo, exagerado. Trata-se de uma norma da China e de outros países que estimulam o contrabando, como se fosse uma situação normal.

A segunda situação se refere à autorização. Os produtos chineses estão chegando ao nosso Estado e ao nosso país por autorização. O governo federal permitiu, cedeu e concedeu esse direito aos chineses quando reconheceu a China como mercado livre nas relações com o nosso país. O governo Lula, em momento de infelicidade, cometeu esse erro absurdo que vem desempregando e empobrecendo o nosso Estado e o País. Isso acarreta desemprego porque os chineses conseguem competir trazendo os seus produtos para cá por um preço infinitamente menor. Os produtos chineses não geram ICMS, IPI ou emprego; muito pelo contrário, ocasionam o fechamento de fábricas e de indústrias calçadistas, de óculos, têxteis, brinquedos e fogos. Os empresários, que eram industriais, produtores, hoje se comportam como distribuidores; recebem esses produtos ou os buscam na China. Assim, conseguem muito mais lucro.

Na semana passada, encontrei-me com um industrial que empregava 42 pessoas em Belo Horizonte, no setor de confecção. O seu filho já está na China há dois anos, de onde lhe envia toda a mercadoria, contêineres e mais contêineres. Portanto atualmente ele é um distribuidor, não um empresário industrial. Ao invés de 42 empregos, ele gera apenas 8 em sua distribuidora de produtos chineses no nosso Estado.

Deixo essas considerações para a reflexão dos executivos responsáveis pelo ordenamento do nosso Estado, na formatação dos seus planos e planejamentos de ações, para que cada um cumpra sua função. Assim, o Estado e o País poderão proporcionar melhor condição de vida ao nosso cidadão e ao nosso povo. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/10/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Leonardo Moreira

exonerando Élio de Souza do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas;

nomeando Clermon Lucas Júnior para o cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão AL-15, 8 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2006

Objeto: contratação de empresa de engenharia para proceder a reforma em área do 1º subsolo do Palácio da Inconfidência.

Licitantes habilitadas: CBR Construtora Ltda., RHC Arquitetura e Construção Ltda; Esquadra Engenharia Ltda., Real Ibiza Empreendimentos Ltda., Printer Projetos e Construções Ltda. e Sane Empreendimentos e Incorporações Ltda.

Licitante inabilitada: FCG Engenharia e Construções Ltda.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 2/2006

Objeto: contratação de empresa especializada de engenharia para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 12 elevadores e de adequação de 7 cabines de elevadores Atlas e 1 cabine de elevador Montele.

Licitante desclassificada: Elevadores Atlas Schindler S.A.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2006.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 10/11/2006, na pág. 98, col. 4, sob o título "Gabinete do Deputado Bilac Pinto", onde se lê:

"Daisy Baldoni Alves", leia-se:

"Daisy Baldoni Alves Honorato".